

CÁTIA SOFIA SEQUEIRA CARRASQUINHO

**DESEMPREGO E EXCLUSÃO SOCIAL:
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO
PSICOSSOCIOLÓGICO**

Orientador: Carlos Alberto Poiares

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

Lisboa

2016

CATIA SOFIA SEQUEIRA CARRASQUINHO

**DESEMPREGO E EXCLUSÃO SOCIAL:
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO
PSICOSSOCIOLÓGICO**

Dissertação de mestrado defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão social no curso de Psicologia Forense e da Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 25 de Maio com o despacho reitoral nº 126/2016 com a seguinte composição de Júri:

Presidente – Professor Doutor José Brites

Arguente- Professor Doutor Paulo Lopes

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Poiares

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Psicologia e Ciências da Vida**

Lisboa

2016

*Não existe maior injustiça
do que tratar igualmente os
desiguais.*

Aristóteles

AGRADECIMENTOS

Devo agradecimento a todos aqueles que me influenciaram positivamente e acreditaram que eu podia ir mais além.

Antes de mais, quero agradecer a Deus, pelo propósito que colocou na minha vida: a arte de ajudar o outro.

Quero agradecer grandemente à minha família:

Um GRANDE obrigado: aos meus Pais, ao meu Pedro, aos meus irmãos Nuno, Sónia e Rúben, à minha tia Cila e ao meu tio Augusto, aos meus sobrinhos Tiago, Tatiana e Rodrigo. Aos meus cunhados Ricardo e Paula.

Agradeço ao Pedro Taneco e à Sara Taneco e a todos os restantes membros da ICMAV por estarem do meu lado.

Agradeço à minha verdadeira amiga Joana Araújo.

Agradeço às minhas colegas de faculdade Antónia Santos e Vânia Gonçalves.

Agradeço às minhas colegas de trabalho, em especial à Ana Pinto.

Agradeço ao meu professor Carlos Poiares, por me orientar ao longo desta jornada.

A todos vocês, um sincero OBRIGADO!

Resumo

A presente dissertação constitui-se como um contributo para a reflexão sobre a ligação demarcada entre dois fenómenos tão emergentes na atualidade: o desemprego e a exclusão social. O desemprego é uma das palavras mais comentadas e abordadas na atualidade a nível mundial. Este é mais do que um problema meramente económico, o desemprego elevado é um grave problema psicológico e social que desencadeia consequências graves no indivíduo, no seio de cada família e na própria sociedade. As dificuldades económicas e a escassez de recursos bem como a complexidade na resolução do problema pode desencadear consequências psicológicas, como estados depressivos ou ansiosos, baixa auto-estima, desmotivação e sentimento de frustração levando muitas vezes à paralização do próprio indivíduo. Em termos sociais, o desemprego pode conduzir à desvinculação do indivíduo com a sociedade, desprovido o sujeito de relações interpessoais que pode dar origem ao fenómeno da exclusão social. Esta problemática é muitas das vezes associada ao desemprego, dado que estes dois fenómenos podem ser causa-efeito um do outro. O desemprego representa assim o maior problema sócio-económico de um país, e neste sentido é importante definir uma estratégia ou encontrar ferramentas que promovam o bem-estar do indivíduo em sociedade e que possibilitem a sua integração ou ressocialização.

Esta investigação é composta por um breve enquadramento político-social do desemprego bem como a caracterização dos conceitos e sua multidimensionalidade, suportados por revisão literária, e por uma breve análise da panorâmica do desemprego a nível nacional, europeu e mundial. O impacto psicossocial do desemprego e o modelo psico-inclusivo são evidenciados, juntamente com o programa de intervenção, pilar basilar de todo este trabalho, que tem como objetivo prioritário: promover a inclusão da população desempregada.

Palavras-chave: desemprego; exclusão social; psico-inclusão

Abstract

This work is constituted as a contribution to the reflection about the connection between two phenomena marked so emerging today: unemployment and social exclusion.

Unemployment is one of the most talked and commented words today in a worldwide scale. This is more than a purely economic issue, high unemployment is a serious psychological and social problem that triggers serious consequences on the individual, within each family environment and in society itself. The economic difficulties and the lack of resources as well as the complexity in solving the problem can take psychological consequences, such as depressive or anxious states, low self-esteem, demotivation and frustration feeling often leading to paralyzation of the individual. Socially, unemployment can cause individual untying with the society, depriving the subject of interpersonal relationships which can give rise to the phenomenon of social exclusion. This problem is often associated with unemployment, given that these two phenomena may be cause and effect each other. Unemployment represents the biggest socio-economic problem of a country, and in this sense it's important to define a strategy or find tools to promote the individual welfare in society and enable their integration or rehabilitation.

In this study, it's made a brief political and social framework such as well the characterization of the concepts and their multidimensionality, supported by literature review. This research is composed by a brief analysis about the unemployment panoramic at national, european and world scales. The psychosocial impact of unemployment and the psycho-inclusion model are evidenced, along with the Intervention Program, fundamental pillar of all this work, whose main objective: promote the inclusion of unemployed.

Keywords: unemployment; social exclusion; psycho-inclusion

Lista de acrónimos, siglas e abreviaturas

APA	American Psychological Association
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CEI	Contratos Emprego – Inserção
CPS	Caraterística Psicossocial
MECPS-D	Mini-Escala de Caraterísticas Psicossociais face à situação de Desemprego
EUA	Estados Unidos da América
GAF	Gabinete Social de Apoio à Família
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
JFA	Junta de Freguesia de Alcochete
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial de Comércio
OT	Objetivo temático
PIPS-DES	Programa de Intervenção Psicossociológico – Desemprego e Exclusão Social
POISE	Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego
QUEST	Questão
RSI	Rendimento Social de Inserção
UE	União Europeia

Índice geral

INTRODUÇÃO	11
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	14
CAPÍTULO I – Desemprego e Exclusão Social	15
1. Desemprego e questão Social	16
1.1. Definição do conceito de Desemprego.....	20
1.2. Tipos e Causas do Desemprego	24
1.3. Desemprego – problema a nível nacional, europeu e internacional	27
1.3.1. Desemprego em contexto europeu e nacional	29
1.4. Medidas de combate ao desemprego – Portugal	38
1.4.1. GAF (Gabinete Social de Apoio à Família)	38
1.4.2. POISE (Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego)	38
1.4.3. Programas Ocupacionais	40
1.5. Exclusão Social	42
1.5.1. Contextualização do conceito.....	42
1.5.1.1..Desqualificação social.....	46
1.5.1.2. Desinserção social.....	48
1.5.1.3. .Desfiliação/ desvinculação social.....	50
1.5.2 Fatores precipitadores de exclusão.....	58
1.5.3. Tipos e formas de Exclusão	60
1.5.4. .Dimensões da exclusão social	61
1.5.5. Categorias de excluídos.....	62
1.6. Desemprego e exclusão social	64
1.6.1..Relação causa-efeito.....	64
CAPÍTULO II- Impacto psicossocial e físico do desemprego	67
2. Impacto psicossocial e físico do desemprego.....	68

2.1. Teoria da Privação de Jahoda.....	72
2.2. Teoria da Agência de David Fryer	73
2.3. Teoria do Desânimo Aprendido de Seligman	74
CAPÍTULO III - Programa de Intervenção Psicossociológica	77
3.1 Psicossociologia e intervenção psicossociológica	78
3.2. Intervenção em Psicologia da Exclusão Social: Psico – inclusão	81
3.2.1. Trabalho e função do psicólogo no âmbito do desemprego	81
3.2.2. Estratégias de intervenção no desemprego.....	82
3.3. Intervenção Comunitária	84
3.4. Descrição do Programa de intervenção Psicossociológica (Psico-inclusivo) (PIPS-DES) –	
3.5. Combate ao Desemprego e Exclusão Social	86
3.6. Apresentação do PIPS-DES: Reunião (Palestra) e análise sumária	88
PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	91
CAPÍTULO 4 - Metodologia	92
4.1. Objetos de estudo	93
4.2. Participantes	93
4.3. Contextualização do local do estudo.....	93
4.4. Instrumentos de avaliação	94
4.4.1. Entrevista psicológica	94
4.4.2. Mini-Escala de características psicossociais face à situação de Desemprego (Questionário)	96
CAPÍTULO V - Interpretação e discussão dos resultados	98
5.1. Entrevista psicológica (estudo de caso).....	99
5.2. Mini-escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego (Questionário)	100
CAPÍTULO VI – Conclusão Reflexiva	106
Conclusão reflexiva	107
Referências bibliográficas.....	110
APÊNDICES.....	I
ANEXOS	IX

Índice de tabelas

Tabela 1. População desempregada: total e por sexo (Indivíduo- Milhares)	34
Tabela 2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário – Continente (Indivíduos – Milhares).....	35
Tabela 3. População desempregada: total e por duração da procura de emprego (indivíduo- milhares).....	36
Tabela 4. População desempregada: total e por tipo de desemprego (indivíduo- milhares)	37
Tabela 5. Estatísticas descritivas do questionário de avaliação do projeto	89
Tabela 6. Frequências de respostas aos itens de acordo com as medidas de tendência central	101
Tabela 7. Tabela de Frequências e percentagens relativamente aos itens	102

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Escola de Psicologia e Ciências da Vida. A metodologia adotada na elaboração da dissertação segue as normas da American Psychological Association (APA), 2001: método (autor-data).

O desemprego e a exclusão social são dois fenómenos bastante vivenciados na nossa atualidade e que constituem, por si só, um perigo eminente para a saúde psicológica e vida social de todos nós. Como tal, torna-se necessário a criação de um possível plano de resolução interventivo que possa tentar combater ou melhorar esta dinâmica.

Será que existe uma relação entre o desemprego e a exclusão social? Caso afirmativo, como obviar a ligação? Obviar, porque terminar não pode ser o termo certo a empregar, até porque somos todos diferentes, temos maneiras e formas de pensar diferentes. É importante, criar algo que, num primeiro ponto, analise a questão social do desemprego e, que *a posteriori* possa ajudar o cidadão desempregado a procurar emprego e apetrechá-lo também de algumas ferramentas essenciais. Numa outra instância, dar lugar a um espaço de desabafo, partilha e convívio, alicerçando um pilar social que muitos acabam por perder devido ao momento de desemprego, muitas vezes prolongado no tempo. Em síntese, dar uma resposta global e integrada a uma das problemáticas mais prementes e geradoras da exclusão: o desemprego.

O objeto de estudo consiste em analisar a forma de sentir dos indivíduos desempregados de várias faixas etárias perante o fenómeno do desemprego. Tenta-se entender em que medida os desempregados se sentem excluídos, estudando e aprofundando a forma como os indivíduos experienciam o desemprego e que estratégias utilizam para combater este fenómeno.

O programa de intervenção abordado neste estudo tem como objetivo a inclusão dos desempregados através do fortalecimento de redes de socialização, tendo como principal análise a componente psicológica e emocional do desempregado, tratando-se, portanto, de um programa de intervenção psico-inclusivo.

Neste domínio, encontra-se em funcionamento em Portugal, um programa de inclusão de desempregados: o programa de ocupação temporária de desempregados (POT) que pretende incluir as pessoas desempregadas numa ocupação socialmente útil,

cujo objetivo incide sobre a inclusão temporária dos desempregados. Os programas ocupacionais são uma forma de proporcionar aos participantes uma ocupação em trabalho socialmente necessário que possa possibilitar uma experiência de trabalho e formação suplementar que lhes facilite, no futuro, a obtenção de um emprego estável. Contribui também para evitar o afastamento prolongado dos participantes relativamente ao mercado de trabalho. Com esta medida pretende-se combater a inatividade prolongada dos desempregados, sejam eles beneficiários de prestações sociais, nomeadamente prestações de desemprego e rendimento social de inserção, desempregados de longa duração, jovens ou desempregados de idade mais avançada.

Este programa tem permitido que um elevado número de pessoas desempregadas e de entidades tenha desenvolvido ações socialmente úteis, por exemplo apoio à ação educativa, apoio à infância e apoio a idosos, animação cultural, apoio social e comunitário, preservação e proteção do ambiente, preservação do património, limpeza e conservação dos espaços públicos. Verifica-se que as pessoas desempregadas que nos últimos anos frequentaram este tipo de ações são maioritariamente mulheres, com baixos níveis de escolaridade e com idades entre os 35-49 anos. O tradicional predomínio de pessoas carenciadas tem vindo a dar lugar ao envolvimento de desempregados subsidiados (Rosa e Rebelo, 2006).

A dissertação encontra-se dividida por seis capítulos. O primeiro capítulo é constituído pela caracterização das temáticas em estudo, concerne na descrição do desemprego como um fenómeno multidimensional e na descrição das vertentes de análise referentes à exclusão social. No segundo capítulo é abordado o impacto psicossocial e físico do desemprego numa perspetiva de conhecer aquilo que o desemprego pode causar a nível pessoal. O terceiro capítulo define a psicossociologia e descreve o trabalho realizado em psicologia da exclusão social juntamente com programa psicológico de intervenção, de carácter psico-inclusivo, cujo objetivo é promover, acima de tudo, a inclusão social da população desempregada. O quarto capítulo aborda os procedimentos metodológicos, as estratégias e técnicas utilizadas na recolha de dados. O quinto capítulo incide sobre a análise e discussão de resultados. Em última análise, a tese encerra com uma reflexão sobre o percurso iniciado e a trajetória seguida para atingir a meta, incluindo com os pontos favoráveis e não omitindo eventuais pontos menos favoráveis que fizeram parte desta caminhada.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I – Desemprego e Exclusão Social

Desemprego e questão Social

O percurso da ação social no seio da proteção social e em particular da segurança social, nomeadamente a partir do início dos anos 80, marca o desenvolvimento das políticas de prevenção e combate à pobreza e exclusão social.

A ação social tem um percurso recente, de compromisso estatal tardio e incompleto, aliás à semelhança com o ocorrido no desenvolvimento do Estado Providência em Portugal. Nos anos 60 foram implementados alguns projetos de desenvolvimento comunitário, que procuraram abranger todos os aspetos relacionados com a melhoria do quadro de vida das populações, como a repartição dos benefícios, aproveitamento dos recursos humanos e financeiros existentes, sem necessidade de se criarem mais serviços ou obter recursos extraordinários.

Na década de 70 do século XX, verificaram-se alguns debates relativos à área de assistência social, discutindo-se a sua relação com a política social, com a vinculação a direitos, com o contributo para o desenvolvimento, com a inscrição e especificidade para a composição da segurança social. Na década de 70, a assistência social chega a ser concebida como predominantemente do domínio preventivo-promocional. Era então manifesta a confiança num crescimento económico igualitariamente distribuído, que reduziria as desigualdades, conceção esta que se revelou vazia em termos da sua concretização como política. Neste momento, a assistência social transfere-se da esfera quase exclusiva da família para a coresponsabilização do Estado. Concebe-se como área aproximada da política social, analisando-se nesse contexto os direitos que poderia sustentar. Dá-se a sua integração orgânica e funcional no campo da segurança social.

No início dos anos 80, passa a designar-se de ação social o que era antigamente conhecido como Assistência Social, sem que no entanto se fundasse uma orientação de política específica. Nesta mesma altura, já sob influência das condições de pré-adesão à Comunidade Europeia, a ação social é encarada como potenciadora de diagnósticos e captadora das insuficiências e lacunas existentes que, por essa via, chegariam a ser afirmadas como novos espaços de direitos reconhecidos (Rodrigues, 1999). Mas, embora a ação social possa ter tido influência no aperfeiçoamento do sistema de proteção social, o carácter subsidiário da segurança social mantém-se até ao ano 2000, quando é publicada a Lei 17(2000) sendo, entretanto retomado na Lei 32(2002). A ação social manteve a gestão de subsídios pecuniários e é mais claramente a partir de 1986,

sob a influência da adesão à CEE, que é incluída nesta área a gestão de apoios específicos para atividades na área do emprego, para diversificação dos serviços sociais existentes e para animação e acompanhamento de projetos de intervenção local.

O papel da ação social transformou-se de forma significativa desde os anos 80, em decorrência da convergência das políticas sociais e dos problemas sociais vivenciados no espaço europeu. Apontado como um dos problemas sociais contemporâneos, está o desemprego de longa duração, que arrasta consigo muitos outros problemas sociais e formas de exclusão social.

Conforme menciona Branco (1999), com o crescimento massivo do desemprego, surgem novas formas de pobreza no estado europeu, que voltam a configurar a crise do estado providência sendo novamente colocada no centro do debate social e político a questão dos direitos sociais e da cidadania, da qual sobressai a questão do desemprego revestido de outras características – o desemprego de exclusão. Como é o caso do desemprego de longa duração, com fraca suscetibilidade à retoma do emprego, fator de risco de exclusão profissional. Um desemprego recorrente que atinge particularmente os jovens segundo aponta o mesmo autor.

Como realça Castel (1995), a questão social através da questão da centralidade do trabalho mostra-se como a característica mais perturbante da situação atual. Verifica-se então uma reorientação das políticas sociais no sentido das designadas políticas de inserção, as quais, diferentemente das políticas de integração, próprias ao projeto original do Estado-Providência, orientam-se por uma lógica de discriminação positiva visando populações particulares e zonas sociais específicas.

O conceito de integração surge no início do século XX, na década de 60, em que houve uma notável interação da sociedade com a pessoa com necessidades educacionais especiais. Este conceito referia-se à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais de modo a que esta pudesse vir a identificar-se com os outros cidadãos, para então poder ser inserida, associada e conviver igualitariamente em sociedade. Com o conceito de integração, torna-se necessário localizar no sujeito o foco da mudança, e as reais dificuldades encontradas no processo de busca de “normalização” da pessoa com deficiência. Isso era um conceito que não considerava que as diferenças, na realidade, não se aniquilam, mas devem ser administradas no convívio social. Isto quer dizer, se a pessoa fosse diferente existia razão para determinar sua inferioridade enquanto ser humano e ser social tal como aponta Hamze (2006).

A inserção total e incondicional, por sua vez, promove a inclusão social, e não se trata de um processo que envolve somente um lado, mas abrange duas direções, envolvendo atuação junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e com a sociedade.

Hamze (2006) refere que, a ideia de integração, implica como recurso principal a promoção de mudanças no indivíduo, no sentido de normalizá-lo. A ideia de inclusão, por outro lado, analisa influências decisivas e assertivas em ambos os lados da situação: no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste em contexto social. A inclusão opera no sentido de causar as adequações e legitimações (físicas, humanas, sociais, materiais etc) indispensáveis para que a pessoa com necessidades educacionais especiais possa possuir condições de ingresso e acesso ao seu quotidiano permitindo a convivência em sociedade, com inserção legítima aos direitos humanos.

Assim, as políticas sociais preparam caminhos de inovação mais adaptados às novas circunstâncias sociais e económicas com a invenção de novas estratégias de intervenção distintas das políticas integrativas universalistas em que os interesses gerais são satisfeitos de forma consensual por meio do altruísmo extremo ou do altruísmo imparcial e viabiliza-se a ocorrência de interesses pessoais e grupais por meio do autointeresse ou do altruísmo restrito, e, por outro lado, das ações particularistas, que defendem interesses específicos por meio do egoísmo ou do parcialismo, ou seja, realizam-se interesses de forma abusiva em detrimento do bem comum e dos demais interesses, como explica Srour (2013).

A questão do emprego é a referência central das novas políticas sociais e projeta a ação social da periferia para o centro das preocupações da ação do Estado nas políticas sociais.

No Programa de Ação Social 1998-2000, da Comissão Europeia, são identificados como desafios a analisar:

- o desemprego particularmente dos jovens, das mulheres e dos desempregados de longa duração;
- as alterações que ocorrem no mundo do trabalho e a necessidade de alcançar um equilíbrio entre a flexibilidade requerida pelas empresas e a necessidade de segurança dos trabalhadores;
- a persistência da pobreza e da exclusão social;

- o papel crucial das políticas públicas no que se refere à criação de emprego, à modernização e aperfeiçoamento dos sistemas de proteção social e à promoção da integração social (Branco, 1999) .

No ano 2000, sob a presidência portuguesa da UE, assumiu-se como estratégia a promoção do emprego e a luta contra o desemprego, definindo-se a Estratégia Europeia para o Emprego, a qual combina, de forma concertada, a dinâmica comunitária com as dinâmicas nacionais na valorização do emprego e na luta contra o desemprego e a exclusão social.

Ao nível da União Europeia, as políticas de promoção ativa do emprego são prioritárias. No entanto, quase sempre associadas às medidas de ativação, levantam-se problemas de direitos laborais, pois quem está a participar em projetos de ativação não tem os mesmos direitos dos outros trabalhadores regularmente contratados, como negociar o salário, o tempo e as condições de trabalho. Estas são políticas com um carácter punitivo e disciplinador, sabendo-se que a motivação pessoal para o trabalho continua a ser considerada a melhor medida para aumentar o emprego. A natureza dos problemas sociais a enfrentar exige uma atuação do Estado-Providência, tanto a um nível mais amplo (macro) das estruturas sociais onde os próprios problemas se geram e, a um nível mais reduzido (micro), das situações particulares em que os problemas se exteriorizam.

A categoria central que orienta a intervenção é a de direito de inserção, que pressupõe que os titulares sejam considerados cidadãos ativos e não apenas indivíduos assistidos, em que há uma interação entre indivíduo-sociedade. Mas existe um risco elevado de que a reforma da proteção social descambe na criação de um Estado-Providência seletivo, ao invés de um Estado-Providência ativo.

No contexto nacional, as políticas ativas de inserção, de que se destaca o rendimento mínimo garantido, constitui uma das modalidades de intervenção mais avançada ao combinar a ajuda económica com a participação social.

Com a Lei nº 32 de 2002, introduziu-se o pagamento das prestações, que é um operador da seletividade, bem como a condição de recursos e o racionamento das despesas. Repôs-se o carácter subsidiário da ação social. Como defende Rodrigues (1999), a consolidação por direito de prestações no âmbito da assistência social quando se fez pode ser representada, mas não sustentada ou gerida pela ação social. Ora, a

assistência social é mais vista como um instrumento de política social do que como uma política social específica, que orienta medidas universalizadoras e que referencia um conjunto de necessidades sociais, deduzidas do padrão civilizacional vigente e com tradução em garantias sociais, também de direito.

Os objetivos da ação social mantêm-se idênticos desde 1984, conforme descreve Lourenço (2005):

- 1) Prevenir situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária, destinando-se também a assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis (Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto);
- 2) Promover a segurança sócio-económica dos indivíduos e famílias e o desenvolvimento e integração comunitários. Garantir a cobertura das eventualidades de pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais (Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto);
- 3) Prevenir e reparar situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades, destinando-se ainda a assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis (desde que estas situações não possam ser superadas através do subsistema de solidariedade), ou seja, a ação social tem fundamentalmente como objetivo a prevenção e luta contra a exclusão social e a pobreza, promovendo a inclusão social (Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro).

Definição do conceito de Desemprego

Na antiguidade, os seres humanos viviam em comunidade e as desigualdades sociais verificavam-se através dos bens que as famílias possuíam. Mais tarde, o termo propriedade privada ganha ênfase, e a partir daqui surge a escravidão como a primeira forma de trabalho, onde o escravo era considerado como coisa, desprovido de qualquer direito, muito menos de trabalhador.

Na época do feudalismo, a escravidão é abolida e surge a servidão, em que os senhores feudais davam proteção militar e política aos seus servos. Nessa altura, os servos não eram livres, pois tinham que prestar serviços nas terras dos senhores feudais,

tendo que entregar parte da produção rural aos senhores feudais em troca da proteção que recebiam: aqui o trabalho era considerado como contrapartida.

Antigamente, não se falava em emprego, apenas em trabalho. A denominação emprego surgiu com o liberalismo, a partir do século XVIII, através da revolução industrial, onde os trabalhadores passaram a trabalhar por salários, tal como refere Silva (2012). Ora, o conceito de desemprego, antes de mais, deve ser primeiramente associado ao conceito de trabalho.

Para colocar o desemprego em perspetiva, é necessário explicitar e examinar criticamente uma série de pressupostos que o discurso corrente subentende.

Em primeiro lugar, Singer (1996) aborda a temática do emprego da seguinte forma: o que se necessita é de ocupação, que não é sinónimo de emprego. Este último conceito implica assalariamento – uma relação de emprego só existe quando alguém, em geral uma firma, dá um emprego a alguém, isto quer dizer, o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado. Os empresários gostam de falar de oferta de emprego, como se o emprego fosse alguma dívida que a firma faz ao empregado. Na realidade, é o contrário pois é o trabalhador que oferece, ele é que é o vendedor e a mercadoria não é o emprego, mas a capacidade de produzir do trabalhador. A firma empregadora é o comprador, quem procura e, como tal, paga o preço da mercadoria (salário).

Segundo Singer (1996), os desempregados são denominados exército industrial de reserva, um conceito introduzido por Marx e desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras, ou seja, evitam que os salários subam, fomentando um papel estabilizador. E, em segundo lugar, porque o exército de reserva não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto, isto é, dos que estão ativamente procurando e solicitando emprego, que representam uma proporção limitada da população economicamente ativa.

Singer acrescenta ainda que, ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva: os pobres, os socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias. O emprego assalariado é o tipo de ocupação mais frequente nos países capitalistas, mas não o único. Temos aqui outra generalização provavelmente enganadora. Como a falta de ocupação é chamada de desemprego, pressupõe-se implicitamente que a única maneira de alguém ganhar a vida é vender a sua capacidade de produção ao capital.

Todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico.

Segundo Desaulniers & Mendes (2002), o emprego, após a revolução tecnológica, tornou-se precário e desprovido de garantias de estabilidade, aumentando o contingente de excluídos. Na atualidade, é evidente a redução de empregos através da reestruturação capitalista, em que os empresários se voltam para a redução de emprego e para o aumento da produtividade, além da subcontratação de empregados. Os investimentos em tecnologia também desempenham o papel de redução de vagas nas empresas, com a troca do trabalhador pela máquina. Portanto, a mudança existente no mercado de trabalho vai modificar a relação entre o empregado e empregador.

Neste momento, verificaram-se várias deslocções de trabalhadores e a “perda” das suas qualificações à medida que as máquinas e aparelhos permitiram obter, com menores custos, os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão humana

A Segunda Revolução Industrial também gerou inúmeros novos produtos de consumo, que têm prolongado e enriquecido a vida humana. O nível de consumo cresceu mais do que a produtividade do trabalho, de modo que os setores novos da economia absorveram mais força de trabalho do que aquela liberada por setores antigos renovados.

A Terceira Revolução Industrial difere sob diversos aspetos das anteriores. Acarreta acelerado aumento da produtividade do trabalho tanto na indústria como em numerosos serviços, sobretudo dos que recolhem, processam, transmitem e arquivam informações. Os efeitos da Terceira Revolução afetaram profundamente os processos de trabalho e, com toda a certeza, expulsa do emprego milhões de pessoas que cumprem tarefas rotineiras, que exigem um repertório limitado de conhecimentos e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas. É neste tipo de tarefas que o cérebro eletrónico se mostra superior ao humano, tanto em termos de eficiência quanto de custos (Singer, 1996).

A partir daqui, um novo termo é aplicado, a globalização, que designa um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países segundo Singer

(1996). A globalização não reduz o nível geral de emprego nas economias que dela participam. À medida que uma economia se abre ao comércio internacional, aumentam as importações e exportações. O acréscimo de exportações cria novo emprego, ou melhor, novas ocupações; o acréscimo de importações elimina postos de trabalho, que são transferidos para os países de onde provêm os produtos importados. Se o país exporta mais do que importa, tem um ganho de empregos. Como o desequilíbrio entre vendas e compras do resto do mundo não pode aumentar sempre, a eliminação de postos de trabalho por este efeito num determinado país tem de ser limitada. Por outras palavras: quando os países desenvolvidos passaram a importar produtos industriais do Terceiro Mundo, os empregos correspondentes foram transferidos do centro à periferia. Mas a periferia também passou a importar mais do centro, de modo que este também pôde criar novos empregos. Por outro lado, a globalização ocasiona desemprego estrutural, que se assemelha ao desemprego tecnológico: não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa de vender a capacidade de produzir.

Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização associam-se.

O desemprego caracteriza atualmente as economias mundiais onde a flexibilização do trabalho está acompanhada pela precarização das condições e das relações de trabalho, que contribui para a exclusão dos indivíduos, pois fecham-se as oportunidades no setor formal e estes procuram o setor informal. Isto agrava-se na medida em que há uma fraca iniciativa por parte do governo e sociedade, que tentam reverter esta situação com o aumento da exploração e concentração da renda como acrescentam Desaulniers & Mendes (2002).

Por isso, talvez melhor do que a palavra desemprego seja precarização do trabalho a descrição adequada do que está a ocorrer. Os novos postos de trabalho que estão a surgir em função das transformações do mundo tecnológico e da divisão internacional do trabalho, na sua maioria, não oferecem ao seu pressuposto empregado as compensações usuais que as leis e contratos coletivos têm vindo a garantir tal como argumenta Singer (1996).

A precarização do trabalho toma também a forma de relações informais ou incompletas de emprego. Segundo Mattoso (1993), a ampliação da insegurança no emprego deu-se em praticamente todos os países avançados através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior

subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independentes e estagiários.

Para um melhor entendimento, Caleiras (2011) considera desempregados todos aqueles que, disponíveis para o trabalho, se encontram, no entanto, privados de um trabalho regular que seja remunerado, quer estejam ou não inscritos nos centros de emprego, de serem ou não subsidiados pelos serviços públicos de segurança social, de estarem ou não envolvidos em medidas ativas de emprego. Por outras palavras, o desemprego corresponde exatamente à condição dos trabalhadores que, embora disponíveis para o trabalho, num determinado momento da sua vida ativa estão involuntariamente privados do acesso ao direito ao trabalho.

Tipos e Causas do Desemprego

Nos tempos atuais, possuir um emprego constitui o principal recurso das pessoas para conseguir suprir as suas necessidades materiais, mas também permite a plena integração social.

De uma forma mais generalizada, emprego é a função e a condição das pessoas que trabalham, em carácter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade económica, seja remunerada ou não.

Considera-se atividade remunerada, todo e qualquer tipo de trabalho onde se recebe em troca uma recompensa monetária. Aliás, a palavra remuneração vem do latim *remuneratio* e significa recompensa, pagamento, gratificação. Trata-se essencialmente de exercer uma atividade profissional ou atividade temporária, e receber um pagamento pelo trabalho realizado. O trabalhador remunerado pode ainda ser um empregado que trabalha e presta serviços ao empregador e recebe remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou somente em benefícios; ou trabalhar por conta própria em que exerce as suas funções e que trabalha por sua conta, e que explora uma atividade económica sem ter empregados, individualmente ou com sócios, e com auxílio ou não de trabalhador não remunerado.

Em alguns países, imigrantes que não possuem um visto específico de trabalho, podem até mesmo não exercer atividades remuneradas. Atividade não remunerada implica trabalho voluntário onde não é esperado receber pagamento em troca, ou seja,

recompensa. Muitas pessoas envolvem-se em trabalhos comunitários ou no voluntariado e não recebem nenhuma remuneração por essa atividade. Neste contexto, é importante referir que algumas empresas e entidades usam o voluntariado como forma de enganar e enriquecer com trabalho gratuito. Outro exemplo de atividade não remunerada são os estágios profissionais e/ou curriculares, realizados para fins de experiência, sem haver uma recompensa financeira. Muitas das vezes, também podemos considerar como trabalhador não remunerado, o caso da empregada doméstica, que não aufer qualquer tipo de rendimento por realização do seu trabalho, salvo algumas exceções em que estas exercem um trabalho de cuidado e responsabilidade e recebem algum tipo de recompensa.

Contrariamente, o desemprego entende-se como a situação das pessoas incluídas na faixa das idades ativas (14 e 65 anos), que estejam, por determinado período, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade económica, quer seja remunerada ou não remunerada.

Os tipos de desemprego caracterizam-se em função do período em que os trabalhadores ficam afastados do trabalho, ou seja, o tempo entre o afastamento do anterior trabalho e a sua recolocação.

Os desempregos de curto prazo, em que os trabalhadores ficam sem trabalho por algumas semanas, são caracterizados como circunstanciais. Por sua vez os desempregos que duram meses são encarados como de longo prazo.

Passos e Nogami (2005) referem quatro tipos de desemprego causados por motivos diferentes:

- 1) Desemprego friccional/ natural – indivíduos desempregados temporariamente, motivados pela mudança de emprego ou atividade, ou pela sua demissão, ou porque estão à procura do primeiro emprego. Esta nomenclatura deve-se ao fato de o mercado de trabalho operar com atrito, pois não combina trabalhadores e postos de trabalho disponíveis, sendo que a sua duração vai depender dos benefícios dados aos desempregados, como o seguro desemprego.
- 2) Desemprego estrutural – consequência das mudanças estruturais e particularidades intrínsecas na economia, tais como mudanças nas tecnologias de produção (automatização eletrónica) ou nos padrões de procura dos

consumidores. Explica-se pelo excesso de mão-de-obra empregada na agricultura e atividades correlatas e pela insuficiência dos equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego.

- 3) Desemprego sazonal – este tipo de desemprego ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividades económicas, ou seja, motivado pelo carácter sazonal do trabalho em certos setores, tais como a agricultura e o turismo, que causam variações na procura de trabalho em diferentes épocas do ano.
- 4) Desemprego cíclico, involuntário ou conjuntural – ocorre quando se tem uma recessão da economia, o que significa retração no consumo e, por inerência na produção. Este tipo de desemprego é muito temido devido às crises financeiras que se têm apresentado. As empresas são obrigadas a dispensar os seus funcionários para cortar despesas.

Como já supram, as principais causas do desemprego, numa panorâmica global devem-se ao desenvolvimento tecnológico, à globalização, à terceirização, à desindustrialização e aos modernos métodos de gestão.

Por motivos familiares, de saúde ou de gravidez no caso das mulheres, alguns daqueles que outrora exerciam uma atividade económica, saem ou afastam-se efetivamente das suas funções temporariamente ou não, o que pode provocar despedimentos e levar ao consequente desemprego. A atividade mal remunerada, a falência da empresa, o horário do trabalho, as divergências com os colegas ou com o patrão e até mesmo a dificuldade em continuar os estudos por falta de conciliação entre o horário escolar e de trabalho, são outros dos motivos que podem levar o empregado a sair e a entrar no ‘mercado’ do desemprego.

O fator idade torna-se o principal obstáculo na procura de emprego na atualidade, acompanhado muitas vezes por insuficientes habilitações literárias e por fraca experiência profissional, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho.

As dificuldades na mobilidade geográfica, a oferta de trabalho reduzida e o horário incompatível são outros dos fatores considerados como problemas na procura de emprego no nosso país

Desemprego – problema a nível nacional, europeu e internacional

O desemprego é um fenómeno vivenciado em larga escala e com grande abrangência nos nossos tempos. O problema surge quando o desemprego atinge níveis mais elevados e tem uma duração atípica. Deixa de ser apenas um desemprego friccional, apresentando um tipo de desemprego também estrutural.

No estudo apresentado por Corredera (2005), observamos que o desemprego assumiu, no início deste século, uma importância maior que nunca e a partir daí tem sido sempre um tema muito estudado e discutido, porque tem atingido valores bastante significativos, um pouco por todo o mundo, inclusive na Europa.

Desemprego a nível mundial e na União Europeia (UE)

Inicialmente, a globalização era vista como adequada ao crescimento sustentado das regiões: porém, não foi benéfica para todos os Estados membros, como é pronunciado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), entidade encarregada da regulação das regras do comércio internacional a nível mundial (Gpearl, 2012).

Segundo Rajado (2012), compete à OMC garantir que o comércio decorra o mais livre possível, de forma que os países membros aumentem a sua prosperidade; e é da sua responsabilidade cooperar com outras organizações internacionais, prestar assistência técnica a países em vias de desenvolvimento e gerir os acordos que a compõem.

A abertura ao comércio internacional ajudou muitos países a crescer muito mais do que teriam crescido noutras circunstâncias e estimulou o desenvolvimento e crescimento económico através do incentivo das exportações, como é o caso da China.

Para Scott (2010), no início deste século as regras do Comércio Mundial foram claramente alteradas com a admissão da China na OMC; deveriam ter ocorrido em conformidade com as regras impostas à entrada de novos Estados membros, incluindo a exigência de abertura dos seus mercados às importações provenientes de Estados membros, o que não aconteceu. Todavia, a administração chinesa rejeitou todas as propostas referentes às condições que assegurassem a proteção ou melhoria dos

trabalhadores e do ambiente. Assim, a entrada da China na OMC contribui para aumentar o fosso global dos salários, da qualidade ambiental, encerramento de fábricas e a dizimação de milhares de empregos (Rajado, 2012).

Relativamente ao caso dos EUA, Scott (2010) refere que os interesses nacionais sofreram alterações significativas, e as multinacionais dos EUA, como a *Microsoft*, a *Apple*, a *eBay Inc*, a *Pfizer*, a *General Electric* e a *Johnson & Johnson* tiveram lucros recorde nos seus investimentos diretos no estrangeiro. Isto pressupõe que existe um aumento dos rendimentos das grandes multinacionais em detrimento de pequenas e médias empresas, onde escasseia algumas vezes a criatividade e a inovação, pois estão usualmente voltadas para o que já teve êxito e deu certo e para produtos que têm grande aceitação no mercado, e que acabam assim por ser sufocadas pelos interesses públicos.

A Economia mundial tem mostrado grandes alterações significativas, através da participação dos países como a China, a Índia, a Rússia e o Brasil – os BRIC. É um conjunto de economias emergentes, cujos preços de produção, quantidade de mão-de-obra indiferenciada e capacidade produtiva atrai muitas atividades intensivas, resultando em deslocalização de outras regiões e, conseqüentemente, perda de emprego nessas mesmas regiões (Rajado, 2012). Os empregos perdidos devem-se ao aumento de importações resultantes das trocas comerciais com a China, as quais ganham volume face às exportações registadas pelos EUA. Estes são considerados os fatores determinantes para o aumento do desemprego nos EUA. Após a entrada da China na OMC gerou-se uma maior barreira entre as grandes empresas multinacionais e pequenas empresas locais, que levou ao aumento do desemprego devido ao encerramento de milhares de fábricas. As grandes multinacionais continuam a apresentar lucros devido aos seus investimentos no estrangeiro, aliados aos salários reduzidos e à qualidade ambiental questionável. A intensificação da competição internacional tem conduzido a uma menor procura de trabalhadores menos qualificados nos países avançados da OCDE, devido à crescente deslocalização das atividades intensivas em mão-de-obra indiferenciada para os países de baixos salários, como refere Rajado (2012).

Atualmente, Gaza tem a maior taxa de desemprego no mundo, como refere o relatório do Banco Mundial, que revela que os bloqueios, a guerra e a pobre gestão do governo “estrangularam” a economia de Gaza, que tem uma taxa de desemprego de 40%, a mais elevada do mundo, que se agrava com a taxa de 60% de desemprego nos jovens.

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou recentemente uma informação em que alertava que a faixa de Gaza poderia ser um lugar arriscado para viver até 2020, pela falta de oportunidades de trabalho, colégios, hospitais, água potável, e a deterioração das suas infraestruturas.

Desemprego em contexto europeu e nacional

Rajado (2012) refere que o desemprego era muito reduzido antes do 25 de Abril de 1974 devido principalmente à guerra colonial e à emigração. Porém, a partir de 1975 o desemprego aumenta, devido ao retorno dos cidadãos das ex-colónias, à desmobilização das tropas, às dificuldades que atingiram muitas empresas, e sem esquecer, o fato da Europa também estar em crise e “fechar a porta” à emigração portuguesa.

De acordo com Centeno, Maria & Novo (2009), o aumento da taxa de desemprego para níveis nunca antes atingidos é uma situação muito recente para a economia portuguesa, que coincidiu com o fim do ciclo de vida dos grandes setores tradicionais, como o têxtil ou o calçado, em que o padrão de especialização evoluiu pouco. Isto quer dizer que houve uma evolução estrutural reduzida na indústria, com escasso investimento em renovação, inovação e qualidade, e os trabalhadores destes setores de atividade, sendo pouco qualificados, em grande parte ficaram desempregados. No setor das obras públicas, gerador de muitos postos de trabalho, a crise também se notou. O mesmo autor afirma que houve um abrandamento da produtividade, o que implicou despedimentos por falta de capacidade das empresas de assegurarem os empregos. Perante um mercado global cada vez mais competitivo, a economia portuguesa ficou também condicionada pelo aparecimento de mão-de-obra concorrente a mais baixos custos, como é o caso da China, conforme Rajado (2012).

A indústria multinacional deslocou também as suas fábricas para mercados mais atrativos, com perspetivas de maior produção, aliada a menores custos, o que provocou o encerramento de pequenas e médias empresas, porque as ligações produtivas e comerciais que mantinham com essas multinacionais e às quais dedicavam exclusividade haviam terminado (Rajado, 2012). A consequência mais visível destes encerramentos foi, mais uma vez, o aumento da taxa de desemprego que, para Centeno *et.al.* (2009), desde o início da última década, não tem parado de aumentar, apresentando agora características de desemprego de longa duração. Para além do

aumento do desemprego em Portugal, também a entrada na União Económica e Monetária, em 1999 e, posteriormente, a adesão ao euro, permitiram que a economia portuguesa ficasse mais exposta e vulnerável perante a competitividade externa, ou seja, deixou de poder fazer a sua própria defesa através de desvalorizações. As políticas macroeconómicas existem para o conjunto da Zona Euro; como tal, a economia portuguesa está obrigada a cumprir uma política orçamental, conforme menciona Rajado (2012).

É ainda de salientar que, na atualidade, a Alemanha é vista como um país a seguir, e isso deve-se ao fato de o custo de produção dos produtos alemães para o mercado ser mais reduzido, e por isso, esta economia torna-se mais competitiva face às dos restantes países da zona Euro.

Corredera (2005) destaca que na Europa Ocidental o desemprego triplicou desde os anos 60 até 2005, ano em que era superior ao dos EUA. Na união europeia (UE), a taxa de desemprego voltou a aumentar desde 2001, devido ao reduzido crescimento económico registado nesse período, e o alargamento de 2004 só veio piorar a situação.

Em contexto português, é importante destacar que houve um aumento significativo do número de desempregados de 2000 até 2013, com exceção dos anos de 2008 e 2014, onde houve uma significativa redução de número de desempregados. (tabela 1).

Nos últimos dois anos, e analisando os dados do *Eurostat* sobre o desemprego nos países da UE que inclui Portugal, a comunicação social tem anunciado aos portugueses a diminuição do desemprego em Portugal.

Quem analisa com atenção os dados oficiais sobre o desemprego e o emprego, não estranhará o paradoxo existente: por um lado, os dados oficiais do desemprego são todos diferentes embora com um ponto em comum que é a diminuição; e, por outro lado embora oficialmente o desemprego esteja a diminuir, o emprego não aumenta; pelo contrário até diminui.

O anterior governo recorreu à formação profissional, aos contratos emprego inserção, aos estagiários, e aos ‘inativos disponíveis’ para reduzir os números do desemprego oficial conforme Rosa (2014). Para, além disto, outras medidas administrativas empolaram os dados do emprego com falso emprego: desempregados

inseridos à força (se não aceitarem perdem o direito ao subsídio de desemprego ou ao rendimento social de inserção que eventualmente estejam a receber) nos Contratos Emprego-Inserção (CEI) e os estagiários, ambos considerados nos números oficiais de emprego, empolam assim de uma forma artificial o emprego oficial, e representam uma percentagem cada vez maior do «emprego criado» em Portugal. Por este motivo, no ano de 2014, verifica-se uma queda na taxa de desemprego.

“É um aumento impressionante, que contribui para o «aumento» do emprego de que se gaba o primeiro ministro na sua mensagem de Natal. Mas é um crescimento falso do emprego que só engana os que não estão informados, de que se aproveita o Governo para manipular a opinião pública. Para Passos Coelho tudo serviu, mesmo o falso emprego.” (Rosa, 2014, p.1).

Em Abril de 2014, segundo o instituto de emprego e formação profissional (IEFP), 30.193 estavam em trabalho socialmente necessário, 92.376 estavam ‘ocupados’ em ações de formação e 39.299 em estágios profissionais o que dá 161.868 pessoas. Se estes desempregados, por estarem na situação de ‘ocupados’, não forem considerados nas estatísticas oficiais como desempregados, o desemprego oficial diminui.

Verifica-se assim uma redução na taxa de desemprego em 2014, uma vez que, os desempregados que estejam em contratos de emprego inserção e contratos emprego inserção+ (antigos POC) promovidos pelo IEFP são considerados como empregados; os estagiários são também considerados como empregados (talvez seja por isso que o governo pretende diminuir o período de estágio de 12 meses para 9 meses, pois assim aumenta o seu número); os desempregados que estejam em ações de formação profissional são considerados como desempregados ou inativos consoante o cumprimento dos critérios associados a cada conceito, por exemplo, se não tiverem procurado emprego no período de referência do inquérito, ou não estiverem disponíveis para começar a trabalhar imediatamente não são considerados desempregados. Assim, se se excluirmos dos números oficiais de desemprego os desempregados que estão na situação de ‘ocupados’ e aumentando o número destes, consegue-se baixar artificialmente o desemprego oficial (Rosa, 2014).

A estes desempregados são pagos salários de miséria financiados com fundos públicos, aproximadamente entre 500 a 550 euros, em que estes são forçados a aceitar pois caso contrário, perdem o direito ou ao subsídio de desemprego ou ao rendimento

social de inserção (RSI) que estão a receber. E isto apesar de realizarem um trabalho como qualquer outro trabalhador. O governo, as autarquias e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) estão a utilizar maciçamente esta mão-de-obra barata e sujeita a trabalho forçado (CEI) para substituir trabalhadores que despedem, ou que empurram para a reforma ou aposentação prematura, ou então que deixam de recrutar e que serve de exemplo a seguir pelos patrões privados. Segundo dados do IEFP referentes aos CEI, em dezembro de 2013, as autarquias já utilizavam 27.720 destes trabalhadores, o Ministério da Educação 8344, o Ministério da Saúde 2183; as IPSS, Misericórdias e outras entidades semelhantes 8933, como relata Rosa (2014).

Mas esta política de fomento de baixos salários estende-se também aos estágios financiados com dinheiros públicos, que beneficiam empresas privadas e públicas, autarquias, e outras entidades com ou sem fins lucrativos tendo a duração de 12 meses em que os estagiários recebem uma bolsa mensal, paga com dinheiros públicos, cujo valor varia com as habilitações escolares do estagiário: (a) 3.º ciclo básico: 419,22 euros; (b) Ensino Secundário: 503 euros por mês; (c) Licenciados, com o Mestrado e doutorados: 691,7 euros. Estes trabalhadores, apesar de receberem estas remunerações, realizam um trabalho idêntico ao de qualquer outro trabalhador. Findo o estágio, são obrigados a abandonar a empresa e, como a lei não estabelece qualquer limite à utilização de estagiários, são substituídos por novos estagiários. Deste modo, os patrões privados e públicos utilizam de uma forma crescente esta mão-de-obra barata e qualificada paga com fundos públicos, evitando assim contratar trabalhadores permanentes para as tarefas permanentes da empresa ou entidade, já que o Governo não impõe às empresas que nos fins dos estágios faça quaisquer contratações (Rosa, 2014). É mais um instrumento utilizado pelo Governo para promover uma política de baixos salários, funcionando esta medida e a anterior também como instrumentos de pressão sobre os salários dos restantes trabalhadores, sendo um exemplo a seguir pelos patrões.

Também o anterior governo utilizou os dados do desemprego registado para convencer a opinião pública de que o desemprego diminuiu no país. O chamado desemprego registado, ou seja, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, não dá uma informação completa sobre o desemprego no País, já que muitos desempregados não se inscrevem nos Centros de Emprego, pois não têm qualquer

benefício nisso, porém estes dados são também utilizados para mostrar a redução do desemprego.

Segundo Rosa (2014), os dados divulgados mensalmente nas estatísticas dos centros de emprego, de Janeiro a Novembro de 2014, inscreveram-se de novo nos centros de emprego 666.758 desempregados, e os centros de emprego só conseguiram arranjar trabalho para 96.460. Isto significa que não conseguiram arranjar emprego para 570.298 desempregados que se inscreveram nos centros de emprego durante o ano de 2014. Todavia, *“entre Janeiro de 2014 e Novembro de 2014, o chamado desemprego registado diminuiu em 92.452, pois passou de 690.535 para 598.08.”* (Rosa, 2014). A questão que se coloca é: Como foi conseguida esta redução de desemprego milagrosa? Através do abate administrativo maciço de desempregados nos ficheiros dos centros de emprego, utilizando uma multiplicidade de pretextos, como por exemplo, o desempregado não responder ao postal enviado pelo IEFP. Foram abatidos nos ficheiros dos Centros de Emprego 662.750 desempregados que se encontravam neles inscritos e não foi dada qualquer explicação pública desse facto. É também desta forma, que o IEFP e o governo conseguem reduzir os números do desemprego registado que depois utilizam na sua campanha de propaganda e de manipulação da opinião pública tal como refere Rosa, (2014).

Se juntarmos a isto a emigração em massa de portugueses na idade mais ativa por não encontrarem emprego em Portugal, só no 1º trimestre de 2014 emigraram 61,7 mil com idade até aos 34 anos, é fácil de compreender porque razão o desemprego oficial diminuiu.

Mediante tudo isto, transforma-se desempregados em empregados, ou desempregados deixam de ser considerados desempregados. E assim se reduz o desemprego oficial, tal como se confirmou em 2014.

Tabela 1 - *População desempregada: total e por sexo (Indivíduo- Milhares) Fontes de Dados – INE – Inquérito do Emprego. Fonte: POR DATA Última atualização: 2015/06/26*

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2000	206,0	89,4	116,6
2001	214,2	91,7	122,5
2002	270,5	120,9	149,6
2003	340,4	159,0	181,4
2004	359,1	168,5	190,5
2005	414,1	192,9	221,1
2006	420,6	190,5	230,1
2007	440,6	192,4	248,2
2008	418,0	188,7	229,3
2009	517,4	252,9	264,6
2010	591,2	277,7	313,5
2011	┐ 688,2	┐ 350,2	┐ 337,9
2012	835,7	434,2	401,6
2013	855,2	436,2	419,0
2014	726,0	361,5	364,5

Em termos estatísticos, segundo o INE, relativamente ao género, o número de mulheres desempregadas em Portugal tem sido na sua maioria superior ao número de homens desempregados, com exceção no intervalo de 2011 a 2013 (tabela 1). Quanto ao desemprego em função das faixas etárias (tabela 2), verifica-se que o número de desempregados tem vindo a crescer até 2010, sofrendo uma ligeira redução em 2011 e elevando novamente valores até 2014; o maior número de desempregados apresenta-se na faixa etária dos 25-34 anos, até 2010. A partir de 2011 até 2014, o número de desempregados era maior entre 45-54 anos, juntamente à faixa dos 25- 43 anos. De 2013 para 2014, o número de desempregados diminui, salvo o grupo etário com mais de

55 anos, onde o fator idade dificulta a procura de emprego. A faixa etária com menor número de desempregados é representada por indivíduos com menos de 25 anos, e isso pode ter a ver com o fato, de estarem ainda a estudar, e não estarem na sua maioria inscritos no centro de emprego. A população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, nomeadamente os jovens com ensino superior e à procura do primeiro emprego registam ainda assim aumentos no número de desempregados ao longo dos anos.

Tabela 2 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário – Continente (Indivíduos – Milhares) Fontes de Dados – INE – Inquérito do Emprego Fonte: POR DATA Última atualização: 2015/06/26

Anos	Grupos etários					
	Total	<25	25-34	35-44	45-54	55+
2002	336,7	54,6	82,9	64,5	65,3	69,3
2003	417,6	67,6	108,8	81,7	78,4	81,1
2004	451,2	68,2	114,8	89,9	87,8	90,5
2005	466,1	66,5	116,7	94,8	94,6	93,4
2006	448,0	59,5	110,4	91,8	95,0	91,3
2007	397,9	52,7	94,2	80,6	87,8	82,5
2008	382,2	50,6	88,3	79,2	86,3	77,8
2009	478,4	63,4	113,1	105,4	108,1	88,4
2010	534,7	64,3	125,1	122,9	124,4	98,0
2011	526,8	60,8	119,0	122,9	124,9	99,2
2012	634,4	77,6	147,3	152,8	146,6	110,2
2013	671,7	82,8	148,4	160,0	158,0	122,4
2014	604,6	74,6	121,8	138,3	144,8	125,0

Outro aspeto importante de analisar quando falamos de desemprego é a sua duração. Em Portugal, o número de indivíduos no desemprego de longa duração e curta

duração apresentam valores variáveis entre 2000 e 2014 (quadro 3). De 2000 – 2004, no ano de 2007 e 2009 o desemprego de longa duração sofreu reduções, mas é de salientar que na sua maioria se tem apresentado um desemprego de longa duração ao longo dos anos. De 2000-2005, o desemprego de curta duração teve sempre mais dominância, e apesar de ter vindo sempre a crescer não consegue combater os valores apresentados de desemprego de longa duração que cresceram também drasticamente no passar dos anos. Gonçalves (2005) afirma que o número de pessoas que permanece no desemprego durante um período longo ou muito longo tem vindo a crescer, mas estes dados não são preocupantes apenas em números absolutos, mas sim as taxas de desemprego de longa duração e de muito longa duração que têm aumentado e isso sim se torna muito preocupante.

Tanto o desemprego de curta duração como de longa duração têm apresentado valores crescentes, na sua maioria, ao longo dos anos, mas é no ano de 2014 que ambos os valores sofrem uma descida significativa, possivelmente devido à emigração. O encorajamento constante do anterior governo e o seu apelo à emigração, levaram vários jovens na sua maioria com habilitações académicas superiores, a procurar oportunidades de emprego no estrangeiro, o que mais uma vez, já referido, diminui os valores de desemprego oficial, embora de maneira camuflada.

Tabela 3 - População desempregada: total e por duração da procura de emprego (indivíduo-milhares) Fontes de Dados – INE – Inquérito do Emprego Fonte: POR DATA Última atualização: 2015/06/26

Duração do desemprego			
Anos	Total	Menos de 1 ano	1 ano ou mais
2000	206,0	116,4	89,5
2001	214,2	125,6	85,3
2002	270,5	167,4	100,3
2003	340,4	210,6	128,5
2004	359,1	191,4	166,4
2005	414,1	204,1	207,3

2006	420,6	200,7	218,2
2007	440,6	222,0	215,8
2008	418,0	207,1	208,3
2009	517,4	274,5	240,8
2010	591,2	268,8	320,0
2011	⊥ 688,2	⊥ 322,2	⊥ 366,0
2012	835,7	383,0	452,7
2013	855,2	324,3	530,9
2014	726,0	250,3	475,8

Por outro lado, podemos verificar que a parcela de indivíduos à procura de primeiro emprego tem diminuído ao longo dos anos (Tabela 4). O número crescente de despedimentos pode influenciar esta variável, uma vez que a pessoa fica desempregada e tem que procurar um novo emprego. Muitas das vezes o fator idade também pode estar aqui presente, se uma pessoa fica desempregada e já tem uma idade avançada, torna dificultada a tarefa de arranjar um novo emprego, ficando presente na estimativa ao longo do tempo.

Tabela 4 - *População desempregada: total e por tipo de desemprego (indivíduo- milhares)*

Fontes de Dados – INE – Inquérito do Emprego Fonte: POR DATA Última atualização:

2015/06/26

Anos	Tipo de desemprego		
	Total	À procura do 1º emprego	À procura de novo emprego
2000	206,0	27,2	178,7
2001	214,2	34,7	179,5
2002	270,5	41,0	229,4
2003	340,4	45,8	294,6
2004	359,1	48,3	310,8

2005	414,1	57,1	357,0
2006	420,6	57,2	363,4
2007	440,6	59,8	380,8
2008	418,0	56,2	361,8
2009	517,4	53,9	463,5
2010	591,2	61,6	529,7
2011	⊥ 688,2	⊥ 72,2	⊥ 616,0
2012	835,7	89,3	746,4
2013	855,2	91,2	764,1
2014	726,0	88,0	638,1

Medidas de combate ao desemprego – Portugal

GAF (Gabinete Social de Apoio à Família)

Neste âmbito, e em contexto nacional, existem comunidades que possuem conhecimento relativo a esta dinâmica pluridimensional do desemprego, como é o caso particular do GAF (Gabinete Social de Apoio à Família), instituição particular de solidariedade social, que exige como missão: desenvolver respostas sociais de qualidade, com um espírito humanista e solidário, que promova os direitos, a qualidade de vida, a inclusão e a cidadania de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou económica. Os principais objetivos do GAF são: acolher as pessoas e famílias que manifestem necessidade e solicitem apoio humano ou de carácter religioso; oferecer oportunidade de formação às famílias sobre as mais variadas temáticas, a fim de prevenir ruturas e desequilíbrios e proporcionar um serviço de consultadoria psicológica, jurídica, social, religiosa através de uma equipa de técnicos qualificados. GAF (Boletim Informativo Digital).

POISE (Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego)

O aumento do emprego e o combate ao desemprego, nomeadamente de longa duração e dos jovens, bem como a luta pela inclusão e o combate das desigualdades e

discriminações, constituem objetivos comuns a toda a União Europeia, que são assumidos no Portugal 2020 com a devida prioridade. Neste sentido, o Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego permite reforçar os instrumentos nacionais que concretizarão uma estratégia que promova um crescimento inteligente, respondendo de forma sustentada ao desafio do emprego e da inclusão social.

O Programa Operacional Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE) visa o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social. O PO ISE prossegue, assim, dois dos objetivos temáticos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - o Objetivo Temático 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores e o Objetivo Temático 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.

O PO ISE abrange em regra as regiões menos desenvolvidas do Continente – Norte, Centro e Alentejo - sendo a prossecução da sua ação no território complementado pela intervenção dos Programas Operacionais Regionais (POR), que também abrangem o domínio da Inclusão Social e Emprego.

No âmbito do OT 8, promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores será dada uma resposta particular ao elevado nível de desemprego jovem através da Iniciativa Emprego Jovem, que constitui o Eixo 2 do PO ISE. Também o desemprego de longa duração, a incidência territorialmente diferenciada do desemprego e as baixas qualificações da maioria dos desempregados, bem como o elevado peso de trabalhadores com baixas qualificações, particularmente em pequenas e micro empresas e de empregados com "vínculos instáveis", terão resposta neste PO. Por outro lado, a elevada desigualdade, designadamente entre homens e mulheres e entre os mais e os menos qualificados, os constrangimentos à conciliação da atividade profissional com a vida privada e familiar, o acesso limitado dos empregados menos qualificados a oportunidades de formação e de aprendizagem ao longo da vida serão prioridades de intervenção.

No que se refere ao OT 9, Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, será reforçada a intervenção das políticas públicas em prol da inclusão social e do emprego, em particular de pessoas com dificuldades de (re)integração

profissional e em risco ou em situação de pobreza ou exclusão social, num contexto económico e social reconhecidamente difícil, incidindo em duas grandes vertentes de intervenção: i) na capacitação ou apoio direto a essas pessoas, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade; e ii) e na promoção da melhoria sustentável de serviços (públicos, privados/associativos ou sem fins lucrativos) de qualidade, particularmente na área social e de saúde. Para concretização desta estratégia será mobilizado um conjunto de prioridades de investimento em torno dos seguintes eixos que estruturam a intervenção do PO ISE: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego; Eixo II Iniciativa Emprego Jovem; Eixo III Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; Eixo IV Assistência Técnica (suporte eletrónico – poise.pt).

Programas Ocupacionais

Existe um projeto em vigor em Portugal que pretende incluir as pessoas desempregadas em programas ocupacionais. De certa forma, este programa relaciona-se com o programa de intervenção.

Segundo Rosa e Rebelo (2006), os Programas Ocupacionais têm como objetivo incluir desempregados em atividades socialmente úteis. Ou seja, os destinatários são os desempregados em situação de carência económica comprovada e desempregados subsidiados. O objetivo deste programa passa por proporcionar aos desempregados uma ocupação socialmente útil, enquanto não lhes surgem alternativas de trabalho ou de formação profissional, mantendo-os assim em contacto com outros trabalhadores e outras atividades, evitando o isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização.

As entidades promotoras são as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos: entidades de solidariedade social, serviços públicos, autarquias, desde que as atividades ocupacionais a promover por estas entidades não se destinem a preencher postos de trabalho já existentes.

Este programa tem permitido que um elevado número de pessoas desempregadas, e de entidades, tenha desenvolvido ações socialmente úteis, por exemplo apoio à ação educativa, apoio à infância e apoio a idosos, animação cultural,

apoio social e comunitário, preservação e proteção do ambiente, preservação do património, limpeza e conservação dos espaços públicos (Rosa e Rebelo, 2006)

Rosa e Rebelo (2006) verificam que as pessoas desempregadas que nos últimos anos frequentaram este tipo de ações são maioritariamente mulheres, com baixos níveis de escolaridade e com idades entre os 35-49 anos. O tradicional predomínio de pessoas carenciadas, tem vindo a dar lugar ao envolvimento de desempregados subsidiados.

De certa forma, isto envolve a pessoa numa ocupação, ou melhor, num trabalho, mas a percentagem que a pessoa recebe a mais face ao subsídio que recebia, está por volta dos 20%, mais de alimentação e/ou de transporte. Para algumas pessoas isto não é muito viável, dado que a ocupação é encarada como um trabalho, do qual não estão a ser devidamente recompensados. Como tal, algumas pessoas julgam ser uma opção melhor estar em casa e a receber o subsídio, do que estarem a realizar um trabalho, pois o valor que vão receber não é de todo satisfatório face à ocupação/trabalho e não varia muito em relação àquilo que já recebiam se estivessem em casa. Por esses motivos, algumas pessoas preferem estar a receber o subsídio em casa do que entrar nestes programas ocupacionais, e fazem até “piscates” ao mesmo tempo, como forma de conseguirem suportar as suas despesas familiares.

Exclusão Social

Contextualização do conceito

A exclusão social é um fenómeno que está presente na nossa sociedade desde ostempos remotos. As sociedades antepassadas não aceitavam bem a deficiência, tanto física como psicológica, provocando uma exclusão quase total das pessoas portadoras desta. As famílias chegavam mesmo a esconder essas pessoas da convivência com outros, isolando-as do mundo. Como exemplos, tivemos alguns fenómenos associados a doenças ou deficiências, o caso das doenças venéreas como a tuberculose, da lepra associada à impureza ou castigo divino; da loucura, onde existia um sentido de perigosidade social que representava uma ausência completa de noção (entidade mórbida) e o vício. Felizmente, o mundo desenvolveu levando a uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Estas transformações aconteceram, em grande maioria, no final do século XIX e começo do século XX na Revolução Industrial, com o aparecimento do interesse pela educação nos países desenvolvidos. Esse interesse provocou o início do atendimento aos deficientes, bem como o aparecimento da educação especial destinada a um movimento de inclusão escolar e social.

A abordagem psicológica da exclusão social surgiu mais tarde e inclui um aspeto macropolítico. Esta abordagem revelou-se inicialmente nos sistemas prisionais na década de 80 e 90 do séx XIX.

As sociedades atuais encontram-se a vivenciar um contexto económico desfavorecido, que provoca consequências ao nível do plano social. Os processos de exclusão social são uma manifestação da questão social emergente na atualidade e torna-se importante explorar o conceito de exclusão social, para intervir de forma dinâmica e saudável numa perspetiva de integração do sujeito.

São vários os autores que definem a temática da exclusão social, mas torna-se complexo chegar a uma definição precisa devido à multiplicidade de conceitos inerentes a este fenómeno.

O conceito de exclusão propriamente dito reporta as suas origens em publicações científicas feitas em França, nos anos oitenta, e sendo referido embora superficialmente em documentos da Comissão Europeia, no início da década de noventa. Nos primeiros

debates entre os Estados-membros, o conceito referia-se de uma forma pragmática ao fenómeno de desemprego de longa duração numa perspetiva pouco estática em que o somatório dos aspetos negativos inerentes a este momento eram todos apresentados ao mesmo nível. Mais tarde, o foco deslocou-se para a dinâmica da exclusão social, vista como um processo no interior, do qual determinados grupos eram afastados do mercado e de outras instituições sociais e se confrontavam com uma série de dificuldades em outras áreas.

Neste âmbito, para entender melhor a noção de exclusão social, é necessário proceder-se à reconstrução dos pilares da sua conceção e perceber a sua consolidação no pensamento social.

Foi a partir dos anos oitenta, com a persistência dos efeitos da crise do petróleo e com as transformações no processo produtivo devidas às inovações tecnológicas, que se registou uma distorção entre os níveis de oferta e da procura de trabalho. Os primeiros programas de formação e as tentativas de flexibilização da legislação trabalhadora, criadas para enfrentar esse problema, não impediram o crescimento do desemprego. A variável económica assumiu, então, uma posição explicativa central, razão pela qual o desemprego e/ou as formas atípicas de emprego alteravam negativamente os salários. A nova pobreza corresponderia, assim, a uma população cuja participação na vida económica e social seria conjunturalmente aleatória, como refere Fretigné (1999).

No final da década de oitenta, o termo exclusão social adquiriu uma grande visibilidade no debate político e teórico internacional. Essa visibilidade pode ser explicada pela necessidade de explicar e entender um fenómeno geral de empobrecimento e carências mesmo para os países europeus que no momento do pós-guerra, que estenderam à maioria da sua população condições de vida e ações de integração social bastante positivas.

Segundo Zioni (2006), nos anos noventa, a expressão estava consagrada a tal ponto, que seria possível pensar que se estava a inaugurar um novo capítulo no entendimento da questão social: a tendência à precariedade e à marginalidade (antes periférica que viria a tornar-se central), o recrutamento social de pobres alargava-se à custa de novas fatias da população, a impiedosa espiral da exclusão remetia duramente esses grupos populacionais em direção ao fundo. A exclusão assumiu a cena pública e tornou-se o grande medo do fim do século.

O conceito foi primeiramente referido nos trabalhos do sociólogo Lenoir, em 1974, onde refere a temática da exclusão como sinónimo de inadaptação social. Este autor interessa-se principalmente pelo *handicap* físico e mental, pelas pessoas idosas e outros inadaptados, como delinquentes, fugitivos, prostitutas e marginais. A sua abordagem desvia-se de determinações unilateralmente psicologizantes dado que a exclusão seria um fenómeno irreduzivelmente social cujas suas origens encontram-se na própria organização social, não se tratando de pobreza individual, mas de disfunção social. Este autor refere como fatores responsáveis da exclusão, características presentes na sociedade moderna: a urbanização incontrolada produtora de segregações sociais e raciais, o distanciamento geográfico crescente que enfraquece as solidariedades familiares, o êxodo rural, a inadaptação do sistema escolar, crescimento das desigualdades de renda e de acesso aos cuidados.

De acordo com Xiberras (1993), seguindo uma abordagem antropológica, o fenómeno da exclusão social é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo. Os processos de exclusão são múltiplos e muitas vezes se inter cruzam, existindo também, valores e representações sociais, que acabam por excluir as pessoas. Desse modo, o excluído seria aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores.

A exclusão social entende-se como uma situação de privação coletiva de uma parcela significativa da população, no acesso a uma cidadania plena. Cidadania esta, que entendemos estar construída através do acesso a todos os direitos civis, políticos e sociais. Entre os direitos de cidadania, destacamos: a) a inserção na esfera produtiva, através do trabalho, enquanto categoria central da dignidade humana; b) a educação, em seu sentido mais amplo, como elemento mediador de acesso e de desenvolvimento das potencialidades humanas; c) a participação social, política e comunitária; e ainda, uma distribuição de renda com maior equidade.

A cidadania plena é ter consciência de direitos e deveres. Não somente conhecer os direitos e deveres, mas também distingui-los e respeitá-los. Vivenciá-los no dia a dia. Oferecer ao outro a mesma liberdade que busca para si. Viver em equilíbrio, respeitando o planeta como nossa casa e que deverá ser a casa dos que ainda virão. Possibilitar a sustentabilidade da vida para gerações futuras.

Segundo Sposati (1993), exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar na sociedade que leva à privação, recusa, abandono e expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social não é apenas pessoal ou individual embora atinja pessoas. Está presente em várias formas de relações económicas, sociais, culturais e políticas da sociedade. A situação de privação coletiva é entendida como exclusão social e pode incluir pobreza, discriminação, subalternidade, desigualdade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade

Neste sentido, percebemos que o processo de exclusão social apresenta-se como um processo multidimensional e que afeta diretamente todo o seio social. Este processo estabelece relações de ordem económica, social, política, cultural, educacional, ecológica e tende a ser reproduzido por mecanismos que o sustentam e o expandem.

Para Xiberras (1993), uma das formas mais chocantes da exclusão social ocorre com a “rejeição para fora das representações normalizantes da sociedade avançada”. Podemos citar a pobreza e o desemprego, pois, numa “sociedade onde o modelo dominante continua a ser o *Homo Economicus*, convém participar na troca material e simbólica generalizada. Todos aqueles que se recusam ou são incapazes de participar no mercado serão logo percebidos como excluídos” tal como aponta Xiberras (1993). Desta forma, a pobreza denotaria uma incapacidade de participar no mercado de consumo e, o desemprego, a incapacidade de participar no mercado de trabalho. Assim, podemos entender que embora, de maneira diferente, estes dois fenómenos excluam os indivíduos dos mercados de trabalho e de consumo, contudo podem ser considerados como processos semelhanteses, na sua maneira de rejeitar os homens para fora do que a sociedade moderna detém de mais invejável: a esfera dos bens e dos privilégios económicos.

Para este mesmo autor, a exclusão social, portanto, ocorre como resultado de uma rede de ruturas dos vínculos sociais. Existe assim a rutura com três vínculos: com os valores e apresentações sociais próprios a uma determinada sociedade (vínculos societais); com os laços e relações de afeto e parentesco (vínculos comunitários) e, por último, com a capacidade de comunicação com o exterior (vínculos individuais).

A exclusão é encarada como trajetória de sucessivas e crescentes ruturas sem retorno, conceção que se aproxima da desenvolvida por Castel (1991) onde se debruça sobre as diversas trajetórias da exclusão no espaço urbano.

O sociólogo Paugam (1996), aborda também o paradigma da exclusão e apresenta como ponto positivo o fato de que, por meio dele, a nossa sociedade toma consciência dela mesma e das suas disfunções, procurando assim, embora sem sucesso, soluções para esse problema emergente. O pauperismo caracteriza a entrada na sociedade industrial, antes das conquistas sociais e das regularizações estatais. A exclusão, hoje, representaria a crise estrutural dos fundamentos desta sociedade, depois de décadas em que se imaginou que a miséria teria desaparecido. Ambos os termos remeteriam a situações precárias de trabalho, à ausência de qualificação, ao desemprego e à incerteza sobre o futuro, mas a similitude não seria total porque, enquanto o primeiro seria explicado pela situação enfrentada no início da industrialização, a noção de exclusão seria entendida atualmente como um processo de afastamento de populações menos qualificadas. O que ambas as noções compartilhariam seria o fato de acentuarem o risco de perturbação para a sociedade como um todo, apelando, portanto, às reformas sociais (Zioni, 2006).

Desqualificação social

Para Paugam (2003) “nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam” Na actualidade a pobreza é apreendida de forma negativa, como o autor salienta “a pobreza é o símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral”.

A desqualificação social é um conceito utilizado por Paugam, e refere-se a este, numa primeira aproximação àqueles que não participam plenamente na vida económica e social. Esta desqualificação aponta para o descrédito daqueles que já não participam mais na sociedade. Nesse sentido analisar a desqualificação social dos indivíduos é estudar a diversidade dos estatutos que os caracterizam, as identidades pessoais, isto é, os sentimentos subjectivos da própria situação que vivem no decurso de várias experiências sociais e as relações sociais que mantêm entre si e com os outros.

Paugam (1996) desenvolve abordagens etnográficas e estudos tanto macro como micro – sociológicos, e identifica quatro situações nas quais podem estar envolvidas as populações designadas como ‘pobres’:

1. A estigmatização dos assistidos: humilhado pela condição de assistido, o indivíduo encontraria dificuldades para estabelecer e manter vínculos e relações sociais mais amplas. Essa situação constitui-se como uma exclusão relativa, visto que eles ainda fazem parte da sociedade. Aqui se podem considerar as pessoas introvertidas com dificuldades em estabelecer contatos ou relações sociais.
2. Os pobres assistidos da coletividade podem conservar meios de resistência a essa situação e manter-se em nível de inclusão social.
3. Os modos de resistência ao estigma ou de adaptação à situação de assistido podem variar de acordo com a fase do processo de desqualificação.
4. Nas condições sócio-históricas que conduzem ao recurso da assistência social, o autor reconhece três fatores intervenientes:
 - a) um nível elevado de desenvolvimento económico e uma forte degradação do mercado de trabalho;
 - b) uma grande fragilização dos vínculos sociais, principalmente primários;
 - c) a inadaptação dos modos de intervenção dos sistemas de proteção social.

A partir destes pontos, o autor verifica pessoas com características comuns e agrupadas por necessidade de compreensão sociológica criando categorias de análise: os frágeis, que sofrem intervenções pontuais; os assistidos, que sofrem intervenções regulares; e os marginais, que não passam por intervenções.

D'Allondans (2003), contribui também para uma nova perceção acerca da exclusão: defende que a exclusão, ou exclusão social, não possui uma definição conceitual, mas pode ser entendida como uma construção social, isto é, a exclusão pode ser vista como um produto histórico de mecanismos sociais e não como um estado resultante de atributos individuais e coletivos. Este autor realça que nos anos noventa, a

exclusão “ganhou” realmente um espaço definitivo na cena pública, afirmando-se como objeto de estudo de vários autores, em que o ponto comum a todos, talvez passasse pelo reconhecimento de que os processos de exclusão derivam do dismantelamento das identidades coletivas, ligado ao fim das grandes unidades industriais que contribuíam para certa homogeneização social.

Numa visita a Touraine, D'Allondans (2003) encontra uma nova visão de sociedade em que: a exclusão caracteriza uma sociedade horizontal, na qual é importante saber se nos encontramos próximos do centro ou se fomos afastados para as trevas exteriores da periferia, em oposição a uma sociedade vertical, na qual se trata apenas de saber se estamos situados mais ou menos ao alto da hierarquia.

Silver (1995) classifica as diferentes definições de acordo com três tipos de orientações sociológicas:

- 1) Paradigma republicano e da solidariedade: a exclusão é vista como uma rutura do vínculo social, de tipo cultural, entre o indivíduo e a sociedade, uma deficiência de solidariedade mais do que uma questão económica ou política defendido em trabalhos de Xiberras (1996) e Schnapper (1991). Trata-se de uma via entre o liberalismo e o socialismo.
- 2) Paradigma da especialização: o vocábulo não é utilizado, mas considera-se a diferenciação social como uma experiência individual a partir de critérios de análise de eficiência e escolha. Com uma orientação liberal, é seguido por autores como Stoleru (1990).
- 3) Paradigma do monopólio do poder: verificado em trabalhos de Boudieu (1993) e Weber (1991) que trabalham a noção de nova pobreza, entende a exclusão social como decorrente da interação entre classes sociais e o poder político, que numa ordem coercitiva, defenderia os interesses dos grupos incluídos. O combate à exclusão seria efetuado por meio da extensão da cidadania, entendida nos moldes de Marshall.

Desinserção social

Mais tarde, a temática da desinserção social foi analisada e desenvolvida por Gaulejac e Léonetti, em 1997. Consideram que o que deve ser estudado é o processo

que conduz à desclassificação, denominada desinserção social. A exclusão resulta de processos pertencentes à desinserção social, como a rutura de laços de solidariedade e risco de marginalização. Segundo os autores, cada época histórica produz os seus pobres; a desinserção seria um fenómeno individual produzido pela substituição da luta de classes pela luta por lugares e posições na sociedade. Isto não corresponde de todo à realidade, pois a luta de classes continua a existir. A história do homem é a história da luta de classes. Para Karl Marx, a evolução histórica dá-se pelo antagonismo irreconciliável entre as classes sociais de cada sociedade. Foi assim na época escravista – senhores de escravos e escravos, na feudalista – senhores feudais e servos e assim é na capitalista – burguesia e proletariado. Entre as classes de cada sociedade há uma luta constante por interesses opostos, eclodindo em guerras civis declaradas ou não. Na sociedade capitalista, a qual Marx e Engels (1998) analisaram mais intrinsecamente, a divisão social decorreu da apropriação dos meios de produção por um grupo de pessoas, os burgueses, e outro grupo expropriado que possuem apenas o corpo e a capacidade de trabalho, os proletários. Estes são, portanto, obrigados a trabalhar para o burguês. Os trabalhadores são economicamente explorados e os patrões obtêm o lucro através da mais-valia. Esta é a força matriz por trás de todas as grandes revoluções da história. Na desinserção social, o processo social, de maneira corrupta, atribuía a responsabilidade pelas inadequações aos próprios excluídos. A exclusão seria um processo decorrente do desemprego, da pobreza, da estigmatização social, do isolamento, da rutura, da ausência de redes de suporte que atingiriam todos os indivíduos da sociedade, não somente as classes desfavorecidas. O indivíduo é visto como estando fora da norma por sua própria culpa.

“A desinserção nos aparece como interiorização da exclusão tida em termos de inutilidade; no trabalho como na esfera social, ninguém parece ter necessidade desses indivíduos, em nenhum lugar eles vão encontrar um lugar útil que lhes traga um pouco de dignidade e respeito para eles mesmos”. Gaulejac e Léonetti (1994)

As pessoas tendem a apontar a utilidade como um dos requisitos para a existência social. Se estes indivíduos não fazem nada socialmente útil, como podem existir socialmente? A conceção de desemprego como inutilidade passa muitas vezes para o conceito de doença, porém, é reforçada pela demonstração de resistência a essa doença,

pela procura incessante da cura pela pressão, pelo ingresso no mercado de trabalho. Entretanto, nem todos têm condição de resistir. A partir daqui, cada vez mais se aproximam da miséria. Estas pessoas entram em crises de representações, de valores, de referências. Segundo Santos (2000), quando se está empregado, não é uma garantia de vida, mas é um incentivo para continuar. Mesmo reconhecendo que estar empregado não é sinónimo de vida tranquila, mas é melhor do que estar sem emprego. Existem diferenças entre estes dois eixos: o doente resiste, ou tenta resistir, à doença, enquanto o indigente já está entregue ao destino da indigência/miséria. Geralmente, quem fala de desemprego como doença está fora do mercado de trabalho a menos tempo daqueles que se consideram indigentes, dado que o desemprego prolongado provoca essa aguda sensação de inutilidade.

Os fatores que desencadeiam a desinserção são vividos no plano individual e têm um carácter multidimensional: perda de emprego, dificuldades financeiras, ruturas familiares, expulsão da moradia, desvalorização identitária. Basicamente, a exclusão seria decorrente de percursos particulares próprios de pessoas mais fragilizadas

Assim como na desqualificação social, também a desinserção social estabelece fases para este processo: ruptura com a perda de emprego, por exemplo; encadeamento de ruturas; apelo a meios institucionais para subsistir e entrada nm grupo excluído.

Desfiliação/ desvinculação social

A exclusão não é, pois, a desigualdade, nem a diferenciação social, nem a desvantagem social; a exclusão é uma rutura de vínculos – desvinculação, um processo de descolagem relativamente à sociedade envolvente, onde há a rutura de vínculos e um desinvestimento em si mesmo.

Para Castel, podemos distinguir quatro estádios do processo da exclusão social: a integração, a vulnerabilização, a assistência e a desfiliação. Este último, o momento mais extremado de exclusão social, corresponde à rutura dos laços com a própria família e grupos mais próximos. Nesta perspetiva, a exclusão será o resultado de uma série de ruturas de pertenças e de relações, que isola os indivíduos, afastando-os dos grupos e da

sociedade em geral. Como refere Castel (1991), “ hoje a zona de integração abre brechas, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta a zona de desfiliação”.

Para Castel (2003), falar em exclusão social significa considerar que existem indivíduos rejeitados pela sociedade. Para o autor não existia ninguém fora da sociedade a não ser – casos-limites. Baseou-se em vários estudos empíricos e afirma que os indivíduos classificados genericamente como excluídos procedem de situações individuais muito diferentes entre si, como os desempregados de longa duração, jovens desempregados e aqueles que apresentam algum *handicap*. A maneira negativa de agregar diferentes perfis individuais não permite analisar as dinâmicas que os deixaram nessas condições. Este é um aspeto grave na medida que muitos indivíduos foram descartados por questões conjunturais. Castel utiliza o termo supranumerário ou inútil para se referir aos sujeitos que estão na sociedade que não têm realmente uma posição ou papel social dentro dela. Ninguém fica completamente fora da sociedade mas, por outro lado, existem muitos que não conseguem encontrar o seu legítimo lugar na mesma.

Este autor afirma ainda que a inutilidade social não significa a inexistência social; aliás, Castel opõe a noção de exclusão social à de desfiliação, que caracteriza um processo de rutura da coesão social. Na atualidade, as novas formas de invalidação social são produzidas pela desestabilização dos mecanismos de regulação, o que faz com que o processo de desfiliação seja encarado como onipresente.

A desvinculação/desfiliação é entendida como um processo progressivo de desinstitucionalização, de perda de ligação com os quadros objetivos que estruturam a vida social. Têm-se, então, indivíduos desconectados da sociedade, salientando-se, porém, que esse conceito refere-se a processos feitos de ruturas e de pertenças e não a uma situação estática.

Castel (2003) distingue três zonas de variação da coesão social:

1. Uma zona de integração social que não apresenta dificuldades reais;
2. Uma zona de vulnerabilidade onde se acumulam precariedade de empregos e fragilidade de suportes relacionais;

3. Uma zona de exclusão onde estão concentrados os indivíduos mais fragilizados.

A zona intermediária, de vulnerabilidade, constitui-se como uma zona fronteiriça. Trata-se, então, de entender como se dá a passagem de um espaço para o outro, sendo que a "exclusão", assim, estaria colocada como uma possibilidade, um risco.

Para Castel (2003), a precariedade do emprego, a desestabilização da sociedade salarial fazem com que seja difícil a garantia de uma cobertura social estável, o que provocaria a criação de uma zona de turbulência social capaz de alimentar, constantemente a zona de desfiliação, de direitos precários. É por isso que, segundo o autor, os excluídos podem ser originários dos mais diferentes meios sociais (Castel, 2003). A pobreza e a exclusão social são um processo que reflete um déficit de integração e se revelam em estreita relação com o emprego.

A noção de desfiliação recobre, uma série de situações bastante diferentes, que têm em comum o facto de expressarem um modo particular de dissolução dos laços sociais como o resultado de uma dinâmica de precarização e de fragilização. Assim, vulneráveis e excluídos parecem indivíduos em situação bastante próxima, mas desfiliaados seria uma palavra mais adequada para defini-los, porque estariam desligados mas dependentes do centro, visto que a desfiliação não significa uma falta total de linha social mas a ausência de inserção do sujeito nas estruturas que são providas de sentido (Castel, 1996).

Para Quéau e Moati (2003), exclusão social trata-se de uma noção equivocada, que pode descrever algo das sociedades contemporâneas e que tem sido usada para designar as vítimas da crise económica e social envolvendo, sempre, situações de carências e de pessoas colocadas à margem.

O autor entende que se deve pensar exclusão social como uma categoria social, que participa do processo de compreensão social, que é definida não só em termos metodológicos mas também como condição ontológica da existência da sociedade. O excluído, constitui também, como referido, uma categoria, o que implica entender o seu significado. As categorias definem-se através de duas características essenciais: a) devem ser abrangentes mutuamente exclusivas. Afirma-se que uma boa categorização é aquela que consegue colocar todos os fenómenos dentro das categorias propostas

(abrangência), e aquela que ao mesmo tempo não permite que nenhum fenômeno possa ser colocado em mais de uma categoria (mútua exclusão).

Assim, a teoria de categorização – apesar de aproximar-se de uma teoria da formação e organização de conceitos – não pode ser reduzida a ela, porque conceitos e categorias são diferentes entre si. Conceito, explica o autor, é baseado em conhecimentos definidos, enquanto categoria seria procedente de uma imaginação coletiva pela qual uma sociedade se pode representar, em que uma categoria como desvio exprime antes de tudo uma relação social.

Segundo Guareschi (1992), categorias definem-se através de duas características essenciais: devem ser abrangentes e mutuamente exclusivas. Uma boa categorização é aquela que consegue colocar todos os fenômenos dentro das categorias propostas (abrangência), e aquela que ao mesmo tempo não permite que nenhum fenômeno possa ser colocado em mais de uma categoria. Em certa medida, não existe uma categoria que abranja todo um determinado grupo de fenômenos, pois todo fenômeno é relativo, e nesse sentido está aberto e ligado à totalidade, nem existem categorias mutuamente exclusivas, pois acabam por se se incluir, pelo simples fato de se relacionarem.

A exclusão social concerne, igualmente, importantes dimensões simbólicas, com um forte potencial de marginalização. A estigmatização dos grupos sociais representados como diferentes ou desviantes por outros grupos ou pela sociedade no seu conjunto promove uma relação social, baseada nas representações coletivas da estratificação social, dos laços da sociabilidade, das concepções e valores sobre a própria sociedade. Este processo de rejeição, carregando um importante potencial estigmatizante e excludente, tende a afetar a vertente subjetiva da exclusão, ou seja, aquilo que os excluídos pensam de si próprio, o que tem consequências graves do ponto de vista da sua auto-estima. A exclusão social apresenta igualmente, uma importante dimensão espacial ou territorial, resultante do crescimento incontrolado das periferias e as suas condições de vida, assim como resultado da escassez ou mesmo ausência de serviços e equipamentos públicos.

Lembrando a afirmação de Castel (1996), segundo a qual assim como a ponta do *iceberg* pode fazer esquecer o que está submerso no mar, a categoria explicativa poderia esconder as raízes do problema social. Quéau concorda com Castel, para quem

a questão é mais profunda. Lembra, também, a relação entre a flexibilidade do trabalho e a exclusão social. Vulnerabilidade, precariedade, instabilidade, todas essas questões relacionadas ao emprego seriam abafadas pelo tratamento e discussão da categoria de exclusão social (Moati, 2003). De maneira mais radical lembra como as políticas sociais contra a exclusão social desenvolvem um aspeto de legitimação do poder, mantêm a coesão social sem conduzir a nenhum questionamento em relação aos princípios sobre os quais se baseiam.

Para Castel (2003), os desfiliados do sistema, mais do que excluídos, seriam pessoas que perderam antigas proteções sem encontrar novas. A desfiliação seria, assim, explicada como uma transformação gerada por uma nova fase do capitalismo. Considera, ainda, que parte importante dessa população excluída seria composta por trabalhadores que foram inutilizados pela atual conjuntura tecnológica e económica.

Moati (2003) acredita que no fim do século XX, desenvolveu-se um paradoxo a plano económico-social. Depois de trinta anos de crescimento, sucederam-se trinta anos de crise e talvez novos anos de crescimento estejam por chegar. Mas, de qualquer maneira, a nova economia que se desenvolve a partir das novas tecnologias implica em mudanças nos modos de organização da atividade económica e da própria vida. Para ele, essas transformações trazem, também, o crescimento das desigualdades, o desenvolvimento do trabalho precário, a persistência de um desemprego de massa.

Surge então nova terminologia desenvolvida por Moati (2006) para caracterizar este paradoxo: a nova economia e a exclusão exprimem uma fração da população dos países industrializados que se encontra afastada, ou seja, às margens da sociedade. Nesta perspetiva, pode-se falar de exclusão internacional para designar o facto de que certo número de países em vias de desenvolvimento mostra dificuldades para encontrar o seu lugar na nova divisão do trabalho, ao mesmo tempo que é utilizado para designar as grandes desigualdades entre territórios regionais.

Neste ponto de vista, a exclusão social remete ao enfraquecimento da participação dos indivíduos nas redes sociais mais fundamentais do contexto em que vivem. Pode ser associada à pobreza, mas não se reduz a ela; na sociedade atual existem mais desigualdades do que aquelas produzidas pela sociedade industrial.

Para Martins (1997), pode-se designar exclusão social aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações económicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais.

A situação atual pode ser entendida como uma nova exclusão, na medida em que as novas tecnologias tornam desnecessários vários segmentos populacionais tanto a nível de produção como de consumo.

De acordo com Escorel (1999), exclusão social é uma expressão cada vez mais utilizada, constituída por várias dimensões e que designa vários fenómenos, e por esse motivo corre o risco de não caracterizar nenhum de uma forma clara e precisa. Este autor reconhece ainda a pertinência da empregabilidade deste termo para a caracterização da pobreza urbana. A exclusão social designa um estado e um processo. Um processo porque fala em movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão e que é potencialmente excludente. Estado porque essa condição é o resultado objetivo de um movimento: as formas de exclusão social podem ser caracterizadas por trajetórias de labilidade dos vínculos sociais até à rutura completa, atravessando terrenos de dissociação ou desvinculação. Entre o início da trajetória e a rutura total existem, certamente, situações (ou zonas) intermediárias de ruturas parciais dos vínculos, eventualmente reconstruídos a partir da criação de novos vínculos. Os fenómenos de exclusão social, limítrofes ou não, estruturam-se sobre o pilar da necessidade, mas também revelam uma lógica de exclusão, que se manifesta em dimensões como da cidadania e representações sociais.

A exclusão social pode ser uma categoria de análise, apenas numa sociedade que se pensa como relacional e inclusiva quando é abordada como um processo e não apenas em oposição à integração social.

Segundo Wanderley (1999), a exclusão social é um fenómeno multidimensional, que supõe uma multiplicidade de trajetórias de desvinculação. Os excluídos são todos aqueles que são rejeitados dos nossos mercados materiais ou simbólicos, dos nossos valores. Logo, os excluídos não são apenas aqueles que são rejeitados física, geográfica ou materialmente, ou os afastados do mercado de trabalho que não têm acesso a bens e

serviços, mas são também aqueles cujos valores não são reconhecidos socialmente, e por isso são excluídos culturalmente.

O Comité do Bem-estar das Eurocidades (2000) aponta o fenómeno da exclusão social como um complexo de processos no qual segmentos populacionais específicos são excluídos ou se encontram à margem dos mercados, onde os recursos socialmente valorizados, materiais e não materiais são distribuídos. Isto torna óbvia a ideia de que as sociedades, no seu processo de desenvolvimento, tal como o conhecemos, marginalizam e, no limite, excluem indivíduos ou grupos sociais da participação nos frutos do progresso económico-social, inviabilizando o seu acesso a direitos humanos constitucionalmente garantidos, tal como aponta Silva (1999). Esta definição serve apenas para orientação, pois a exclusão social é muito mais abrangente.

Segundo Costa (2008), a exclusão social parece um nome moderno para falar da pobreza, por se tratar de um termo mais vago e, por isso, politicamente menos comprometedor. Este autor defende que o conceito de exclusão não substitui o de pobreza, pelo contrário complementam-se. Para isso é necessário compreender os conceitos. Primeiramente, devemos entender a pobreza como uma situação de privação por falta de recursos, o que implica que a pobreza inclua precisamente a privação e por outro lado, a falta de recursos. Isto quer dizer que a situação de privação sem falta de recursos não se pode tratar de pobreza e, conseqüentemente, o tipo de resposta trata-se do uso adequado desses mesmos recursos. No entanto, existem maneiras de resolver a tal privação sem resolver a pobreza, já que a maior parte das medidas para resolver a privação não tem qualquer impacto sobre a escassez de recursos. Quanto maior for a situação de privação, maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão. A pobreza representa assim uma forma de exclusão social, isto é, não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Existem formas de exclusão social que não implicam pobreza. O conceito de exclusão implica estar excluído de algo. O contexto a considerar quando falamos de exclusão social deve partir das esferas sociais em que a pessoa vive. Assim quando falamos em exclusão social significa a exclusão da sociedade, ou seja, a referência que procuramos é a própria sociedade.

Costa (2008) reforça: a sociedade é aqui vista como um conjunto de sistemas sociais a que o indivíduo pertence. A relação de uma pessoa com a sociedade depende das suas redes de sociabilidade, bem como do funcionamento e posicionamento no domínio económico, quer no que se refere aos sistemas geradores de rendimentos, quer à possibilidade de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento em sociedade. A consistência da relação com os sistemas geradores de rendimentos depende da existência e do nível e regularidade dos salários, das pensões e do rendimento. Podem então decorrer situações de insuficiência de recursos que leva à pobreza e a deficiente distribuição dos rendimentos que origina a desigualdade ou perda de autonomia financeira e dívidas. Outra das dimensões subjacentes à exclusão refere-se à relação que estabelecemos com as instituições básicas, através das quais concretizamos formas de exercício dos direitos à cidadania. Procura-se perceber se existem obstáculos que, para além dos financeiros impeçam ou facilitem a inclusão das pessoas nestes mesmos subsistemas (Costa, 2008).

O autor ainda salienta que a maneira mais comum de identificar se uma pessoa é pobre ou uma pessoa é socialmente excluída consiste em avaliar as suas condições de vida objetivas, uma vez que é a dimensão mais visível e observável da pobreza, mesmo não sendo esta a mais grave. Essas condições são justamente a alimentação, o modo de vestir, as condições de habitação, o estado de saúde, entre outras. Apesar destas carências materiais serem já uma dificuldade por si só, a pobreza é um problema muito mais abrangente e complexo, já que essas mesmas necessidades afetam o bem-estar do indivíduo tanto a nível psicológico como social: os seus afetos, as suas condutas e comportamentos, as suas ideias, o cumprimento dos seus deveres e a utilização dos seus direitos.

Após todas as abordagens descritas, pode-se elaborar uma possível noção daquilo que a exclusão social representa. A exclusão social não é necessariamente uma situação económica e pode surgir de fenómenos naturais ou da modificação dos paradigmas de pensamento.

Entende-se por exclusão social a incapacidade e/ou falta de motivação para participar, construtivamente, na sociedade. Ou seja, esta pode implicar privação, falta de recursos ou de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania.

A quebra do vínculo, seja de que tipo for, está sempre associada à exclusão. A rutura pode dar-se no meio laboral, profissional, conjugal ou familiar cujas dimensões são a vinculação, doença, estatuto social, cariz económico, identidade cultural. Esta perda pode também estar associada à perda de investimento em si próprio, frustrações mal resolvidas. O sujeito pode estabelecer um vínculo com o espaço, desenvolvendo uma noção de pertença. A exclusão é, em simultâneo, causa e consequência de desvio.

As representações da exclusão passam muito pela imagem; no entanto existem exclusões invisíveis, que não se captam à vista desarmada. Através da fragilização da rutura dos laços sociais, a exclusão social pode-se tornar uma vulnerabilidade.

O conceito de exclusão tem subjacente a ideia de que as sociedades, no seu processo de desenvolvimento, tal como o conhecemos, marginalizam, e em termos limite, excluem indivíduos ou grupos sociais, da participação nos frutos do progresso económico- social, inviabilizando o seu acesso a direitos humanos constitucionalmente garantidos. A exclusão manifesta-se pela perda do lugar conquistado na responsabilidade pública social e pela discriminação aquando da não realização do direito à diferença. A ideia de exclusão social constitui-se no contraponto da conceção de universalidade e dos direitos sociais, configurando-se como negação da cidadania, o não-cidadão.

A exclusão social refere-se à vedação de acessos e implica uma desprogramação do sujeito/vida, de sintonia social, ruído que gera a entropia no sistema dito auto-regulado e governado por *mão invisível*. Em psicologia, torna-se prioritário elaborar um plano de intervenção centrado nas linhas de gerais de reinserção onde se insere a recompetenciação em termos formativos, educativos e culturais através de um rastreio por técnicos sobre competências do indivíduo e, se possível, fomentar ou recriar competências pessoais e sociais; na reprogramação do sujeito e na conquistar do indivíduo para a mudança.

Fatores precipitadores de exclusão

Existem inúmeros fatores que conduzem os indivíduos à exclusão social, destacando-se a pobreza como um forte precipitador de exclusão social. A pessoa que

nasce num seio pobre, possivelmente continua este ciclo. Em Portugal, estamos perante uma pobreza rural severa e um ciclo de perpetuação da pobreza.

No reinado de D. Fernando, em 1375, mediante a grave crise económica que se atravessava e num contexto onde a peste negra se revelou drasticamente, foi proclamada a ‘lei das sesmarias’. A peste negra levou à falta de mão-de-obra nos centros urbanos, devido às mortes causadas, o que desencadeou o aumento dos salários artesanais. Perante isto, verifica-se a fuga dos campos para as cidades. A falta de mão-de-obra rural levou à diminuição da produção agrícola e ao despovoamento de todo o país. A *lei das sesmarias* e outras disposições locais anteriores pretendiam fixar os trabalhadores rurais às terras e diminuir o despovoamento. É evidente que lembrar a lei das sesmarias não pode ter por objecto sugerir que seja posta em vigor esta tão antiga intervenção real. Mas a leitura da circunstância em que foi promulgada, talvez desperte o talento governativo para as necessidades de hoje. Olhar para um critério não apenas de contabilidade orçamental, mas antes com atenção à urgência de impedir que se agrave o desequilíbrio do território nacional, isto é: que o despovoamento cresça, e que instituições sejam constrangidas pela falta de recursos, como exemplo, instituições de ensino superior. A forma de distribuição dos rendimentos e a forma como a economia está distribuída nos países (demografia) também propiciam a exclusão.

Aliado à pobreza, muitas das vezes está o desemprego, por diversos motivos, em consequência da info-exclusão.

A exclusão pode ser originada pelo surgimento de uma doença incapacitante súbita, psicológica ou física, a morte do cônjuge ou familiar importante para a organização do agregado familiar. As situações de toxicodependência ou alcoolismo, aumentam os níveis de criminalidade, e levam também à exclusão por parte da sociedade.

Existe frequentemente uma dimensão de espaço no fenómeno da marginalidade, no sentido em que as populações marginais tendem-se a concentrar em determinados bairros, agregados pela segurança social, que são marcados por vezes por uma elevada taxa de desemprego, uma elevada dependência em termos de qualidade de vida e bem-estar, más condições de habitação, elevadas taxas de delitos pouco graves, poluição ambiental – fatores estes negativos e indicadores de um processo de *ghetização*. Por vezes as políticas de correção podem ter abordagens estigmatizantes tal como refere Figueira (2014). Estes sujeitos mesmo não sendo pobres, são vulneráveis à pobreza e são aqueles, para os quais, o sistema ainda não conseguiu dar uma resposta.

Os mecanismos que reforçam a exclusão por vezes são vários fatores combinados que provocam o bloqueio no mercado. Nem sempre combater a exclusão é promover a inclusão.

Tipos e formas de Exclusão

A exclusão social é uma problemática com pluralidade de funções e preocupações. Trata-se, portanto, de um fenómeno poliédrico que engloba várias faces que permitem a sua compreensão.

Relativamente à configuração da exclusão podem-se constatar duas formas: auto-exclusão e hétero-exclusão. A auto-exclusão remete para o isolamento orienta o processo de vida para a exclusão, é quando o próprio indivíduo se exclui da sociedade e a hétero-exclusão refere-se ao fato da sociedade excluir o indivíduo. Existem segmentos populacionais se incluem nos dois grupos de exclusão como é exemplo a etnia cigana ou os idosos.

Costa (2007) identificou cinco tipos de exclusão social:

Económica: Este tipo de exclusão está, fundamentalmente, relacionado com a ‘pobreza’, ou seja, falta de recursos. Está relacionado com as seguintes situações: más condições de vida; poucas habilitações literárias; emprego precário, ou seja, trabalho instável, sem contrato, sem condições e/ou mal remunerado;

Social: Este tipo de exclusão está relacionado com o domínio dos laços sociais, ou seja, é uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento que, por vezes, está associada à falta de autossuficiência e autonomia pessoal. Como exemplo: os idosos que vivem na solidão, os deficientes que não têm quem os apoie, os doentes crónicos/acamados que precisam de cuidados especiais e que lhes são negados. Temos de ter em atenção que este tipo de exclusão pode não ter qualquer relação com a falta de recursos, e, resultar do estilo de vida de familiares e/ou amigos, de falta de serviços de bem-estar, ou de uma cultura individualista e pouco sensível à solidariedade.

Cultural: Este tipo de exclusão está relacionado com os fatores de ordem cultural, políticos ou religiosos_(racismo, xenofobia). Mas podem ser de natureza cultural os motivos que levam a sociedade a dificultar a integração social (ex-reclusos).

Origem patológica: Este tipo de exclusão está associado a um tipo de causas que podem estar subjacentes a situações de exclusão social, que dizem respeito a fatores patológicos (psicológicas/mental). As formas que nos podem levar a identificar determinada patologia são: a orientação, a memória, o pensamento, o afeto, e o temperamento mediante a análise psicológica e o diagnóstico de probabilidade de outra doença.

Comportamentos autodestrutivos: Algumas pessoas encontram-se em situações de exclusão social ou de autoexclusão, em consequência de comportamentos autodestrutivos (toxicod dependência, alcoolismo, prostituição). Alguns destes comportamentos também aparecem associados à situação de ‘sem-abrigo’ e, tanto podem ser causas como consequências dessa situação.

Dimensões da exclusão social

Baráibar (1999) refere três dimensões da exclusão social: a económica, a sociocultural e a política.

A económica refere-se ao desemprego estrutural e à precarização crescente das relações de trabalho, que provocam processos de desfiliação, ou seja, de não integração no mundo do trabalho, que traz uma rutura progressiva da inserção social. O desemprego, além da restrição a bens e serviços, provoca o sentimento de inutilidade, de incapacidade pessoal, da não ocupação de um lugar digno na sociedade.

A dimensão sociocultural refere-se à participação nas redes primárias, instituições e organizações, além da participação na constituição de normas e valores socialmente aceites como válidos (vertente simbólica). Muitas vezes associa-se a situação de pobreza ou desemprego à marginalidade e à violência, criando-se formas de estigma e discriminação. Incluem-se nessa dimensão o não reconhecimento das diferenças (discriminação por género, etnia, religião, ou não aceitação de valores, ideias ou modos de vida). Na realidade, os excluídos sofrem de falta de reconhecimento em termos de valores e são proscritos do mundo simbólico. São frequentemente reprimidos, rejeitados e sentem-se inferiorizados. Exclusão não quer dizer ausência de relação social, mas ausência de participação nos espaços socialmente legitimados (Baráibar,

1999). A dimensão política está relacionada à cidadania e refere-se ao acesso aos direitos civis (proteção, acesso à justiça, igualdade), políticos (participação e tomada de decisão) e sociais (acesso a serviços básicos como a saúde e educação. É o reconhecimento que o outro é um ser semelhante, sujeito de direitos e também com hipótese de ampliá-los.

Deste modo, é notória a complexidade na definição do fenómeno da exclusão social, pois a sociedade convive com as velhas formas de excluir, como se fossem fatores insignificantes, ao mesmo tempo que o desemprego estrutural atinge milhares de indivíduos, ainda mais, agora, além dos pobres, mendigos e sem-abrigo, abrange também a classe média em todo o mundo.

Categorias de excluídos

A baixa auto-estima, o baixo auto-conceito e a alta desejabilidade social são algumas das características dos excluídos.

Segundo Garcia (2000), Simmel estabelece três classes de excluídos: os invisíveis, os outros e os estranhos. Os invisíveis - quando não estamos sensibilizados para a questão, não lhe ligamos, quase não reparamos neles. Os outros - já atribuímos algum estatuto. Normalmente, a nossa postura sobre o outro é de comparação; temos curiosidade pelo outro. Estranhos - os estranhos são normalmente os sujeitos que são mais distantes (porque não os conhecemos) e paralelamente os que nos estão mais próximos porque há medida que conhecemos melhor alguém encontramos mais diferenças com o outro.

Capucha (2005), realça no seu trabalho que as categorias mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social são:

1) Idosos - devido à insuficiência de recursos económicos (baixas pensões) não garantindo a sua qualidade de vida. Excluem-se, por vezes, pela forma como a sociedade se organiza. Não saem de casa devido à falta de mobilidade. Isto dá lugar, muitas vezes, à solidão e falta de autonomia bem como ao isolamento resultante do afastamento dos familiares que vão à procura de melhores condições de vida e adquirem novos estilos de vida e acabam por perder interesse na vida do idoso.

2) Desempregados de longa duração, para os quais os maiores obstáculos à reinserção no mercado de trabalho se devem às fracas qualificações e capacidades, e a competências profissionais limitadas; sendo o trabalho um elemento central na sociedade em que vivemos, e uma obrigação indiscutível do cidadão, e um meio fundamental para a realização pessoal e social do ser humano;

3) Grupos étnicos e culturais minoritários, cuja vivência é frequentemente associada à precariedade das condições de vida, devido aos baixos níveis de habilitações literárias e fracas qualificações profissionais. Por sua vez, podem ter tudo isso e continuam a ser excluídos, por racismo ou falta de recursos financeiros. Durante anos a política em Portugal foi assistencialista que não resolve os problemas. Deve-se adotar um modelo psicológico, nomeadamente a intervenção psico-inclusiva;

4) Famílias monoparentais, com privação de recursos económicos, pelo facto da maioria destas famílias serem constituídas por mulheres, e devido ao facto do desemprego dentro deste grupo ser mais elevado; como o trabalho é a única fonte de rendimento, a falta deste cria situações que podem conduzir à pobreza. Nas famílias biparentais, isto também acontece.

5) Pessoas com deficiências e com falta de oportunidade de inserção profissional apresentam uma acentuada dependência social e familiar e, ainda, uma difícil integração social.

6) Jovens em risco, na sua maioria, são jovens privados de meio familiar normal. Por vezes pertencentes a gangues.

7) Toxicodependentes, ex-toxicodependentes e alcóolicos sujeitos à estigmatização e marginalização social dificulta, também, a sua reinserção social;

8) Detidos e ex-reclusos, com grandes dificuldades de reinserção socioprofissional após a libertação, pelo facto de possuírem poucas qualificações académicas e profissionais, agravado pela estigmatização de serem ex-reclusos, consequente de comportamentos desviantes. Comportamento de exclusão social por vezes é um comportamento de desvio (pareceres racionais).

9) Sem-abrigo, que vivem um processo de rutura com a sociedade em muitas situações devido ao desemprego, toxicodependência, problemas de saúde e problemas familiares. Estes indivíduos apresentam muitas vezes fraca empatia, psicopatologias várias, encontram-se dependentes de drogas ou álcool ou num estado amotivacional,

não estão recetivos para a mudança. É preciso adotar estratégias de intervenção que permitam reinvidualar, reintegrar, reprogramar e recompetenciar o indivíduo.

Rodrigues et al., (1999) acrescenta ainda:

10) Mulheres, pela discriminação a vários níveis.

11) Jovens a procura do primeiro emprego, nomeadamente, os que não possuem formação e qualificações profissionais;

12) Indivíduos com doenças crónicas, a nível físico, cuja debilidade física dificulta o exercício de uma profissão (deficientes locomotores); a nível psicológico, em que a psicopatologia interfere na vida quotidiana ou bem-estar. Por vezes, existe um processo gradual patológico. Por vezes, a exclusão também se reflete em pessoas que tenham características físicas diferentes do ‘normal’.

Para, além disso, pessoas ligadas à prostituição, também se refletem como excedentes da sociedade, pois estão associados a doenças, toxicodependência, falta de valores e desmoralidade. Os grupos religiosos e as vítimas de abuso, incluindo aqui o abuso sexual ou a violência doméstica, são muitas das vezes populações que se encontram também excluídas da sociedade.

Desemprego e exclusão social

Relação causa-efeito

Torna-se necessário explorar o conceito de desemprego a fim de criar estratégias tanto para prevenir como intervir nesta temática bem como analisar o fenómeno de exclusão social que é muitas vezes resultante do fenómeno de desemprego. Aliás, o próprio desemprego é uma forma de exclusão social económica, o que revela que estes dois conceitos podem estar completamente interligados. A exclusão social significa a exclusão da sociedade e reporta a várias esferas sociais em que a privação de recursos associada à pobreza (que pode ter origem no desemprego), constitui uma forma de exclusão. O desemprego é uma forma de exclusão social económica, o que revela que estes dois conceitos estão interligados.

Segundo Araújo & Jordão (2011), o desemprego não conduz necessariamente à pobreza ou à exclusão social. Isto porque o desemprego pode apenas ser temporário e os

recursos podem ser suficientes para um indivíduo conseguir manter-se nas redes sociais existentes. Torna-se, então, evidente que quanto maior for o período de desemprego mais suscetível o indivíduo está de sucumbir à pobreza ou à exclusão. Por outro lado, um indivíduo que tenha um emprego não está necessariamente salvo da exclusão ou da pobreza. Tomemos como exemplo as inúmeras pessoas que possuem profissões com baixíssimos salários. Estas, mesmo tendo emprego, estão vulneráveis à ameaça da exclusão social. A degradação das situações de emprego, nomeadamente o aumento da precariedade, flexibilidade e do desemprego instituem na sociedade os princípios da fragilização e da vulnerabilidade social. Este tipo de factos apontam para o carácter dinâmico deste tipo de questões, como também para a sua complexidade.

Outra questão que vale a pena abordar é o facto de o emprego não ser apenas uma fonte de rendimento. É também um garante de estatuto social ou um promotor das redes de socialização. Então os indivíduos não trabalham apenas para obterem o sustento, mas trabalham também para estabelecerem laços sociais, para urdirem ligações com as pessoas que os rodeiam, tal como aponta Centeno, Erksine & Pedrosa (2000).

Abordemos então as práticas do novo capitalismo: a flexibilidade do mercado de trabalho é considerado atualmente como sendo o melhor propulsor do crescimento económico. Assim, constatamos o desaparecimento das relações de trabalho regulares, estáveis, protegidas e estabelecidas de uma lógica coerente de socialização. O que agora podemos observar é a difusão de múltiplas formas instáveis de emprego, a sua precarização e a sua degradação, a deturpação do potencial integrador do trabalho e o aumento do desemprego. Isto aconteceu devido ao aprofundamento de uma lógica económica que se baseia na libertação máxima dos mecanismos de mercado. O que põe em questão, mais que tudo, é o trabalho como centro dos mecanismos de coesão social. As empresas deixarem de ser organizações de integração vertical para passarem a ser agora empresas de rede. Os indivíduos têm, por exemplo, que lidar com as muito fortes probabilidades de terem que deslocar-se constantemente. Assim, o mercado de trabalho individualiza-se e perdem-se os espaços de socialização e identificação baseados no trabalho como argumenta (Centeno *et. al.* 2000).

Podemos ver agora a maneira como isto se relaciona com a exclusão social. Aliás, podemos até dizer que as mudanças no mercado de trabalho desempenham um papel importantíssimo na propagação do fenómeno multidimensional que é a exclusão social.

A exclusão social é uma desvinculação dos laços sociais. Exatamente pelo emprego não ser apenas uma fonte de subsistência é que podemos dizer que a substituição do rendimento se revela insuficiente para combater a exclusão social. Portanto, é necessário mais que a atribuição de subsídios e ajudas materiais para combater este ataque às formas de socialização.

Araújo & Jordão (2011) defende que na relação entre o desemprego, a pobreza e a exclusão social existem duas consequências nocivas ao nível da formulação de políticas. A primeira, consiste no erro de pensar que ajudas materiais deixam de fora situações de exclusão social. A segunda, é que a resposta para o combate à pobreza está ligada ao desenvolvimento económico e ao crescimento da produção.

Sennet (1998), refere que este modelo é incapaz de dar aos seres humanos razões para se ajudarem uns aos outros, o que pode provocar, como designa, a superficialidade degradante.

O crescimento económico também não chega para combater a exclusão social, que é motivada por estas questões e é um problema que emerge a nível mundial. Porém, este fenómeno deve ser combatido prioritariamente a nível local, levando em conta todas as particularidades regionais apresentadas e posteriormente a um nível nacional e internacional.

CAPÍTULO II- Impacto psicossocial e físico do desemprego

Impacto psicológico, social e físico do desemprego

A perda de emprego gera um conjunto de consequências psicossociais que provocam a deterioração do bem-estar psicológico dos indivíduos.

Primeiramente, torna-se relevante salientar que o desemprego é o maior propulsor da exclusão social e aumenta os problemas relacionados com a saúde física e mental do sujeito. Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que gera.

Estudos comprovam que a violência e o crime, de um modo geral, estão diretamente relacionados com o desemprego, pois sem trabalho o sujeito torna-se impossibilitado de prover sustento à sua família, que leva muitas das vezes a entrar no ‘mundo’ do crime: roubar, furtar ou até mesmo usar a violência/agressão. O indivíduo acaba por adoecer psicologicamente, com a incapacidade de expressar as suas emoções, a falta de atenção, o stress, o desejo de autopunição ou mesmo a tentativa de fuga da situação através da criminalidade.

De acordo com Estramiana (1992), ter um trabalho promove a construção da identidade através da posse de estatuto e a realização de uma atividade que permite a criação de rotinas porque é ocupado que o indivíduo se mantém ativo e motivado. Portanto, o emprego possibilita também a estruturação do tempo e a criação de relações interpessoais. Desempenha por isso uma função psicossocial, pois permite a aquisição de estatuto e de construção de identidade e como impõe a realização de uma atividade, permite estruturar o tempo e promover as relações sociais.

Com a situação de desemprego, verifica-se a quebra das rotinas que provocam um agravamento das condições psicológicas dos indivíduos, que levam à desmotivação e ao sentimento de inutilidade. O indivíduo desempregado vivencia uma privação das relações desenvolvidas em contexto de trabalho, o que poderá originar também uma quebra dos contactos sociais desenvolvendo-se um processo de isolamento. Segundo Castel (1995), a saída do mercado de trabalho pode levar ao isolamento social, isto porque a degradação das condições de trabalho proporciona impactos na vida quotidiana e no funcionamento institucional e fragilização dos suportes relacionais.

Dentre as consequências psicossociais do desemprego, destacam-se as aquelas que afetam grandemente o bem-estar psicológico da pessoa, intimamente relacionadas às ocorrências de deterioração do bem-estar físico, bem como de desagregação social. A

perda de emprego origina o aparecimento de sentimentos de desânimo, raiva, isolamento, desvalorização, insegurança, dúvida, desespero, vergonha, falta de pertença em relação à sociedade, sentimento de culpa e de vitimização pela situação em que se encontram, angústia, inutilidade, inibição, desorganização da vida, solidão e desmotivação. Também problemas associados ao alcoolismo, comportamentos aditivos e perturbações relacionadas com o sono (insónias), podem surgir durante o momento de desemprego.

Conforme Hayes e Nutman (1981), suicídio pode ser apontado como uma possível consequência do desemprego. Esse comportamento pode ocorrer devido à queda do *status* social e profissional, problemas em lidar com a mudança de papéis, dificuldade em lidar com a nova situação e em reconhecer a própria identidade e problemas em enquadrar-se em grupos sociais. Estes fatores suscitam um conflito interior no indivíduo, do qual, vê o suicídio como a única maneira de se livrar da situação.

Para além destas, outras consequências estão subjacentes a esta problemática, como é o caso da perda de parte substancial do estatuto de cidadania, a exclusão social propriamente dita, a perda de qualificações em longo prazo (desqualificação), a desigualdade racial e de género, a perda de laços sociais e de responsabilidades e a inflexibilidade organizacional.

O desemprego pode ainda potenciar a ansiedade, baixa auto-estima ou o sentimento de frustração, insegurança e insatisfação com a vida, elevar os níveis de agressividade, bem como dificuldades cognitivas que podem desencadear problemas físicos ou até mesmo psicossomáticos (úlceras, artrite, hipertensão), que afetam o comportamento e o desempenho do indivíduo. Estas consequências, conforme aponta Álvaro (1992), podem-se tornar mais graves nos casos em que o indivíduo se encontra numa faixa etária de plena vida ativa e assume responsabilidades de garantir o sustento dos seus descendentes.

Silva, Silva & Steiner (1986) afirmam que o desemprego causa frustração e sentimento de impotência no indivíduo, que gera uma agressão que é dirigida à família, e que origina instabilidade emocional no seio familiar. Além disso, afirma que existe um

impacto da falta de recursos financeiros sobre o ambiente familiar, que gera frustração, deterioração, raiva e instabilidade, as quais contaminam a relação familiar.

Já Liem e Liem (1988), referem que a reação psicológica do marido desempregado afeta toda a estrutura familiar, principalmente a esposa. A tensão emocional do desempregado causa conflitos familiares e pode começar a partir de certo tempo de desemprego, quando os papéis de cada um, dentro da família, começa a se deteriorar. O enfraquecimento da organização familiar é outra das consequências provocadas pelo desemprego, podendo culminar na rutura conjugal, ou divórcio. O casal pode começar a sofrer de depressão, ansiedade, somatização, a hostilidade aumenta, o que pode afetar a relação do casal.

Segundo Capucha (1998) o desemprego origina diversos problemas, entre os quais encontramos a rutura de laços familiares e a acentuação das tensões familiares, no momento em que a família tem que se adaptar à nova situação. O desemprego pode originar brigas familiares, pois o ambiente familiar é o primeiro local onde o desempregado vivencia este conjunto de consequências psicossociais, provocadas pela perda de emprego. No entanto, de acordo com Loisin (2006) existem situações em que o contrário também se verifica, isto é, o desempregado aproveita a sua situação para intensificar os laços familiares, uma vez que dispõem de tempo que lhes permite visitar familiares e cuidar das responsabilidades domésticas, como é o caso do cuidar dos filhos. Existem alguns indivíduos que têm uma reação positiva perante o desemprego dado que surge uma perspectiva de dar um novo rumo à carreira.

O desemprego pode originar o adiamento de projetos pessoais, tais como, o retardamento da decisão de ter filhos e o prosseguimento dos estudos, fruto de questões económicas e sociais, bem como a necessidade sentida pelos jovens de se estabilizarem economicamente antes de casarem ou terem filhos e as dificuldades de inserção laboral (Ferreira, Fernandes, Vieira, Puga & Barrisco, 2006) e, por outro lado, o adiamento da independência, já que a saída de casa dos pais faz-se cada vez mais tarde.

Os indivíduos que ficam desempregados vivenciam uma experiência de perda – a perda de emprego. As pessoas que sofrem algum tipo de perda passam por um processo de luto, para poder elaborar e lidar com a situação. A descrição deste processo pode facilitar a sua compreensão e perceção a nível psicológico.

Nesta perspetiva, é pertinente referir o trabalho da psiquiatra Kubler-Ross que menciona cinco fases do luto presentes em qualquer perda e que é pertinente abordar no contexto de perda do emprego, sendo elas: a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação.

A primeira fase é uma fase de negação, em que a pessoa nega a existência do problema ou situação. Pode não acreditar na informação que está a receber e tenta esquecê-la, não pensa nela ou ainda tenta encontrar provas ou argumentos de que ela não é a real. A pessoa tem dificuldade em encarar que está desempregada e tenta convencer-se que isso não aconteceu nem está a acontecer. Na segunda fase, a pessoa expressa raiva pela situação. É comum o aparecimento de emoções como revolta, inveja e ressentimento. Geralmente essas emoções são projetadas no ambiente. A terceira fase reflete a negociação, onde se tenta fazer algum tipo de acordo de maneira a que as coisas possam voltar a ser como antes. Essa negociação geralmente acontece dentro do próprio indivíduo e por vezes volta-se para a religião (promessas ou pactos). A quarta fase refere-se à depressão, pois ocorre um sofrimento profundo com emoções de tristeza, desolamento, culpa, desmotivação e medo face à situação de desemprego. É um momento em que acontece uma grande introspeção e há uma necessidade de isolamento. Na quinta fase existe um processo de aceitação, onde se vivencia e se aceita o rumo das coisas. As emoções deixam de estar à ‘flor da pele’ e a pessoa prontifica-se a enfrentar a situação com consciência das suas possibilidades e limitações.

Petroff, (2013) afirma que as pessoas não passam por essas fases de maneira linear, isto é, elas podem superar uma fase, mas depois retornar a ela (ir e vir), estancar em uma delas, sem ter avanços por longo período ou ainda suplantam todas as fases rapidamente até a aceitação. Não há regra. Tudo depende do histórico de experiências da pessoa e crenças que tem sobre si mesma e sobre a situação em questão. Existem pessoas que levam meses ou anos num vai e vem e nunca chegam à aceitação. Por outro lado, outros que em poucas horas ou dias fazem todo o processo, isso varia também em função do tipo de perda sofrido pela pessoa.

Segundo Pardilhó (2013), a rutura com a atividade profissional provoca no sujeito o surgimento de sentimentos como a humilhação, a crise de identidade, insegurança, instabilidade, desmotivação, desânimo, desencorajamento e até mesmo

vergonha social, uma vez que o indivíduo sente-se inferiorizado perante a sociedade. Estes sentimentos atingem uma dimensão maior e com sérias consequências quanto maior for a duração do desemprego.

Existem outras três teorias consideradas importantes na explicação do impacto do fenómeno do desemprego: a Teoria da Privação, de Jahoda, a Teoria da Agência, apresentada por Fryer, e a Teoria do Desânimo Aprendido de Seligman.

Teoria da Privação de Jahoda

Para Jahoda (1987) o trabalho traduz um conjunto de funções psicossociais que ultrapassam a mera obtenção de recursos económicos como o salário.

O emprego é encarado como uma instituição social que cumpre dois tipos de funções: a função manifesta e a função latente. A função manifesta do trabalho é, no ponto de vista de Jahoda, unidimensional e diz respeito à remuneração ou retribuição financeira atribuída pelo trabalho. A função latente é mais complexa, considerando-se que tem as seguintes dimensões: imposição de estruturação do tempo, alargamento do leque de experiências e atividades desenvolvidas com regularidade fora do contexto familiar, participação e associação a objetivos e propósitos coletivos, estímulo à atividade e definição de aspetos relativos ao estatuto e identidade pessoais.

Na situação de desemprego o indivíduo vivencia uma desestruturação do tempo, marcada pela quebra das rotinas, que podem ter consequências negativas, pois o trabalho oferece ao indivíduo um sentimento de pertença levando a que este se sinta à parte do movimento global da sociedade. Para Castel (1995), a expulsão do mercado de trabalho impulsiona o desenvolvimento do isolamento social, isto porque a degradação das condições de trabalho proporciona a dos suportes relacionais.

Tendo por base as funções do trabalho, a Teoria da Privação de Jahoda propõe uma explicação para a relação negativa, entre o desemprego e o bem-estar psicológico dos indivíduos. Esta autora sugere que esta relação é mediada pela perda de retribuições (função manifesta) e das funções sócio-psicológicas (funções latentes) do trabalho (Ribeiro, 2004).

Conforme explica Pardilhó (2013), pode-se referir então que as pessoas que se encontram desempregadas sofrem uma privação das funções desempenhadas pelo

emprego, sofrendo uma diminuição do seu estatuto e da sua identidade, uma diminuição dos rendimentos, uma retração das rotinas e dos contactos sociais e ainda, uma afetação do seu projeto de vida e das expectativas futuras, que são assoladas por sentimentos de incerteza.

Assim, a perda de emprego abarca um vasto leque de consequências psicossociais em vários domínios da vida do indivíduo tais como a personalidade e o comportamento.

Teoria da Agência de David Fryer

A Teoria da Agência de Fryer também aborda as questões psicossociais e é encarada como uma análise mais profunda da teoria apresentada por Jahoda.

Jahoda (1987) refere que Fryer defende que os indivíduos são considerados agentes livres e manifestam formas diferentes de viver e fazer frente à experiência do desemprego, sendo esta influenciada por aspetos individuais que caracterizam cada sujeito, como é o caso do género, da idade e do tempo de permanência na situação de desemprego.

Relativamente ao género, para o homem, uma vez que este é considerado o pilar basilar da família, o desemprego é encarado como um risco para a sua identidade, se for impossibilitado de cumprir o seu papel instrumental de sustento da família (função de ganha-pão na família). Também aqui podemos referir as questões da estigmatização juntamente com o processo de rotulagem acionado pela sociedade, que atribui aos indivíduos desempregados um estatuto social degradado, são vividas de forma mais intensa pelos homens, uma vez que o trabalho faz parte do modelo identitário masculino, do que pelas mulheres que encontram no trabalho uma forma de garantir a sua independência social e financeira.

Como refere Loisin (2006), “...em Portugal, raras são as mulheres para quem o desemprego é estigmatizante (...) os indivíduos para quem o desemprego é estigmatizante são maioritariamente os homens.” Os homens que se encontram no auge da sua vida profissional encaram de forma mais estigmatizante a perda de emprego que simboliza uma falha e incapacidade de assegurar a sua segurança económica.

Para as mulheres, estas questões apresentam uma maior resistência de afirmação, devido à duplicidade de papéis sociais (profissionais e domésticos) que não permitem

uma quebra tão drástica nas rotinas quotidianas e funcionam como uma camuflagem às questões psicossociais do desemprego, como é o caso do sentimento de inutilidade (Pardilhó, 2013).

A idade também se apresenta como uma característica importante na afirmação das consequências psicossociais do desemprego, uma vez que são os indivíduos em plena idade ativa ou com idade mais avançada, têm oportunidades de reinserção diminuídas com o avançar da idade.

Como menciona Pardilhó (2013), a experiência do desemprego é, desta forma, equiparada a uma montanha russa emocional que abarca um conjunto de efeitos negativos, que se intensificam em função da duração do desemprego, sendo eles a desmoralização, a ansiedade, a depressão, a resignação, a inatividade e o isolamento social que, em conjunto, provocam uma diminuição progressiva do otimismo face à possibilidade de encontrar um novo emprego.

Teoria do Desânimo Aprendido de Seligman

Segundo esta teoria, quando as ações desenvolvidas para contornar a situação de desemprego revelam insucesso, os indivíduos experienciam situações de desânimo pois estes são encarados com acontecimentos que não controlam ou que não conseguem ultrapassar.

De acordo com a Teoria do Desânimo Aprendido, o indivíduo atravessa um conjunto de três estádios para vivenciar uma situação de desânimo: a perceção – em que não existe uma ligação entre as ações desenvolvidas e os resultados obtidos, isto é o indivíduo desempregado desenvolve uma procura ativa de emprego mas não consegue o tão desejado posto de trabalho; desenvolvimento de expectativas futuras fracassadas, acreditando que a situação em que se encontra não se irá resolver; e, por fim, o surgimento de consequências psicossociais, como é o caso da queda de autoestima, desmotivação, sentimento de inutilidade e inferioridade, insegurança e apatia (Pardilhó, 2013).

Posto isto, pode-se referir que perante a constante procura de emprego, que se revela sem sucesso, o indivíduo sente-se incapaz, impotente e desmotivado. O indivíduo ao pensar que é incapaz de mudar a sua situação, desenvolve uma atitude de apatia que pode originar a suspensão da procura ativa de emprego e até uma interiorização do

desânimo. Isto acontece muito no desemprego de longa duração que origina nos indivíduos, que procuram emprego durante um longo período de tempo, atitudes de desânimo e desmotivação, podendo progressivamente instalar-se uma situação de conformismo, dando origem aos designados ‘desempregados desencorajados’, indivíduos, que por vários motivos desistiram de encontrar uma ocupação profissional.

O exercício de funções, não só é retribuído com uma remuneração como permite a estruturação do tempo, o alargamento de experiências e a definição da identidade e do estatuto do indivíduo. Os desempregados são privados de realizar as suas funções, e, como tal, isto diminui o seu estatuto perante a sociedade, influencia a sua identidade e modifica as suas rotinas e relações sociais, conforme descrito na Teoria de Jahoda. Segundo Loisin (2006), o indivíduo desempregado “tende-se a considerar como ‘anormal’, diferente e inferior” e ainda “a perda de emprego é sinónimo de identidade desvalorizada, de status inferior, originando a humilhação, a perda de dignidade e os problemas de identidade”.

Por sua vez, sentimentos de desmotivação e inutilidade surgem durante o período de desemprego, sendo influenciados pelo género, idade e duração de permanência no desemprego como referido por Fryer.

Segundo Seligman, quando as ações desenvolvidas para contornar a situação de desemprego revelam fracasso, as pessoas atravessam situações de desânimo. As ações desenvolvidas não vão de encontro aos resultados obtidos, o que inviabiliza boas expectativas face ao futuro, o que faz surgir sentimentos de inutilidade, inferioridade e insegurança. Ao fracassar diversas vezes na tentativa de recolocação, o indivíduo acaba por desistir de realizar qualquer movimento para mudar a sua situação, o que pode originar também a apatia.

O sofrimento psicológico inerente a todo este período de desemprego leva os indivíduos a encarar os eventos à sua volta de forma negativa, o que pode desencadear perturbações de ansiedade, humor ou até depressão.

Ora, pode-se constatar que, o emprego é um elemento estruturador na vida do indivíduo, como fonte de identidade, reconhecimento e relações. Contrariamente, o desemprego comporta um conjunto de consequências sociais e psicológicas que afetam o bem-estar dos indivíduos. A experiência de viver o desemprego também está de acordo com as características pessoais de cada indivíduo. As questões psicossociais são

cada vez mais importantes na vivência do desemprego e devem ser enquadradas quando se concebem soluções que permitam a resolução deste problema social.

Como podemos perceber, o desemprego traz consequências psicológicas, mas é interessante mencionar que também pode ocorrer o contrário. Como apontam Hayes & Nutman (1981), problemas psicológicos também podem causar o desemprego, pois problemas psicológicos (como ansiedade, insegurança, agressividade, entre outros) afetam o comportamento do indivíduo, que pode afetar as suas relações laborais ou o seu desempenho no trabalho.

CAPÍTULO III - Programa de Intervenção Psicossociológico

Psicossociologia e intervenção psicossociológica

Definir a psicossociologia enquanto campo específico de pesquisa e prática exige considerar muitos dos domínios fundamentais que concernem sua base teórica – a sociologia e a psicologia em inúmeras das vertentes.

Maison (1977) salienta que a Psicossociologia diz respeito a uma ciência que surge a partir da incapacidade da Psicologia ou da Sociologia, enquanto sozinhas, explicarem aspetos individuais ou coletivos das condutas humanas. Este recorte interdisciplinar busca, por fim, considerar fatores além daqueles estudados por apenas uma disciplina, para além de articular conhecimentos complementares destes campos específicos da ciência.

Segundo Machado (2011), estudiosos ligados à Sociologia clínica apontam que a origem da Psicossociologia nasceu na Escola de Chicago do início do século XX, quando ocorreram as primeiras experiências de *cidade como laboratório* e onde se discutiu o estatuto científico da ciência aplicada, produzida em situação natural de vida real *versus* ciência pura, feita no ambiente artificial e controlado do laboratório. Outros teóricos apontam que o acontecimento fundador foi a pesquisa-ação de Lewin (1948) e os seus discípulos, que elaboraram, nos Estados Unidos, um dispositivo de ‘engenharia social’ em que se buscou, de um lado, solucionar problemas sociais de minorias, comunidades, escolas, sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores e órgãos do Poder Público, por meio de procedimentos de mudança planeada de condutas e atitudes individuais e, de outro lado, produzir conhecimento, levando em conta as leis gerais da vida social e usando como método a experiência em campo. Como argumenta Machado (2011), nem a Escola de Chicago nem a pesquisa ação, embora atuantes em ambiente natural, com vistas a solucionar problemas sociais e, no mesmo ato, teorizar, se articularam à psicanálise. Assim, o principal acontecimento inaugural da intervenção psicossociológica talvez tenha sido a socioanálise, desenvolvida por pesquisadores do *Tavistock Institute of Human Relations*, Inglaterra, especialmente o trabalho de mudança organizacional desenvolvido por Jaques e sua equipe na fábrica *Glacier Metal Company*.

A origem do conceito de Psicossociologia está assim associada a áreas da sociologia clínica, da psicanálise, da socioanálise e ao termo *engenharia social*.

A intervenção psicossociológica é um processo que parte do indivíduo e é especificamente orientada para o próprio processo de interação social. Isto quer dizer, os objetivos de mudança resultam diretamente da relação dinâmica das forças psicossociais presentes nos dispositivos de intervenção.

Ceitel (1989) considera intervenção toda a prática ou conjunto de práticas que visam a transformação dos indivíduos numa determinada situação, recorrendo a métodos ou técnicas psicológicos ou inspirados na Psicologia. Como processo de transformação e como exigência metodológica, deve existir um espaço de interação social, onde um dos pólos assume o caráter de intencionalidade, manifesta ou oculta, relativa a certos objetivos de transformação. Neste sentido, a intervenção é, logicamente, um ato psicossocial, pleno de sentido e enquadra-se num contexto sócio-institucional determinado. Assumindo que as práticas de intervenção visam a transformação dos indivíduos dentro de um determinado contexto social, essa transformação exprime-se em padrões de comportamento ou objetos de transformação ou de mudança. São então estes objetos de transformação, os sistemas que vão ser afetados pela intervenção.

Dubost (2001) destaca alguns critérios importantes numa análise prévia acerca das especificidades de cada espaço aberto à intervenção:

- o lugar dos agentes que instituem o projeto no sistema em questão (*status* social, autoridade, poder, posição central ou periférica, etc);
- o caráter do lugar: espaço intra-organizacional ou trans-organizacional;
- a natureza dos objetos - as categorias de fenómenos a respeito dos quais se tenta produzir uma certa forma de conhecimento e obter mudanças: o grau da nossa capacidade de identificá-los, conceitualizá-los e a maneira como os apreendemos teoricamente;
- as opções epistemológicas e as perspectivas ideológicas dos pesquisadores e dos seus parceiros (relação com os modelos dominantes em sua região ou subcultura);
- a relação pesquisador-ator (relação mercantilista, de dependência hierárquica, de colaboração profissional, voluntária ou dominante), a estruturação dos papéis recíprocos, a divisão do trabalho.

O trabalho prévio de pesquisa psicossociológica é bastante extenso e também de grande importância para determinar o desenvolvimento ulterior da prática. A observação, participação e aplicação de entrevistas individuais e coletivas têm um caráter bastante próximo de um trabalho clínico de exame e análise.

Cruzando todas estas dimensões anteriormente referidas, encontram-se quatro tipos de práticas de intervenção ou práticas psicossociológicas:

- 1) Formação inter (saberes técnicos, aquisição de saberes novos, auto-formação) – ato psicossociológico onde os objetos a transformar são exteriores aos sujeitos fora do seu contexto social.
- 2) Formação intra (conhecimentos profissionais, aprendizagem de atitudes requeridas) - ato psicossociológico em que os objetos são exteriores aos indivíduos, mas conduzidos para grupos reais no quadro do seu contexto social. Sujeitos individuais e em grupo fora do seu contexto social
- 3) Intervenção propriamente dita (relações sociais, reelaboração de novas estratégias de relacionamento) - onde os objetos são elaborados pelos indivíduos ou grupos reais dentro do seu contexto organizacional.
- 4) Aconselhamento/terapia (insight de atitudes e valores, auto-análise, reconhecimento de consequências associadas ao desemprego) - ato psicossociológico onde os objetos são elaborados pelos sujeitos, individualmente ou em grupo (Ceitil, 1999)

Conforme afirma Casadore (2013), o foco é o indivíduo que, mesmo com a análise coletiva e de contexto que complementam a leitura psicossociológica dos fatos, a aposta de mudança é uma aposta de autonomia individual, na força coletiva da ação e, ainda, na criatividade coletiva dos sujeitos envolvidos na situação.

Em suma, uma intervenção psicossociológica tem êxito quando leva à auto-alteração do agente principal, o indivíduo, e permite o aparecimento, reflexivo e deliberado, de um projeto autónomo, sempre instituinte e questionador, cabendo ao prático, não eliminar conflitos nem ensinar o sentido da vida, mas ajudar o sujeito a criar autonomamente novas formas coletivas e lúcidas de pensar, agir e viver (Machado, 2011).

Intervenção em Psicologia da Exclusão Social: Psico – inclusão

A Psicologia da Exclusão Social é um ramo da Psicologia que visa não só estudar, compreender e explicar os comportamentos que conduzem à exclusão social, comportamentos estes que levam a uma desprogramação de vida do sujeito, sendo que através de técnicas e metodologias de reprogramação (não deixando de parte a motivação e adesão do sujeito – fatores intrínsecos), este ramo tenta reintegrar os sujeitos novamente nas suas redes sociais. A Psicologia da Exclusão Social não combate a exclusão, mas dá soluções. Promover a inserção é diferente de combater a exclusão. A psicologia da exclusão social nasceu quando se começou a perceber que tinha de se recompetenciar as populações excluídas.

O objeto de estudo é o fenómeno da exclusão social e o objetivo prático é trabalhar com as populações excluídas. É muito importante fazer um bom diagnóstico da situação através de dois eixos fundamentais: o vínculo e a rutura que nos permite saber quais as pessoas excluídas e porquê. Portanto, é de extrema importância fazer uma diagnose das situações problemáticas e criar um plano de intervenção a nível micro e/ou macro (intervenção global) que permita incluir as pessoas e promover a cidadania.

Trabalho e função do psicólogo no âmbito do desemprego

O psicólogo da exclusão social deve trabalhar com o desempregado, prioritariamente, o seu projeto de vida naquilo que se refere ao enquadramento sócio-familiar e cultural e, se possível, também a questão profissional com o intuito de reinclusão social.

Existem três dimensões que devem ser analisadas nesta dinâmica, sendo: o técnico- sujeito, o contexto e/ou a circunstância. Antes de intervir temos de avaliar as necessidades de forma a desenharmos a intervenção mais urgente e só depois fazer outra intervenção. O psicólogo tem que trabalhar com necessidades que muitas vezes não são nem sentidas porque as vivências quotidianas de carência as inibem, nem reais porque desfocadas do atingível, nem expressas porque não conhecendo os seus direitos não

fazem a sua exigência, nem preenchidas porque não houve tempo nem o espaço para as escutar.

O psicólogo tem de trabalhar com estas populações o pedido, fazer com elas o ajustamento entre o idealizado, real e possível. O pedido é uma questão central porque é a partir do pedido que trabalhamos com o sujeito. Mas este pedido pode não ser explícito porque as pessoas sabem que precisam de ajuda mas não sabem o que têm ou expressar o que têm.

Os aspetos considerados importantes numa avaliação e que devem ser, por isso, foco de análise são a consciência - a percepção do mundo exterior e posição que o sujeito ocupa dele; a lucidez - a memória, atenção, percepção do mundo exterior e interior e se há consumos; o raciocínio - capacidade de pensar e discorrer sobre o mundo exterior e o mundo interior, estabelecer estratégias; o juízo - capacidade de entender e apreciar o valor daquilo que o indivíduo pensa acerca do que raciocina. Utiliza a memória, conhecimento, educação, treino e experiência; a impulsividade - algo que é natural mas somente a níveis ‘normais’ e a inteligência – capacidade de utilizar a informação e daptar a circunstâncias novas. Por vezes quando se avalia a responsabilidade, esta é a função principalmente afetada.

A observação deve ser no terreno (ator + cenário) pois para conhecer um fenómeno temos de o ‘viver’.

As áreas de intervenção do psicólogo da exclusão social englobam: pobreza extrema; desemprego; meios degradados; bairros sociais, encaminhar para caminhos legais que possam recorrer, junto dos adolescentes que muitas vezes não têm as necessidades básicas; intolerância à frustração; estimulação diversificada; trabalhar o desconhecimento do belo; prevenção de risco; perícia e avaliação da personalidade. É importante ter equipas multidisciplinares, por exemplo, nas minorias étnicas é importante ter antropólogos.

Estratégias de intervenção no desemprego

Em Psicologia, o plano de ação baseia-se num modelo psicológico, nomeadamente psico-inclusivo.

A psico-inclusão é um modelo psicológico que contribui para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos. A inclusão engloba várias dimensões humanas, sociais e políticas. A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. É uma abordagem humanista, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. É o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade. Permite oferecer, aos mais necessitados, oportunidades de acesso a bens e serviços dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema vigente na sociedade.

As dimensões mais importantes de intervenção ao nível dos sujeitos devem-se concentrar na procura de um sentimento de pertença a uma comunidade, na potenciação de resiliência, confiança em si e capacidade de acção e no processo de confiança nos outros e nas instituições, indo de uma esfera de direitos sociais mínimos (habitação, saúde, justiça), passando pelo sentimento de equidade nas oportunidades. (Castro & Guerra, 2010).

A intervenção deve-se basear na partilha da ideia associada à proteção, por exemplo, no esclarecimento de dúvidas. Mais tarde sim, tentar retirar a pessoa do meio e fazê-la compreender a situação. Devemos ter um papel empático, de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e seguir as normas deontológicas e éticas da profissão. Cada psicólogo deve ter em atenção as metodologias empregues e conhecer os limites dessa intervenção. Durante a intervenção, deve haver reflexão conjunta sobre as possibilidades de resolução da situação de desemprego; cooperação na criação de um projeto de vida do sujeito, onde conste os seus objetivos futuros; apelar à motivação do sujeito para procura de novo emprego; realçar as suas competências promovendo a sua confiança e auto-estima; encaminhar e propor o desenvolvimento dessas mesmas competências e, se necessário adquirir outras novas; apelar ao conhecimento de novas áreas profissionais que possa exercer. Um dos passos é levar aos desempregados uma motivação pessoal, e mostrar-lhes que a situação atual pode obrigar a desenvolver outras capacidades em termos formativos ou noutros tipos e setores de trabalho, falando aqui de recompetenciação.

Este é um trabalho muito concreto com necessidades que muitas vezes nem são sentidas, pois as vivências do quotidiano as inibem; nem são reais porque são

desfocadas do atingível; nem expressas porque não conhecendo os seus direitos não fazem a sua exigência; nem preenchidas pois não houve tempo nem espaço para as escutar.

Como afirmou Aristóteles: *“Não existe maior injustiça do que tratar igualmente os desiguais”*. Isto não nos diz para tratar os diferentes de forma inferior, mas sim de forma diferente. As pessoas não têm ou perderam competências sociais e não podemos lidar com elas da mesma forma. É preciso aceder às diferenças para ver as necessidades de forma a promover a inclusão. Tenho que entender que as necessidades de cada um são desiguais e as suas necessidades são importantes.

Intervenção Comunitária

O desenvolvimento comunitário deve ser entendido como um processo de mudança essencialmente endógeno devendo considerar-se que a intervenção institucional assenta no conceito de empowerment. Este conceito trata-se de um processo que visa as relações de poder envolvendo pessoas, grupos, associações ou comunidades. Essa mudança opera-se em dois sentidos: por parte das pessoas com poucos ou nenhum poder e por parte de quem detém autoridade ou poder na esfera laboral, social, cultural, política reconhecendo-se assim que o poder se reveste de diversas formas e que é parcial e relativo.

Pressupõe ainda diferentes abordagens da aprendizagem ao longo da vida, incluindo a dimensão da aprendizagem social e assenta em metodologias mais interativas implicando uma mudança ao nível das práticas profissionais dos técnicos. A estratégia a adotar no trabalho comunitário deve assentar na produção e utilização de recursos simultaneamente materiais (espaço, tempo, dinheiro) e não materiais (info e conh, redes sociais e org sociais) pelos membros da comunidade. A participação ativa dos membros da comunidade utilizando os seus recursos e conhecimentos, otimizando-os, leva também à discussão de um outro conceito que é o exercício pleno da cidadania.

Sun Tzu, um estrategista chinês que viveu no século IV a.c. dizia: “A guerra é o caminho para a sobrevivência ou para a ruína.”

Isto quer dizer que na intervenção como na guerra, nós não pretendemos a ruína. Uma população em que já tenha sido feita uma intervenção que não correu bem, é muito mais

difícil trabalhar pois os indivíduos estão mais vulneráveis, frustrados e reativos.
Intervenção comunitária para sobrevivência sobre a realidade presente

No âmbito da guerra há que considerar 5 fatores básicos:

Virtude – Aquilo que leva o povo a estar em harmonia com o seu governante. Sempre que fazemos algo temos de pensar muito bem nos nossos passos e harmonia com vontade do povo e haver ideia de mudança.

Clima – Noite e dia, frio e calor. As coisas de dia são diferentes das da noite e consoante as condições climatéricas também se altera muitas coisas. Deprimidos-inverno maior abertura-verão. Clima relacionado com estado de humor. Por vezes n querem a nossa presença em certas horas

Terreno – Refere-se às distâncias, facilidade ou dificuldade de atravessar territórios abertos ou fechados e influencia as probabilidades e vida ou morte. É preciso ter cuidado com a forma como nos apropriamos ao contexto em que os indivíduos estão inseridos. É preciso saber circular e conhecer, também pode ser complexo.

Comandante – Corresponde às qualidades de sabedoria, sinceridade, benevolência, coragem e rigor. Estas populações exigem tudo isto de nós, por vezes a minha função também é informar, tirar dúvidas, o que também pode jogar a nosso favor. Sermos sensíveis termos conhecimento e ser pessoas ativas e informadas. Frontal e sincera. Não dizer não pq convém – benevolencia. Ter coragem pois quem tem coragem tem medo e é bom pra enfrentar situações mas n ser inconsequentes.

Método – Deve entender-se como a organização do exército: a hierarquia militar, manutenção das vias de abastecimento e previsão do material de combate. O método é fulcral para o nosso trabalho. A equipa deve estar org quem faz o quê com acordo de e necess e experiência e vocação. Quest'ao hierarquia – responsaveis por det áreas e cargos e coordenar segundo isso. Vias de abastecimento: n estou nas zonas centrais mas no bairro e considerar o funcionamento do espaço. Gerir gabinete e adquirir materiais. – Planeamento é fundamental – circuitos de atividade. Equipa aliada e com objetivos

Estes fatores são conhecidos por todos os generais. Os que os dominam alcançam a vitória, os que os negligenciam conhecem a derrota. Há sempre a possibilidade de haver recursos: Formais - protocolo com uma instituição ou informais - protocolo informal,

parceria não escrita. Existem também recursos , alguns materiais e não materiais, fazer um projeto não é preciso ter dinheiro, mas há custos para a entidade.

Descrição do Programa de intervenção Psicossociológico (Psico-inclusivo) (PIPS-DES) – Combate ao Desemprego e Exclusão Social

Mediante a situação de desemprego na localidade de Alcochete, torna-se relevante criar e instaurar um programa de intervenção que envolva a comunidade e que permita a inclusão social de pessoas que estão a atravessar um período de desemprego.

O principal objetivo é implementar um programa onde as pessoas desempregadas (focado na população de Alcochete e arredores) se sintam incluídas nesta comunidade. Os desempregados de longa duração encontram-se muitas vezes numa situação perigosa de exclusão social. É importante que os desempregados a curto prazo não cheguem a essa rutura/ quebra de vínculos sociais e portanto torna-se relevante criar um programa neste âmbito. A questão colocada é: *O que podemos fazer?* Uma das possíveis respostas a esta questão é: criar tempos lúdicos que permitam essencialmente:

- a) Trabalhar competências pessoais e sociais (tolerância à frustração, motivação, responsabilidade, autonomia, assertividade) e valorização deles mesmos, através do psicodrama ou sociodrama. No fundo, promover competências intrapessoais (auto-controlo, auto-estima, auto-conhecimento, resolução de conflitos) e interpessoais (comunicação: comportamento verbal e não verbal - postura, expressão facial, voz, espaço interpessoal, gesticulação, contato visual, aparência física e; a assertividade);
- b) Proporcionar a partilha de ideias e opiniões no grupo e estabelecer interações sociais;
- c) Desenvolver um teatro/expressão dramática e apresentar no concelho de Alcochete, de modo a tornar esta população visível e mostrar que estão aptos e ativos apesar do momento de desemprego (teatro, psicodrama, sociodrama).

A criação deste programa deve-se, sobretudo, à vontade de ajudar aqueles que necessitam de apoio, muitas das vezes a vários níveis. A exclusão social também se apresenta naqueles que estão desempregados e é importante criar estratégias que não só combatam a exclusão, como, também, promovam a inclusão através do

desenvolvimento de novas competências ou recompetenciação e, que, permitam a reprogramação do indivíduo. Neste contexto, é elaborado o esquema do PIPS-DE, que reporta os seguintes itens:

- *Medida/iniciativa*- Promover a inclusão ou reinserção social da população desempregada;
- *Prioridades* – este projeto centra-se na população desempregada ou inativa entre os 18 – 66 anos;
- *Local de intervenção/zona do País* – área urbana do concelho de Alcochete;
- *Objetivos do programa* – envolver as pessoas desempregadas a fim de promover relações sociais. Reintegração/integração do sujeito na comunidade. Objetivos Gerais: envolvimento de jovens, adultos ou famílias, bem como o envolvimento da comunidade para uma intervenção de cariz social. Objetivos Específicos – inclusão social de desempregados e diminuição do fenómeno da exclusão social.
- *Recursos* – projeto levado a cabo com a parceria da Junta de Freguesia de Alcochete presidida pelo Sr. Estevão Boieiro e pelo Gabinete de Inserção Profissional de Alcochete orientado pela Dra. Ana Martins;
- *Atividades/ações a desenvolver* – intervenção a nível social com o desenvolvimento de relações sociais através de: teatro, musical, curta-metragem, filme, momentos de poesia ou testemunho de sucesso de criação de próprio emprego;
- *Cronograma* – o projeto foi levado a cabo de Fevereiro de 2015 até Junho de 2015;
- *Análise de resultados* – *feedback* dos desempregados que assistiram à divulgação e demonstração do projeto. Feedback relativo à aplicação do programa. Os indicadores são o número de participantes, conhecimentos e competências alcançados, mudança de atitudes e comportamentos (motivação)
- *Medidas* – instrumentos de avaliação: entrevistas sobre o desemprego, aplicação da Mini-Escala Psicossocial, criada com o propósito de obter algumas informações psicossociais dos desempregados. (2014)
- *Sustentabilidade/limitações* – a sustentabilidade do projeto é verificada mediante o envolvimento e a participação dos sujeitos desempregados.

Apresentação do PIPS-DES: Reunião (Palestra) e análise sumária

Antes de pôr em prática o programa de intervenção foi dado a conhecer os objetivos do programa, através de uma reunião realizada no dia em Abril de 2015, no auditório da Junta de Freguesia de Alcochete.

Durante a realização de tarefas inerentes ao estágio, foi possível o contacto direto com as pessoas, o que permitiu falar da natureza do projeto e reunir um grupo para demonstração das linhas programáticas. Esta interação permitiu também recolher dados (nº de telefone e e-mail) das pessoas interessadas em entender a estrutura e a dinâmica do projeto, e as mesmas foram convocadas para a reunião através de *SMS*, contato telefónico e *e-mail*. Foram também feitos *flyers*, distribuídos aos utentes que frequentam a Junta de Freguesia de Alcochete.

Esta apresentação foi feita de forma clara e objetiva para que todos pudessem entender os objetivos do programa. Foram ainda colocadas algumas questões que permitiram o diálogo na assistência onde os participantes partilharam as suas ideias e opiniões referentes ao desemprego e à exclusão social.

Estiveram presentes 18 pessoas que responderam a um questionário após a exposição do programa. O objetivo deste questionário era perceber o *feedback* das pessoas face à exposição. As questões presentes neste questionário foram elaboradas com o intuito de entender a perceção das pessoas face à utilidade do conteúdo da apresentação, à transmissão de informação, à organização da reunião, à pertinência do projeto e se possível, darem algumas sugestões, que pudessem contribuir para o nosso projeto. As perguntas do questionário foram as seguintes:

1. O que achou desta reunião? (1 – Nada útil, 2 – Pouco útil, 3 – Razoável, 4 – Útil, 5 – Muito útil)
2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador? (1 – Nada Coerente, 2 – Pouco coerente, 3 – Razoavelmente coerente, 4 – Coerente, 5 – Muito coerente)
3. O que achou da organização/planeamento da reunião? (1 – Desorganizada, 2 – Pouco organizada, 3 – Razoável, 4 – Organizada, 5 – Excelente)
4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada? Sim _ Não_.
5. Sugestões/comentários

Os sujeitos tiveram que assinalar com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considerassem correta. No final, podiam dar ainda a sua opinião e deixarem comentários. De uma forma simplificada, os resultados foram os seguintes:

Tabela 5

Estatísticas descritivas do questionário de avaliação do projeto

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
QUEST_1	2	5	4,0	,970
QUEST_2	3	5	4,11	,583
QUEST_3	3	5	4,06	,725
QUEST_4	1	2	1,06	,236

Como podemos verificar a partir das médias, na questão 1, a média foi de 4, na questão 2 a média foi 4,11; na questão 3 a média foi de 4,06 apontando para os níveis útil, coerente e organizada respetivamente. Na questão 4, a média foi de 1,06 tendo uma especial incidência na resposta Sim.

Relativamente à *questão 1*: 7 pessoas classificaram como muito útil (38,9%), 5 afirmaram ser útil (27,8%), outros 5 sujeitos afirmaram ser razoável (27,5%) e apenas 1 afirmou ser pouco útil (5,6%).

Na questão 2: 12 sujeitos declararam que foi coerente (66,7%), 4 afirmaram que foi muito coerente (22,2%) e 2 apontaram para razoavelmente coerente (11,1%).

Na *pergunta 3*: 9 sujeitos responderam que consideraram organizada (50%), 5 mencionaram que excelente (27,8%) e 4 sujeitos apontaram para razoável (22,2%).

Relativamente à *questão 4*: a maioria afirmou que sim, 17 pessoas (94,4%), e apenas 1 afirmou que não (5,6%).

As sugestões apresentadas foram um complemento válido e positivo, serviu para perceber algumas das opiniões partilhadas pelas pessoas que estiveram presentes na reunião, que se encontravam em situação de desemprego (anexo 1).

No geral, a divulgação do projeto teve um *feedback* muito positivo. Durante a palestra, várias pessoas participaram e promoveu-se um diálogo interativo. Muitas pessoas referiram que se sentem um pouco excluídas por estarem desempregadas e que

o projeto faz todo o sentido de ser concretizado. Mencionaram ainda o fato do projeto se tornar uma mais-valia se juntasse também a componente da inserção profissional. No final, a maioria das pessoas da assistência mostrou logo interesse em fazer parte do projeto.

PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS

CAPÍTULO IV - Metodologia

Objetos de estudo

O objeto de estudo consiste em estudar o fenómeno da exclusão social e as suas várias dimensões e analisar a forma de sentir dos indivíduos desempregados de várias faixas etárias perante o fenómeno do desemprego. Tenta-se entender em que medida os desempregados se sentem excluídos, estudando e aprofundando a forma como os indivíduos experienciam o desemprego e que estratégias utilizam para combater este fenómeno. O objetivo centra-se na criação de um programa psico-inclusivo que evidencie, não só, competências pessoais e sociais, como promova a inclusão social.

Participantes

Os participantes foram escolhidos de forma aleatória, tendo participado 30 sujeitos desempregados, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 19-65 anos de idade, residentes no concelho de Alcochete, que frequentam o gabinete de inserção profissional (GIP) de Alcochete, na sua maioria, para fazer apresentações quinzenais. Todos os sujeitos foram informados do objetivo do estudo e participaram de forma voluntária tendo assinado o termo de consentimento informado.

Contextualização do local do estudo

A investigação foi realizada no GIP, pertencente à Junta de Freguesia de Alcochete, mediante autorização prévia do presidente da Junta de Freguesia e da coordenadora do gabinete. Neste local, são feitas apresentações quinzenais e esclarecem-se dúvidas referentes a todo o processo envolvente do desemprego. O gabinete está a funcionar em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) do Montijo, e presta um serviço público, em prol dos cidadãos da freguesia e de todo o concelho. Este serviço é assegurado por uma técnica responsável (psicóloga), tem por finalidade promover o acolhimento, informando, esclarecendo, apoiando e encaminhando, segundo as diversas necessidades.

Instrumentos de avaliação

Entrevista psicológica

A entrevista psicológica é um instrumento de trabalho fundamental para o psicólogo e possui objetivos puramente psicológicos. Enquanto técnica, a entrevista tem os seus próprios procedimentos empíricos e absorve os conhecimentos científicos disponíveis.

A conceituação clássica, feita por Sullivan, caracteriza a entrevista psicológica como:

“... uma situação de comunicação vocal entre duas pessoas, mais ou menos voluntariamente integrados num padrão terapeuta-cliente que se desenvolve progressivamente, com o propósito de elucidar formas características de vida das pessoas entrevistadas, e vividas por elas, como particularmente penosa ou especialmente valiosa e, de cuja elucidação espera tirar algum benefício” (Sullivan, 1970, p.2).

Pode-se dizer que o objeto da entrevista psicológica é a relação entre entrevistador (a quem se pede ajuda) e o entrevistado (aquele que pede ajuda). Mesmo que a entrevista psicológica seja usada com a finalidade de se fazer algum tipo de avaliação de aspectos psicológicos da personalidade, a observação participante, como diz Sullivan (1970), ou a observação da interação, ou a observação do campo, segundo Bleger (1998).

Segundo Oliveira (2005), existem dois factores que intervêm na mente e conduta humana, sendo, portanto, inevitáveis em toda situação de entrevista, os factores conscientes que são conhecidos pelo próprio sujeito, por meio de uma reflexão pessoal sobre estes e que provêm da situação real e da lógica, sendo gerados na mesma situação de comunicação e, os factores inconscientes que não emergem do campo da consciência, tornando-se, por isso, de difícil identificação e que podem influenciar com maior força do que os factores conscientes, apresentando-se, por vezes, de forma irracional.

Durante a entrevista, existe também a possibilidade de aparecimento do fenómeno de transferência, em que o entrevistado transfere à situação da entrevista a dinâmica psicológica dos seus conflitos anteriores que marcaram, de maneira duradoura,

seu modo de reacção inconsciente a ‘situações tipo’, mas que não correspondem à situação actual, e sim a outras, que o entrevistado não tem actualmente no campo da consciência. A transferência depende, em grande parte, da atitude, aspecto físico, modo de vestir ou gestos do entrevistador.

O fenómeno da contra-transferência também pode estar presente, o entrevistador não é imune à dinâmica do inconsciente, podendo projetar sobre o entrevistado alguns fenómenos da sua própria estrutura psíquica e inconsciente. Assim, gerará sentimentos de simpatia, hostilidade, aversão, necessidade de receber afecto ou admiração, por exemplo, sentimentos estes injustificados e inadequados, e que impossibilitam uma boa actuação profissional, pois adopta atitudes coerentes com sua situação inconsciente, e que implica comportamentos, significativamente discriminatórios e selectivos, durante a situação de entrevista de acordo com Oliveira (2005).

Segundo Bleger (1987), a entrevista psicológica é uma relação, com características particulares, que se estabelece entre duas ou mais pessoas. O ponto específico dessa relação reside no facto de um dos integrantes, ser um técnico de psicologia que deve atuar nesse papel, e, no qual, o outro ou os outros, necessitam da sua intervenção técnica. Porém, isso é um ponto fundamental, pois nas entrevistas, o técnico não só utiliza os seus conhecimentos de psicologia para aplicá-los ao entrevistado, como também esta aplicação produz-se significativamente no seu próprio comportamento no decorrer da entrevista. A entrevista consiste numa relação humana, na qual um dos integrantes deve procurar saber o que está a acontecer e deve actuar segundo esse conhecimento. A realização dos objetivos possíveis da entrevista (investigação, diagnóstico, orientação, terapia) depende desse conhecimento e da actuação e acordo com esse saber. A entrevista psicológica é um campo de trabalho no qual se investiga a personalidade e o comportamento do indivíduo.

Tavares (2002) refere que, as diversas técnicas de entrevista têm em comum o objetivo de avaliar para fazer algum tipo de recomendação, seja diagnóstica ou terapêutica. A entrevista, como ponto de contato inicial, é crucial para o desenvolvimento de uma relação de ajuda.

A entrevista é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes procura recolher dados e a outra apresenta-se como fonte de informação.

O uso da entrevista, como instrumento de avaliação qualitativo, possibilita a aproximação e o contato direto com os sujeitos do estudo, indispensáveis quando se tem como objetivo conhecer as experiências pessoais e sociais dos sujeitos bem como as suas histórias e trajetórias de vida, para que possamos assim intervir de uma forma resolutiva.

Nesta investigação, é indispensável, a realização de entrevistas psicológicas a fim de perceber concepções acerca do desemprego e conhecer projetos de vida. Como tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, individuais, baseadas num roteiro norteador (guião de entrevista) anteriormente feito para facilitar a orientação. Estas entrevistas são constituídas por perguntas de resposta aberta, o que permite uma maior flexibilidade na condução do curso das perguntas de acordo com a necessidade e o caso, o que possibilita também o diálogo e um melhor entendimento de toda a situação.

As entrevistas elaboradas basearam-se essencialmente nos seguintes tópicos:

Caraterísticas Sócio-demográficas - sexo, idade, nacionalidade, estado civil, habilitações literárias, com quem vive, dependentes a cargo, grau de parentesco.

Caraterísticas Profissionais – Desemprego - Profissão antes do desemprego, situação face ao desemprego, situação do cônjuge face ao desemprego, questões relacionadas ao subsídio, razões da causa do desemprego, estratégias na procura de emprego, motivo pelo qual saiu do último contrato.

Outras informações importantes - Caraterísticas psicológicas e sociais, motivação e orientação. Papel da Junta de Freguesia e do GIP.

Mini-Escala de caraterísticas psicossociais face à situação de Desemprego (Questionário)

O questionário pode ser definido como uma técnica composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passados. (Gil, 1999)

No caso desta investigação, foi necessária a construção de uma mini-escala de Likert, de caraterísticas psicossociais face à situação de desemprego, aplicada à

população desempregada. A escala de verificação de Likert, é uma escala ordinal, que permite realçar um constructo e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os participantes emitem o seu grau de concordância.

Depois da aplicação, pretende-se analisar o grau de concordância face às afirmações, baseado nas respostas dadas pelos participantes, e que permite um melhor entendimento sobre fatores psicológicos e sociais perante a situação de desemprego.

Este instrumento de avaliação qualitativo é utilizado sobretudo em investigações a nível psicológico e social e permite ‘medir’ atitudes ou comportamentos.

Relativamente à escala, os participantes tiveram que assinalar no quadrado que considerassem correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: *1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre*. Os itens são os seguintes:

1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.
4. Envolvi-me em projetos.
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).
7. Estou bastante calmo(a).
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).

Apesar da facilidade de manuseio na escala de Likert e de ser fácil ao sujeito emitir um grau de concordância sobre qualquer afirmação, todavia, mesmo diante de pontos positivos, a escala de Likert possui dificuldades significativas. De acordo com os críticos, as perguntas realizadas através do modelo Likert solicitam ao respondente pelo menos duas dimensões a serem analisados: conteúdo e intensidade. Segundo Hodge & Gillespie (2003), o indivíduo precisa verificar o conteúdo da proposição do item e, em seguida, opinar discordando ou concordando com a afirmação e ainda considerar a intensidade desta concordância. Este pode não parecer um problema para efeito de uso, porém críticos afirmam que esta característica aumenta o nível de complexidade cognitiva da escala, principalmente quando a escala possui muitos pontos. Ou seja, tanto a elaboração da escala, como depois a sua análise, nomeadamente estatística, é também muito complexa.

CAPÍTULO V - Interpretação e discussão dos resultados

Entrevista psicológica (estudo de caso)

Os participantes foram escolhidos de forma aleatória, tendo sido realizadas 30 entrevistas, fazendo referência apenas a uma entrevista neste estudo, considerada mais marcante e que teve algum contributo na investigação, referindo alguns trechos que fizeram dela parte. O sujeito dirigiu-se à junta de freguesia de Alcochete para se apresentar como habitualmente, e foi sugerido que colaborasse no nosso estudo e autorizasse uma entrevista. ‘CF’, nome fictício, mostrou total interesse, e depois da explicação dada relativamente à natureza da investigação, assinou o termo de consentimento informado e foi entrevistado. O sujeito do sexo masculino, na data possuía 39 anos e residia em Alcochete. Encontrava-se desempregado, vivia em união de facto e tinha dois filhos. Possuía o 12º ano de escolaridade e a sua profissão antes do desemprego era como designer gráfico numa empresa de pré-impressão.

A entrevista promoveu o diálogo e discussão sobre vários assuntos relativos ao desemprego de entre os quais, referimos alguns trechos considerados interessantes de enquadrar neste relatório. Durante a entrevista, a postura de CF foi marcante, mostrando-se convicto nas suas palavras. O entrevistado referiu que a causa do seu desemprego deveu-se à falência da empresa do qual trabalhava, devido à má gestão por parte da administração: “o novo patrão não soube orientar os funcionários, reduziu os salários e acumulou várias dívidas. Foi por isso que a empresa fechou.”.

CF mostrou também que não concorda com a política instaurada no nosso país e argumentou “... a política de gestão do país não está correta, aliás isto já vem de outras civilizações, em que há um rei e depois os seus escravos que se sujeitam para ter um pouco de pão” e acrescenta “...os direitos acabam por se perder e os deveres acabam por ficar para trás...”.

O participante revelou também que a educação e a cultura representam a base da sociedade, aliás, afirma com convicção: “... a educação e a cultura são os pilares de toda a civilização e é partir daí que nos devemos guiar!...”.

Durante a entrevista, CF menciona aspetos importantes como a desertificação, mencionando que são “... locais onde não há comércio e onde se devia apostar...” e refere ainda que “os estágios são o novo mercado de desemprego, em que a entidade promotora beneficia muito mais do que o próprio desempregado. Bem... isso é uma forma de tapar os

verdadeiros valores de desemprego...”

Relativamente à procura de emprego, CF declara que tem feito vários contatos, enviado currículos e registado em sites de emprego na sua área na esperança de obter alguma resposta: “Tenho feito vários contatos (...) tenho enviado currículos, tenho-me registado em sites de emprego na área, pode ser que dê alguma coisa”.

Relativamente à questão se aceitava um emprego que não fosse da sua área, CF ficou um pouco reticente mencionando que talvez aceitasse: “Depende, também tem que se adequar às minhas competências, não posso trabalhar como padeiro se não sei fazer pão. Tudo depende do tipo de proposta mas provavelmente aceitava”.

Quando questionado se sentia excluído por estar desempregado, respondeu convictamente “Sinto-me excluído sim pelo governo do nosso país, pois eles não querem saber das minhas necessidades. Estou bem, tenho a minha família para me apoiar e tenho os meus amigos mas sei que há pessoas que não têm ninguém e passam fome por causa do desemprego e devido à pobreza acabam por se afastar de toda a gente. Sentem-se mal com a situação. É normal. Quando não se têm muito, as pessoas afastam-se...”. Ele próprio sente-se excluído pelo seu próprio país e entende que existem pessoas desempregadas que se podem afastar e perder o vínculo social pois sentem-se tristes ou marginalizadas por atravessarem um período de desemprego.

CF finaliza “Temos que acreditar que melhores tempos virão, é continuar a enviar currículos e não perder o ânimo”, que mostra motivação, otimismo e esperança face ao futuro.

A entrevista selecionada foi muito útil para toda a investigação, permitiu a recolha de dados relevantes para o estudo; a observação, análise e compreensão daquilo que representa o desemprego para um cidadão.

Mini-escala de Caraterísticas Psicossociais face à situação de Desemprego (Questionário)

As respostas foram analisadas estatisticamente em termos percentuais para verificar como se sentiam as pessoas no período em que se encontravam desempregadas.

As pessoas desempregadas que se apresentavam quinzenalmente na JFA foram convidadas a participar no estudo. Após explicar os procedimentos metodológicos bem como os objetivos desta investigação, as pessoas inquiridas decidiram participar de livre vontade, tendo assinado o termo de consentimento informado.

Para a investigação, foram selecionados 30 sujeitos desempregados com idade média de 41,77 (42) anos, sendo a idade mínima 19 anos e a idade máxima 65 anos respetivamente. O desvio-padrão é de 13,690, sendo 33,3% do sexo masculino e 66,7% do sexo feminino.

Para analisar a escala de Likert, a medida de tendência central apropriada para o efeito é a média. Porém torna-se complexo traduzir um padrão de resposta, uma vez que a escolha de determinado nível pode não traduzir exatamente a resposta exata. No tabela seguinte mostramos o nível médio das respostas assinaladas na escala.

Tabela 6

Frequências de respostas aos itens de acordo com as medidas de tendência central

Itens	Média	Moda	Mediana	Desvio-Padrão
CPS1	3,70	3	4	1,119
CPS 2	2,77	3	3	1,251
CPS 3	3,47	3	3,5	1,042
CPS 4	3,27	3	3	1,172
CPS 5	4,53	5	5	,681
CPS 6	2,67	3	3	1,269
CPS 7	3,80	4	4	1,064
CPS 8	3,97	4	4	,928
CPS 9	2,03	1	1,5	1,189
CPS10	1,93	1	1	1,258

A estatística descritiva que decidi empregar na análise das respostas foi o *cálculo percentual* e os resultados são apresentados em forma de *tabelas*.

O número de respostas dadas a cada item bem como a sua percentagem correspondente, são apresentados (tabela 7):

Tabela 7

Tabela de Frequências e percentagens relativamente aos itens

Escala (de 1 -5) Itens	Nunc a	%	Rarame nte	%	Alg uma s veze s	%	Frequen temente	%	Semp re	%
<i>CPS 1</i>	1	3,3%	3	10%	9	30%	8	26,7%	9	30%
<i>CPS 2</i>	5	16,7%	8	26,7%	10	33,3%	3	10%	4	13,3%
<i>CPS 3</i>	1	3,3%	4	13,3%	10	33,3%	10	33,3%	5	16,7%
<i>CPS 4</i>	2	6,7%	5	16,7%	12	40,0%	5	16,7%	6	20%
<i>CPS 5</i>	----	----	1	3,3%	----	---	11	36,7%	18	60%
<i>CPS 6</i>	7	23,3%	6	20%	10	33,4%	4	13,3%	3	10%
<i>CPS 7</i>	1	3,3%	2	6,7%	8	26,7%	10	33,3%	9	30%
<i>CPS 8</i>	----	----	2	6,7%	7	23,3%	11	36,7%	10	33,3%
<i>CPS 9</i>	15	50%	3	10%	9	30%	2	6,7%	1	3,3%
<i>CPS 10</i>	17	56,7%	4	13,3%	4	13,3%	4	13,3%	1	3,3%

No item 1. *Sinto-me motivado na procura de emprego*, 30% dos sujeitos responderam que sempre e outros 30% responderam algumas vezes. Acompanhados de outros 26,7% que responderam frequentemente, 10 % responderam que raramente e

apenas 3,3% responderam que nunca. Isto traduz motivação na procura de emprego pois 77,7% aponta que se sente motivado na procura, ainda que seja em níveis de escala diferentes: sempre, frequentemente ou algumas vezes.

No item 2. *Sinto-me triste ou deprimido*, 33,3% responderam que algumas vezes, 26,7% responderam raramente, 16,7% assinalaram que nunca, 13,3% responderam sempre e apenas 10% frequentemente. Na totalidade, em termos percentuais, 83,3% das pessoas sentem-se realmente tristes ou deprimidas apesar das respostas variarem em níveis de concordância. A resposta nunca e de acordo com a sua especificidade na ausência do sentimento de depressão representou apenas 10%.

No item 3. *Sinto-me satisfeito com aquilo que fui capaz de alcançar*, 33,3% respondeu que algumas vezes e outros 33,3% se sente frequentemente satisfeito. 16,7% assinalaram que sempre, 13,3% assinalaram que raramente e apenas 3,3% indicou que nunca. Dado que 33,3% respondeu que algumas vezes, isto traduz, que nem todas as vezes se sentem satisfeitos, o que significa que a resposta a este item é um pouco inconstante. Por outro lado, outros 33,3% dos inquiridos respondeu que frequentemente. A resposta sempre também foi mencionada com 16,7% e raramente com 13,3%, em que o fator idade e o sentimento de realização podem estar aqui associados.

No item 4. *Envolvei-me em projetos*, 40% das pessoas responderam algumas vezes, 20% mencionaram que sempre, 16,7% que raramente, 16,7% que frequentemente e apenas 6,7% que nunca. Ou seja, 93,3% dos inquiridos participaram em projetos algumas, sempre e com frequência. Uma percentagem muito baixa não se envolveu em projetos 6,7%.

No item 5. *Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta* apenas três hipóteses foram assinaladas pelos participantes: 60% assinalaram que sempre, 36,7% que frequentemente e apenas 3,3% que raramente. Isto traduz de fato que na sua maioria, intrinsecamente, está presente a ideia que se relacionam bem com as pessoas do seu círculo social.

No item 6. *Sinto-me frustrado e revoltado*, 33,4% das pessoas mencionaram que algumas vezes, outras 23,3% referiram que nunca, 20% que raramente, 13,3% indicaram que frequentemente e 10% que sempre. Somando as respostas dos níveis sempre, algumas vezes, frequentemente e raramente, 76,7% assume que se sente frustrado e

revoltado, segundo os diferentes níveis de concordância ao contrário de outros 23,3% dos inquiridos que apontaram que nunca se sentem assim.

No item 7. *Estou bastante calmo*, 33,3% pessoas mencionaram que frequentemente, 30% apontaram que sempre, 26,7% que algumas vezes, 6,7% que raramente e apenas 3,3% que nunca. Em termos percentuais, a maioria dos inquiridos revela ter um comportamento calmo com a maioria das respostas nos níveis frequentemente e sempre.

No item 8. *Sinto-me bem comigo próprio*, 36,7% participantes apontaram para frequentemente, 33,3% assinalaram que sempre, 23,3% que algumas vezes e 6,7% mencionaram que raramente. Nenhum dos participantes mencionou o nível nunca na sua resposta, o que pode revelar que se sentem bem com eles próprios, com percentagens elevadas nos níveis sempre e frequentemente.

No item 9. *Sinto-me excluído por estar desempregado*, 50% apontaram que nunca, 30% assinalaram que algumas vezes, 10% que raramente, 6,7% que frequentemente e apenas 3,3% dos sujeitos responderam que sempre. As respostas mostram que os sujeitos revelam não se sentir excluídos por estar desempregados na sua maioria, apesar de não ser uma maioria absoluta pois os restantes níveis apontam que se sentem (50%) apesar das intensidades de resposta variarem de acordo com o nível.

Na alínea 10. *Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado*, 56,7% pessoas assinalaram que nunca, 13,3% sujeitos marcaram que raramente, 13,3% assinalaram que algumas vezes, 13,3% responderam frequentemente e apenas 3,4% mencionaram que sempre.

Podemos concluir que em termos gerais, as pessoas sentem-se motivadas na procura de emprego, a maioria sente-se deprimida ou triste apesar de variarem os valores. Os sujeitos na sua maioria sentem-se satisfeitos com aquilo que foram capazes de alcançar. Apesar de estarem desempregados continuam a envolver-se em projetos. Em termos relacionais, a maioria dos inquiridos tem uma boa relação com as pessoas à sua volta traduzida pelas respostas sempre e frequentemente. Algumas pessoas sentem-se algumas vezes, raramente ou nunca frustrados e revoltados mediante a situação de desemprego enquanto outras sentem-se frequentemente e sempre, isto pode estar ligado ao fator da idade.

Os sujeitos declaram na sua maioria que se sentem calmos mediante o momento de desemprego. Sentem-se bem com eles próprios, em que sempre e frequentemente fizeram parte da maioria das respostas, a resposta nunca não foi assinalada por nenhum dos participantes.

Em termos de exclusão face à situação de desemprego, metade dos inquiridos declaram que não se sentem excluídos, os restantes apontam na sua maioria que algumas vezes e uma minoria assinalou frequentemente, raramente e nunca. Os sujeitos mencionaram na sua grande maioria que nunca sentiram que perderam relacionamentos sociais por estarem desempregados, embora os níveis raramente, algumas vezes, raramente e sempre também tivessem sido assinalados.

Esta escala apresenta ainda uma pergunta de resposta aberta “Como tem ocupado os seus tempos livres?”, no qual, os participantes revelam que ocupam os seus tempos livres nas mais diversas áreas, desde o acompanhamento e assistência à família, na realização das tarefas domésticas, em trabalhos artísticos ou na prática de desporto, bem como na leitura e na pesquisa, na conclusão dos seus estudos, na procura de emprego e no convívio com os amigos e familiares.

CAPÍTULO VI – Conclusão Reflexiva

Conclusão reflexiva

A pertinência do estudo referente à exclusão social torna importante o tema alusivo à questão social. Pela reconstrução da trajetória histórica e científica da noção, é incontestável o fato de que, nos países desenvolvidos, o seu surgimento e consolidação estão associados às grandes transformações do fim da década de noventa.

Alguns autores criticam a capacidade explicativa da expressão, mas não negam o fato de que ela teve uma importância fundamental para a tomada de consciência da sociedade face às problemáticas emergentes que originavam o caos social. Assim, o vocábulo exclusão social, pode ser entendido como uma construção social, ou seja, um produto histórico de mecanismos sociais.

A exclusão social, fundamentalmente, é um conceito multidimensional e multidisciplinar, que une os direitos sociais bem como as privações materiais, abrange a falta de acesso a bens e serviços e refere-se também à segurança, justiça, representação e cidadania. A exclusão está associada à desigualdade em muitas dimensões: económica, social, política e cultural. É importante identificar os atores que incluem e excluem, podendo ser, por vezes, o Estado, as empresas ou as autoridades locais, e entender as razões porque o fazem. É também importante analisar o papel dos excluídos na promoção da sua inclusão. A análise da exclusão social preocupa-se com as causas da pobreza, com a natureza específica das necessidades básicas nas diferentes sociedades, com o acesso aos serviços e às oportunidades que possibilitam atender a essas necessidades e com os direitos civis e políticos dos indivíduos. Esta análise da exclusão social é vista como uma forma de examinar como e por que indivíduos e grupos são privados de acesso a benefícios oferecidos pelas sociedades e economias (Buvinic, 2004).

Não faz sentido falar em desemprego sem falar em exclusão social, até porque este é talvez um dos maiores fatores de exclusão social que conhecemos. O desemprego revela um grande impacto na sociedade, pois origina não só a pobreza, perda de status, perda de disciplina de rotina diária como a desagregação da vida familiar, incluindo muitas das vezes o divórcio. Pode originar também várias formas de comportamento antissocial, e propiciar o roubo, o tráfico, a violência e o vandalismo. Este é um problema social que não resulta exclusivamente da incapacidade ou de erros individuais,

mas, sobretudo das mudanças económicas, sociais e até tecnológicas ocorridas na sociedade nos últimos tempos.

Algumas pessoas que se encontram no desempregado sentem-se desmotivadas, incapacitadas, frustradas ou revoltadas e chegam até mesmo a isolar-se anulando qualquer tipo de vínculo ou laço social (desvinculação).

Sentem-se excluídas pela sociedade ou marginalizadas e, algumas são efetivamente. Podem, por sua vez, tomar uma atitude de auto-exclusão, em que se afastam ou se deixam de incluir na sociedade ou grupo, pensam que não possuem os atributos necessários para pertencer a determinado grupo.

Em face de toda esta problemática do desemprego, torna-se importante intervir, e como psicólogos da exclusão social, essa intervenção pode passar por criar um plano que fomente tanto competências pessoais como sociais que possam ajudar o sujeito e enquadrar-se na nova linha do mercado e promover a sua inserção quer social e/ou profissionalmente. É nesta perspetiva que a criação de um programa de intervenção psico-inclusivo é importante, pois, permite reforçar competências pessoais e psicológicas e estreitar relacionamentos sociais promovendo a inclusão social dos cidadãos que se encontram num período de desemprego. O programa de intervenção psico-inclusivo desempenha um papel importante na criação de novas estratégias de adaptação e de promoção da autonomia bem como no reforço de competências pessoais que permitem sobretudo a inclusão social.

Os programas de combate à exclusão social têm tido sérias dificuldades em obter resultados que sejam palpáveis e significativos, pois nem todo o combate à exclusão promove a inclusão. É preciso encontrar saídas que sejam criativas flexíveis e credíveis. A criação de emprego não é a única solução.

Noutros tempos, a principal preocupação era na forma e na condição de exploração, neste momento o problema é encontrar uma maneira de inserir os indivíduos no mercado de trabalho. O combate ao desemprego é um desafio premente cuja solução deve merecer atenção de indivíduos e instituições que estejam interessados na manutenção da estabilidade civil e política do país. É importante que os governantes se interessem cada vez mais pela questão social e que elaborem políticas de desenvolvimento sustentável que promovam a inclusão social. O padrão de cidadania em contexto democrático pode ser analisado como expressão do fenómeno da exclusão social.

Conclui-se que, para combater o elo entre o desemprego e a exclusão social, é necessário criar oportunidades de inclusão iguais para todos, pois as pessoas excluídas são seres humanos e precisam ser inseridas no seio da sociedade. Os idosos não devem esquecer o seu papel importante de ensinar os mais novos. Torna-se necessário desconstruir a visão de inutilidade presa nos nossos dias. Todo o cidadão é imprescindível no desenvolvimento de um mundo melhor. A voz do povo tem que ser ouvida.

O programa de intervenção apesar de já ter sido divulgado através da palestra está ainda em processo de ser aplicado.

Referências bibliográficas

- Almeida, N. (2004). A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo
PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, Vol. 5, nº.1, 2004, 34-39.
- Almeida, J. F., Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I., & Reis, E. (1994).
Exclusão social: *fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- Araújo, P. & Jordão, F. (2011). Os Inempregáveis: Estudos de caso sobre os impactos
psicossociais do não-emprego em licenciados portugueses. Acedido em 12 de
Maio de 2015, em [https://repositorio
aberto.up.pt/bitstream/10216/56233/2/89648.pdf](https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/56233/2/89648.pdf).
- Argolo, J.; Araújo, M. (2004). O Impacto do Desemprego sobre o Bem-estar
Psicológico dos Trabalhadores. Acedido a 12 de Outubro de 2015, em
<http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a09;>
- Baráibar, X. (1999). Articulación de lo diverso: lecturas sobre la exclusión social y sus
desafios para el Trabajo Social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.59, 80
-101.
- Bleger, J. (1987). *Temas de Psicologia: entrevistas e grupo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1993), *La misère du monde*. Paris: Seuil.
- Branco, F. (1999). A Acção Social Hoje e Perspectivas Futuras no Contexto Nacional e
Europeu, in, *A acção Social em Debate*, Direcção Geral da Acção Social,
Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa, 65-80.
- Bulla, L.; Mendas, J. & Prates, J. (2004). *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto
Alegre: Edipucrs.

- Buvinic, M. (2004). *Inclusão social e desenvolvimento económico na América Latina*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Caleiras, J. (2011). *Para lá dos números – As Consequências Pessoais do Desemprego*. Coimbra: Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.
- Capucha, L. (1998). *Pobreza, exclusão social e marginalidades*. Oeiras: Celta Editores.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editores.
- Carvalhosa, S.; Domingos, A. & Sequeira C. (2010). Modelo lógico de um programa de intervenção comunitária – GerAcções. *Análise Psicológica*. 28 (3), Lisboa, 477-490;
- Casadore, M. (2013). *Psicossociologia e Intervenção Psicossociológica: Alguns aspetos da pesquisa e da prática*. São Paulo: Cultura Académica.
- Castel, R. (1995). *Les Métamorphoses de la Question Social. Une Chronique du Salarial*. Paris: Fayard.
- Castro, A. & Guerra, I. (2010). *Os Caminhos da Pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Ceítal, M. (1989). Formação e Intervenção Psicossociológica: Horizontes de um conceito e limites de uma prática; In <http://repositorio.ispa.pt>. Acedido em 20 de Setembro de 2015 em http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2230/1/1989_123_199.pdf.
- Centeno, L., Erskine, A. e Pedrosa, C. (2000) *Em torno do conceito de exclusão social*, in idem (orgs), *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

- Centeno, M., Maria, J., Novo, A. (2009). *A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária*. Lisboa: Departamento de estudos económicos, Banco de Portugal.
- Corredera, J. E. G. (2005) Regional Labor Markets, Unemployment and Inequality in Europe, <http://www.lib.utexas.edu/etd/d/2005/garcilazoj11585/garcilazoj11585.pdf>.
- Costa, A.B. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, F. (2011). *Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.
- D'allondas, A. (2003). *L'exclusion sociale: les métamorphoses d'un concept: 1960-2000*. Paris: Harmattan.
- Desaulniers, J. & Mendes, J. (2002). *Textos e contextos: Perspetivas da produção do Conhecimento em Serviço Social*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Direção Geral da Segurança Social (1996). *Face aos Novos Imperativos, Que Acção Social?*, Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Dubost, J. (2001). *As origens técnicas da intervenção psicossociológica e algumas questões atuais*. Belo Horizonte: Editora autêntica.
- Estramiana, J. (1992). *Desempleo y bienestar psicológico*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- Ferreira, V. (Coord.), Fernandes, A., Vieira, J, Puga, P., & Barrisco, S. (2006). A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. *Colecção Estudos Sobre Juventude*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.

- Figueira, A. (2014). *Psicologia da Exclusão Social: Caderno de Textos do Núcleo de Estudos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*. Portugal, Lisboa.
- Forrester, V. (1997). *O horror económico*. São Paulo: Unesp.
- Gaulejac, V. & Léonetti, I. (1994). *La lutte des places*. Marseille/ Paris: Hommes et Perspectives/Desclée de Browuer.
- Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, C. (2005.) *Evoluções Recentes do Desemprego em Portugal*. Retirado a 7 de Julho, 2015, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3723.pdf>.
- Gpearl (2012) *Organização Mundial do Comércio. Ministério das Finanças. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais*. Acedido em 18 de Abril de 2015 em: <http://www.gpearl.min-financas.pt/relacoesinternacionais/assuntos-europeus/vertente-externa/relacionamento-multilateral/omc>.
- Guareschi, P. (1992). A Categoria “Excluídos”. Acedido em 12 de Junho de 2015, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000300002.
- Hamze, A. (2006) *Integração ou Inclusão?* Acedido em 25 de Agosto de 2015, em <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/integracao.html>.
- Hayes, J. & Nutman, P.(1981) *Understanding the unemployed: the psychological effects of unemployment*. London: Tavistock Publications Ltd.
- Hespanha, P., (1999) *Democracia e Cidadania para o Século XXI, in A Acção Social em Debate, Direcção Geral da Acção Social*, Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

- Hodge, D. & Gillespie, D. (2003). Phrase completion: an alternative to Likert scales. *Social Work Research*.
- Jahoda, M. (1987) *Empleo y desempleo: un análisis socio-psicológica*. Madrid: Ediciones Morata;
- Lewin, K. (1948a). Action research and minority problems. In G. W. Lewin (Ed.), *Resolving social conflicts. Selected papers on group dynamics*. New York: Harper & Brothers Publishers.
- Liem, R. & Liem, J.(1988). Psychological effects of unemployment on workers and their families. *Journal of Social Issues*, v. 44, n. 4, 87-105.
- Loisin, L. (2006). *L’expérience vécue du chômage au Portugal*. Paris: L’Harmattan.
- Lopes, S. (2013) O desemprego de indivíduos com formação superior: emigração como uma possível solução. Tese apresentada ao Departamento de Economia e Administração de Empresas da Faculdade Economia do Porto para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos José Cabral Cardoso.
- Lourenço, M. (2005). Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal. *Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social.
- Machado, M. (2011). Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. Acedido em 20 de Setembro de 2015, em http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Mata_Machado.pdf;
- Maisonneuve, J. (1977). *Introdução à Psicossociologia*. São Paulo. Edusp.
- Martins, J. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Marx, K. (1980) *O Capital*. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mattoso J. (1993). Trabalho e desigualdade social no final do século XX. Tese apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – instituto de Economia, para obtenção do grau de doutor, orientado por Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.
- Oliveira, M. (2005). Entrevista Psicológica – O caminho para aceder ao outro. Acedido em 14 de Julho de 2015 em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0031.PDF>.
- Pardilhó, T. (2013). Remar contra a maré - *O Desemprego: Impactos na vida quotidiana e no funcionamento institucional*. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para obtenção do grau de mestre, orientada por Eduardo Vítor Rodrigues.
- Passos, C.; Nogami, O. (2005). *Princípios de economia*. São Paulo: Pioneira.
- Paugam, S. (1996). Introduction: La constitution d'un paradigme in Paugam. *L'exclusion l'état des savoirs*. Paris: Éditions la Découverte.
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza* (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trans.). São Paulo: Educ & Cortez. (Originalmente publicado em 1991).
- Petroff, T. (2013) *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes têm para ensinar aos médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. São Paulo: Martins Fontes.

- Rajado, P. (2012). *O desemprego em Portugal Uma análise ao nível dos concelhos entre 2001/2009*. Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para obtenção do grau de mestre, orientado por Luís Peres Lopes.
- Ribeiro, M.; Coimbra, J. (2004). O desemprego na meia idade in Margarita Fernádéz Valcarce, Antonio Rial Sánchez. *Necesidades de formación e deseño curricular por competencias: actas do V congreso internacional de Galicia e Norte de Portugal de formación para o traballo*, 213-230
- Rodrigues, E.V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., & Januário, S. (1999). *A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Porto: FLUP.
- Rodrigues, F. (1999), *A Acção Social: Entre Atalhos e Caminhos para uma Política Social de Assistência*, in, *A Acção Social em Debate*, Direcção Geral da Acção Social. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Rosa, A. & Rebelo, M. (2006). *O Mercado Social de Emprego como Instrumento de Combate à Exclusão Social*. Lisboa: Editor Comissão do Mercado Social do Emprego – CMSE.
- Rosa, E. (2014). O «milagre» da queda do desemprego. Acedido em Março de 2015, em <http://www.avante.pt/pt/2146/temas/133787/>.
- Santos, J. (2000). *O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São paulo: Editora Anablume.
- Scott, R. (2010) *Unfair China Trade Costs Local Jobs Report | Trade and Globalization. Economic Policy Institute. Research and Ideas for Shared Prosperity*. Acedido em 15 de Setembro de 2015, em <http://www.epi.org/publication/bp260>.

- Silva, J. (2012). Desemprego como forma de exclusão social. Acedido a 12 de Julho, 2015, em <http://configuracoes.revues.org/132>.
- Silva, F. (1999). *Mutações do Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora SENAC.
- Silver, H. (1995). Reconceptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion. In: Rogers, G; Gore, C.; Figueiredo J. (Orgs). *Social Exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute of Labor Studies.
- Singer, P. (1996). *Desemprego e Exclusão Social*. São Paulo: SEADE.
- Schnapper, D. (1991). *La France de l'intégration: sociologie de la nation en 1990*. Paris: Gallimard.
- Sposati, A. (1996). *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC.
- Srour, R. (2013). *Ética empresarial*. Rio de Janeiro: Elsevier .
- Sullivan, R. S. (1970). *The psychiatric interview*. New York: The Norton Library.
- Tavares, M. (2002). A entrevista clínica. In: J. A. Cunha, *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Wanderley, M. (1999). *Refletindo sobre a noção de exclusão*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez.
- Weber, M. (1991). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da UnB.
- Werneck, C. (2002). *Manual da Midia Legal. Comunicadores pela inclusão*. Rio de Janeiro: WVA editora.

Xiberras, M. (1993). As Teorias da Exclusão. *Epistemologia e Sociedade*, n.41. Lisboa:
Instituto PIAGET.

Zioni, F (2006). *Exclusão social: noção ou conceito?* Acedido a 12 de Julho de 2015,
em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-
1290200600030000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1290200600030000).

APÊNDICES

Apêndice A

Guião da Entrevista

Guião da Entrevista

Parte I - Dados sociodemográficos

1. **Sexo:** Masculino ☐ Feminino ☐

2. **Idade:** _____

3. **Nacionalidade:** _____

4. **Estado civil:** Solteiro ☐ Casado (a)/União de fato ☐
Separado (a)/Divorciado (a) ☐ Viúvo (a) ☐

5. **Nº de elementos do agregado familiar** _____

6. Habilitações Literárias:

Não frequentei o sistema de ensino formal ☐

1º Ciclo do Ensino Básico (1º - 4ºano) ☐ 2º Ciclo do Ensino Básico (5º-6ºano) ☐

3º Ciclo do Ensino Básico (7º-9º ano) ☐ Ensino Profissional (Curso Tecnológico ou Profissional) ☐ Ensino Secundário (10º-12º Ano) ☐ Ensino Superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado, Pós graduação, Doutoramento)

7. Com quem vive:

Sozinho(a) ☐ Com o cônjuge ☐ Com o cônjuge e filhos ☐ Pais ☐ Filhos ☐

Outro (s): _____

8. **Tem dependentes a cargo?** Sim ☐ Não ☐

7.1. **Se sim, quantos?** _____

7.2. **Qual o grau de parentesco?** _____

Parte II – Situação Profissional

1. Profissão antes do desemprego: _____

2. Situação face ao emprego:

À Procura do 1º emprego ☐ Desempregado há menos de 1 ano ☐

Desempregado de 1- 4 anos ☐ Desempregado há mais de 4 anos ☐

3. Situação do cônjuge face ao emprego:

Empregado ☐ Desempregado ☐ Reformado/Aposentado ☐

4. Recebe algum tipo de subsídio? Sim ☐ Não ☐

5. Se sim, qual?

Subsídio de Desemprego ☐ Subsídio Social de Desemprego ☐ Subsídio Social de
Desemprego Subsequente ☐ Subsídio de Desemprego Parcial ☐ Rendimento Social de
inserção ☐

Reforma/pensão ☐

6. Quais as razões que considera como causa do seu desemprego?

Atividade mal remunerada	☐	Gravidez	☐
Divergências com os colegas	☐	Falência da empresa	☐
Horário	☐	Redução de pessoal	☐
Motivos familiares	☐	Divergências com o patrão	☐
Motivos de saúde	☐	Continuar os estudos	☐

Outro: _____

7. O que tem feito para procurar emprego?

Inscreveu-se no centro de emprego		Candidatou-se espontaneamente	
Colocou anúncios		Fez contatos com empreendedores	
Fez contatos pessoais		Nada	
Estabeleceu-se por conta própria			
Respondeu a anúncios			

Outro: _____

8. Saiu do último contrato devido a:

Fim de contrato ☐ Mútuo acordo ☐ Iniciativa da entidade empregadora ☐ Sua própria iniciativa ☐

9. Quais os principais obstáculos na procura de emprego?

Insuficientes habilitações literárias ☐ Dificuldades na mobilidade geográfica ☐
Idade ☐ Fraca experiência profissional ☐ Oferta de trabalho reduzida ☐ Horário ☐

10. Acha que a Junta de Freguesia de Alcochete tem recursos para o ajudar?

Sim ☐ Não ☐

10.1. Se sim, qual o tipo de ajuda?

Divulgação de ofertas ☐ Facilitadora da comunicação ☐ Orientação ☐
Formação profissional ☐

Apêndice B

Escala de Características Psicossociais Face à situação de Desemprego

Dados pessoais:

Nome: _____

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: _____

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

- DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

11. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).					
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					
4. Envolvi-me em projetos.					
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).					
7. Estou bastante calmo(a).					
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).					
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).					

12. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Apêndice C

Consentimento informado relativo ao sujeito entrevistado

Desemprego e Exclusão Social

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, Carlos Fernandes aceito participar de livre vontade no estudo sobre *Desemprego e Exclusão Social: Programa de Intervenção Psicossociológico* da autoria de Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho (Aluna da Faculdade de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) no âmbito do mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social.

Declaro que me foram explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo e por isso aceito participar numa entrevista bem como responder a uma *Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego*. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária e que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada sendo a minha participação apenas para aspetos avaliativos deste estudo.

Assinatura

Data 8/4/15

Apêndice D

Questionário de Avaliação do Projeto

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 -Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 -Muito Útil

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

1 - SIM ☐

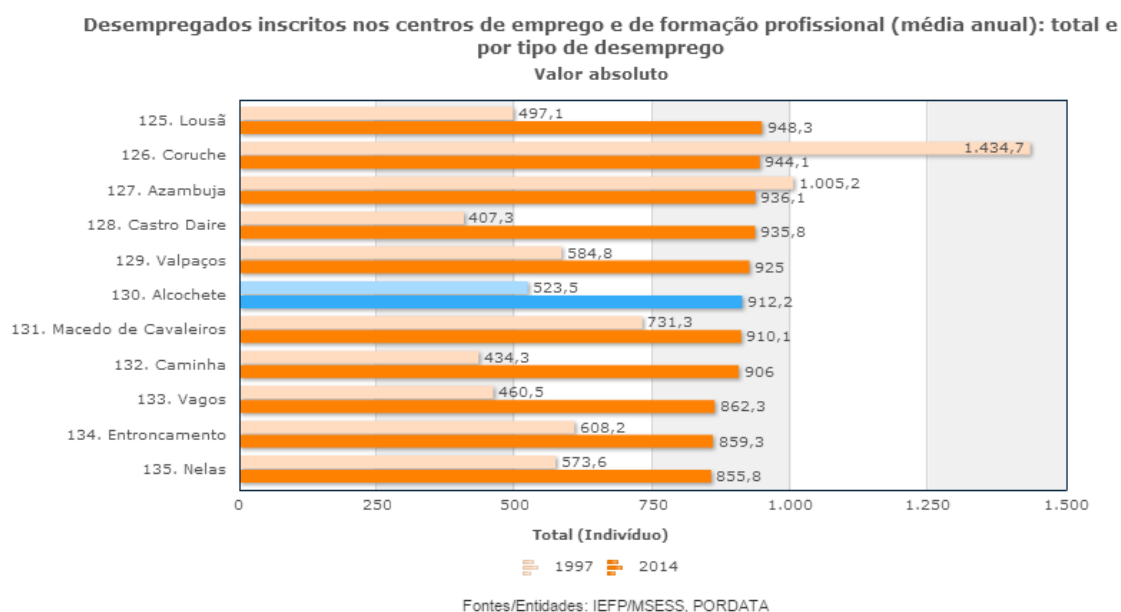
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

ANEXOS

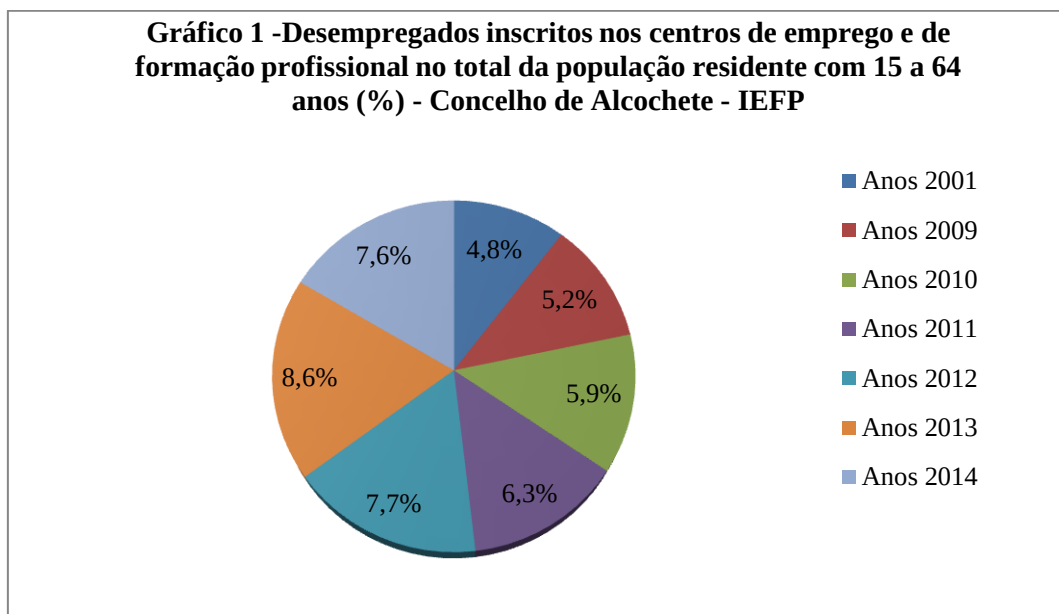
Anexo 1

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego



Anexo 2

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) - Concelho de Alcochete - IEFP



Anexo 3

Respostas ao item de sugestões/comentários sobre a reunião por alguns participantes

1 - *“Fazerem alguma coisa pelas pessoas que vivem com dificuldade, porque vivem em desespero e sem esperança de vida”*

2 - *“Muito embora esta ação não me tenha sido útil, existem muitas pessoas e necessitar de apoio”*

3 - *“Divulgação e aplicação em maior escala deste projeto (nomeadamente maior número de pessoas e diferentes áreas geográficas). Existência de uma maior proximidade entre grupo de desempregados com a elaboração destas sessões e partilha de experiências (por exemplo: métodos de procura de emprego).*

4 - *“Considero muito útil este projeto pois qualquer ser humano no período de desemprego, deveria ser acompanhado e ajudado de forma a poder ultrapassar de uma forma saudável esta situação”.*

5 - *“Este projeto aplica-se a quem quer porque se sente excluído e só- não é o meu caso. Gostava que fosse feito um estudo sobre as empresas criadas pelos utentes com sucesso e com insucesso- que tal contatar os bancos da zona de Alcochete para criar uma linha de crédito para quem quer começar um negócio? Felicidades Cátia”.*

Anexo 4

Dados biográficos do sujeito entrevistado

Data da entrevista	08/04/2015
Idade	39 anos
Género	Masculino
Local de Residência	Alcochete
Nacionalidade	Portuguesa
Estado Civil	Solteiro, vivendo em união de fato
Habilitações Literárias	12º ano
Agregado Familiar	Cônjuge e 2 filhos
Dependentes a cargo	2 filhos
Profissão antes do Desemprego	Pré impressão/PTI – preparação do texto, imagem, design gráfico, ficheiros, informações, revistas, folhetos, cartazes.

Anexo 5

Trechos da entrevista realizada no âmbito do Desemprego e da Exclusão Social

Entrevistador (Psicólogo)	Entrevistado (Utente)
<i>“... Então o que considera como causas do seu desemprego?”</i>	<i>“Foi má gestão da empresa e a empresa fechou”.</i>
<i>“O que aconteceu?”</i>	<i>“O novo patrão não soube orientar os funcionários, reduziu os salários e acumulou várias dívidas. Foi por isso que a empresa fechou.”.</i> <i>“...A política de gestão do país não está correta, aliás isto já vem de outras civilizações, em que há um rei e depois os seus escravos que se sujeitam para ter um pouco de pão”.</i> <i>“ ...Os direitos acabam por se perder e os deveres acabam por ficar para trás...”.</i> <i>“...A educação e cultura são os pilares de toda a civilização e é partir daí que nos devemos guiar!...”.</i> <i>“...Existe uma grande desertificação no país, locais onde não há comércio e onde se devia apostar...”</i>
<i>“O que pensa sobre as novas medidas e iniciativas de criação de emprego”</i>	<i>“Os estágios são o novo mercado de desemprego, em que a entidade promotora beneficia muito mais do que o próprio desempregado. Bem... isso é uma forma de tapar os verdadeiros valores de desemprego...”</i>
<i>“O que tem feito para procurar emprego?”</i>	<i>“Tenho feito vários contatos, mas a minha área é uma área muito específica e há poucas organizações em Portugal que trabalham com</i>

- isto. Mas tenho enviado currículos, tenho-me registado em sites de emprego na área, pode ser que dê alguma coisa”*
- “Acha que a Junta de Freguesia pode-lhe ajudar?”* *“Sim mas só como facilitadora de comunicação entre mim o Centro de Emprego”*
- “Se lhe oferecessem uma proposta de trabalho que não fosse da sua área, aceitaria?”* *“Depende, também tem que se adequar às minhas competências, não posso trabalhar como padeiro se não sei fazer pão. Tudo depende do tipo de proposta mas provavelmente aceitava”*
- “Sente-se excluído por estar desempregado?”* *“Sinto-me excluído sim pelo governo do nosso país, pois eles não querem saber das minhas necessidades. Estou bem, tenho a minha família para me apoiar e tenho os meus amigos mas sei que há pessoas que não têm ninguém e passam fome por causa do desemprego e devido à pobreza acabam por se afastar de toda a gente. Sentem-se mal com a situação. É normal. Quando não se têm muito, as pessoas afastam-se...”*
“Temos que acreditar que melhores tempos virão, é continuar a enviar currículos e não perder o ânimo”.
-

Anexo 6

Respostas dos participantes à questão “Como tem ocupado os seus tempos livres?”,
referente à mini-escala psicossocial

Participante 1 *“Respondendo a anúncios, fazendo a lida da casa e pensando muito”;*

Participante 2 *“Faço fotografia”*

Participante 3 *“Vou às compras levo a minha filha à escola, vou busca-la”*

Participante 4 *“Compras, procurar trabalho, levar menina à escola e arrumar a casa”;*

Participante 5 *“Em casa, assistência à idoso e à dependente (filha), ler...”*

Participante 6 *“Procura de empresas”*

Participante 7 *“Assistência à família”*

Participante 8 *“Ocupo o meu tempo com a minha filha que tem 20 meses e vou procurando trabalho o que neste momento está difícil. A idade também já não ajuda”;*

Participante 9 *“Cuido dos meus filhos”*

Participante 10 *“Procura de Emprego, alguns trabalhos de arranjo de computadores (desktop ou notebook)”*

Participante 11 *“Dar mais tempo aos filhos”*

Participante 12 *“Desporto, leitura, procura de trabalho, estar com amigos, conhecer sítios”*

Participante 13 *“Formação; procura de emprego”*

Participante 14 *“Estudar para acabar o 12º ano de escolaridade e participação em alguns projetos de turismo (realização de flyers, atividades e roteiros)”*

Participante 15 *“Desenho, Música, trabalhos manuais, pesquisa, desporto, saúde, nutrição”*

Participante 16 *“Passeada, exercício físico, procura ativa de emprego, cinema, convívio, leitura”*

Participante 17 *“Com atividades paralelas às já existentes na altura da situação de empregado. Ex: Música, membro da direção de uma associação desportiva”*

Participante 18 *“Entrega de currículos, execução de TPC com o filho”*

Participante 19 *“Televisão, internet, pesquisa”*

Participante 20 *“De momento estou a estudar e planeio continuar a prosseguir os estudos (licenciatura/mestrado)”*

Participante 21 *“Levar e acompanhar os filhos na escola e colocando curriculum aqui e ali à espera que algum telefonema surja”*

Participante 22 *“Tenho dedicado o tempo às minhas filhas e à casa”*

Participante 23 *“Na procura de emprego e no acompanhamento mais presente na minha vida familiar nomeadamente nas atividades dos filhos que são menores”*

Participante 24 *“Concluir os meus estudos como também cantar músicas de rap”;*

Participante 25 *“Desporto, estar com amigos, procura de trabalho em diferentes áreas geográficas, o que permite sair e espairecer”*

Participante 26 *“Na minha casa, na horta”;*

Participante 27 *“Voluntariado; lendo, vendo programas televisivos; participando em eventos, passeios e procurando novos relacionamentos, relacionando-me com os amigos”*

Participante 28 *“Procurando, entregando currículos em todas as empresas que aceitam, porque há algumas empresas que não aceitam”*

Participante 29 *“Atualmente estou na pré-reforma. Mas estou sempre ocupada com a lida da casa e também com outras atividades”*

Participante 30 *“Ajudo a minha companheira na horta”.*

Anexo 7

Lista de lares de idosos no distrito de Setúbal

Lares de idosos - Distrito de Setúbal

Localidade	Morada
Alcacér do Sal	RESIDÊNCIAL RAINHA D. ISABEL
Alcacér do Sal	CENTRO DE ALOJAMENTO DE IDOSOS DA AURPICAS
Alcacér do Sal	RESIDÊNCIA EMÍLIA MATOS
Alcacér do Sal	NOVA RESIDÊNCIA DA AURPICAS
Alcacér do Sal	RESIDÊNCIA JOSÉ GODINHO JACOB
Alcacér do Sal	CENTRO SOCIAL DE RIO DE MOINHOS DO SADO
Alcacér do Sal	EQUIPAMENTO SOCIAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO
Alcochete	LAR DE IDOSOS SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE
Almada	CENTRO DE APOIO INTEGRADO A IDOSOS
Almada	LAR SÃO TIAGO
Almada	LAR GRANJA LUIS RODRIGUES
Almada	LAR PADRE ROBERTO SEQUEIRA
Almada	RESIDÊNCIA NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA
Almada	CENTRO SÓCIO-CULTURAL DE APOIO À 3ª IDADE
Almada	"DAR VIDA"

Almada	LAR PAROQUIAL DE VALE DE FIGUEIRA
Barreiro	LAR NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Barreiro	LAR SÃO JOSÉ
Grândola	LAR E CENTRO DE DIA D. ANA LUÍSA CRUZ COSTA
Grândola	CASA DO POVO DE MELIDES
Moita	LAR PEDRO RODRIGUES COSTA
Moita	LAR S. JOSÉ OPERÁRIO
Moita	LAR ABRIGO DO TEJO
Moita	LAR DA NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM MOITA
Montijo	CATEI DA JARDIA
Montijo	LAR DE S. SEBASTIÃO - LAR DE IDOSOS E CENTRO DE DIA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANHA
Montijo	LAR MONTEPIO
Montijo	ASSOCIAÇÃO CAMINHO DO BEM FAZER
Montijo	LAR DE SÃO JOSÉ
Palmela	LAR DE S. PEDRO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PALMELA (*)
Palmela	RESIDÊNCIA DE IDOSOS - FUNDAÇÃO COI - PINHAL NOVO
Sant. do Cacém	CENTRO DE DIA DE ERMIDAS
Sant. do Cacém	LAR DE SANTA MARIA
Sant. do Cacém	RESIDÊNCIAS DO PINHAL
Seixal	LAR NOSSA SENHORA MONTE SIÃO
Seixal	AURPIS - LAR DE IDOSOS E

	CRECHE DO SEIXAL
Sesimbra	LAR E CENTRO DE DIA - CASCUZ - CENTRO DE APOIO SÓCIO-CULTURAL UNIDADE ZAMBUJALENSE
Sesimbra	LAR SANTIAGO
Sesimbra	LAR SENHOR JESUS DAS CHAGAS
Setúbal	LAR DE IDOSOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS
Setúbal	LAR, CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO DA AURPIA - AZEITÃO (*)
Setúbal	CATI - CENTRO DE APOIO À TERCEIRA IDADE
Setúbal	JARDIM DE INFANCIA NUVEM I
Setúbal	CENTRO COMUNITÁRIO DE VANICELOS
Setúbal	LAR DE IDOSOS ACÁCIO BARRADAS
Setúbal	CENTRO APOIO A IDOSOS DEPENDENTES
Setúbal	LAR DE IDOSOS DRA. PAULA BORBA
Setúbal	LAR DE IDOSOS DA LIGA DOS AMIGOS DA TERCEIRA IDADE
Setúbal	CASA DOS PROFESSORES - LAR DE IDOSOS (SETÚBAL)
Sines	LAR PRATS

Anexo 8

Flyer da reunião para apresentação do programa de interventivo



Anexo 10

Questionário de avaliação do projeto: Frequências estatísticas (SPSS)

Statistics

	QUEST_1	QUEST_2	QUEST_3	QUEST_4
N				
Valid	18	18	18	18
Missing	0	0	0	0
Mean	4,00	4,11	4,06	1,06
Median	4,00	4,00	4,00	1,00
Mode	5	4	4	1
Std. Deviation	,970	,583	,725	,236
Variance	,941	,340	,526	,056
Minimum	2	3	3	1
Maximum	5	5	5	2

Anexo 11

Questionário de avaliação do projeto: Tabela de Frequências – Questão 1 (SPSS)

QUEST_1

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Pouco útil	1	5,6	5,6	5,6
Razoável	5	27,8	27,8	33,3
Valid Útil	5	27,8	27,8	61,1
Muito útil	7	38,9	38,9	100,0
Total	18	100,0	100,0	

Anexo 12

Questionário de avaliação do projeto: Tabela de Frequências – Questão 2 (SPSS)

QUEST_2

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Razoavelmente Coerente	2	11,1	11,1	11,1
Valid Coerente	12	66,7	66,7	77,8
Muito Coerente	4	22,2	22,2	100,0
Total	18	100,0	100,0	

Anexo 13

Questionário de avaliação do projeto: Tabela de Frequências – Questão 3 (SPSS)

QUEST_3

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Razoável	4	22,2	22,2	22,2
Organizad	9	50,0	50,0	72,2
Valid a Excelente	5	27,8	27,8	100,0
Total	18	100,0	100,0	

Anexo 14

Questionário de avaliação do projeto: Tabela de Frequências – Questão 4 (SPSS)

QUEST_4

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	17	94,4	94,4	94,4
Valid Não	1	5,6	5,6	100,0
Total	18	100,0	100,0	

Anexo 15

Questionário de avaliação do projeto: Estatísticas descritivas (SPSS)

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
QUEST_1	18	2	5	4,00	,970
QUEST_2	18	3	5	4,11	,583
QUEST_3	18	3	5	4,06	,725
QUEST_4	18	1	2	1,06	,236
Valid N (listwise)	18				

Anexo 16

Escala de avaliação psicossociológica: Frequências estatísticas (SPSS)

Statistics													
		Género	Idade	CPS1	CPS2	CPS3	CPS4	CPS5	CPS6	CPS7	CPS8	CPS9	CPS10
N	Valid	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		1,67	41,77	3,70	2,77	3,47	3,27	4,53	2,67	3,80	3,97	2,03	1,93
Median		2,00	42,50	4,00	3,00	3,50	3,00	5,00	3,00	4,00	4,00	1,50	1,00
Std. Deviation		,479	13,690	1,119	1,251	1,042	1,172	,681	1,269	1,064	,928	1,189	1,258
Variance		,230	187,426	1,252	1,564	1,085	1,375	,464	1,609	1,131	,861	1,413	1,582
Minimum		1	19	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1
Maximum		2	65	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Anexo 17

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Género (SPSS)

Género

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculin o	10	33,3	33,3	33,3
Valid Feminino	20	66,7	66,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 18

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Idade (SPSS)

Idade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
19	1	3,3	3,3	3,3
20	1	3,3	3,3	6,7
22	2	6,7	6,7	13,3
24	2	6,7	6,7	20,0
29	1	3,3	3,3	23,3
30	1	3,3	3,3	26,7
35	1	3,3	3,3	30,0
36	1	3,3	3,3	33,3
38	1	3,3	3,3	36,7
39	2	6,7	6,7	43,3
40	1	3,3	3,3	46,7
41	1	3,3	3,3	50,0
44	2	6,7	6,7	56,7
45	1	3,3	3,3	60,0
47	1	3,3	3,3	63,3
48	3	10,0	10,0	73,3
53	1	3,3	3,3	76,7
54	1	3,3	3,3	80,0
58	1	3,3	3,3	83,3
59	2	6,7	6,7	90,0
61	1	3,3	3,3	93,3
62	1	3,3	3,3	96,7
65	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 19

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 1 (SPSS)

CPS1

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	1	3,3	3,3	3,3
Raramente	3	10,0	10,0	13,3
Algumas vezes	9	30,0	30,0	43,3
Valid Frequentement e	8	26,7	26,7	70,0
Sempre	9	30,0	30,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 20

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 2 (SPSS)

CPS2

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	5	16,7	16,7	16,7
Raramente	8	26,7	26,7	43,3
Algumas vezes	10	33,3	33,3	76,7
Valid Frequentement e	3	10,0	10,0	86,7
Sempre	4	13,3	13,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 21

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 3 (SPSS)

CPS3

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	1	3,3	3,3	3,3
Raramente	4	13,3	13,3	16,7
Algumas vezes	10	33,3	33,3	50,0
Valid Frequentement e	10	33,3	33,3	83,3
Sempre	5	16,7	16,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 22

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 4 (SPSS)

CPS4

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	2	6,7	6,7	6,7
Raramente	5	16,7	16,7	23,3
Algumas vezes	12	40,0	40,0	63,3
Valid Frequentement e	5	16,7	16,7	80,0
Sempre	6	20,0	20,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 23

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 5 (SPSS)

CPS5

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Raramente	1	3,3	3,3	3,3
Frequentement Valid e	11	36,7	36,7	40,0
Sempre	18	60,0	60,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 24

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 6 (SPSS)

CPS6

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	7	23,3	23,3	23,3
Raramente	6	20,0	20,0	43,3
Algumas vezes	10	33,3	33,3	76,7
Valid Frequentement e	4	13,3	13,3	90,0
Sempre	3	10,0	10,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 25

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 7 (SPSS)

CPS7

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	1	3,3	3,3	3,3
Raramente	2	6,7	6,7	10,0
Algumas vezes	8	26,7	26,7	36,7
Valid Frequentement e	10	33,3	33,3	70,0
Sempre	9	30,0	30,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 26

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 8 (SPSS)

CPS9

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	15	50,0	50,0	50,0
Raramente	3	10,0	10,0	60,0
Algumas vezes	9	30,0	30,0	90,0
Valid Frequentement e	2	6,7	6,7	96,7
Sempre	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 27

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 9 (SPSS)

CPS9

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	15	50,0	50,0	50,0
Raramente	3	10,0	10,0	60,0
Algumas vezes	9	30,0	30,0	90,0
Valid Frequentement e	2	6,7	6,7	96,7
Sempre	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 28

Escala de avaliação psicossociológica: Tabela de Frequências – Item 10 (SPSS)

CPS10

	Frequenc y	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Nunca	17	56,7	56,7	56,7
Raramente	4	13,3	13,3	70,0
Algumas vezes	4	13,3	13,3	83,3
Valid Frequentement e	4	13,3	13,3	96,7
Sempre	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Anexo 29

Escala de avaliação psicossociológica: Estatísticas Descritivas (SPSS)

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Género	30	1	2	1,67	,479
Idade	30	19	65	41,77	13,690
CPS1	30	1	5	3,70	1,119
CPS2	30	1	5	2,77	1,251
CPS3	30	1	5	3,47	1,042
CPS4	30	1	5	3,27	1,172
CPS5	30	2	5	4,53	,681
CPS6	30	1	5	2,67	1,269
CPS7	30	1	5	3,80	1,064
CPS8	30	2	5	3,97	,928
CPS9	30	1	5	2,03	1,189
CPS10	30	1	5	1,93	1,258
Valid N (listwise)	30				

Anexo 30

Questionários de avaliação do Projeto: Participantes 1-18

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
				X

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Fazerem alguma coisa pelas pessoas que vivem com dificuldade.
Porque vivem sem desistência e sem esperança de vida.

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
		X		

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
		X		

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Este projeto aplica-se a quem quer
porque se sente excluído e do-rado e
o meu caso. Gostava que fosse feito
um estudo sobre as empresas criadas
pelos utentes com sucesso e com
insucesso - que tal contactar os
banco da zona de Alameda para criar
um linha de apoio para quem quer
começar um negócio? 😊
felicidade e etc

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
				X

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

1 - SIM ☐

2 - NÃO ☒

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
	X			

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
		X		

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Muito embora esta ação não me tenha
sido útil, existem muitas pessoas a
necessitar de apoio.

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicosociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
			X	

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

*Divulgação e aplicação em maior escala deste projecto (nomeadamente maior número de pessoas e diferentes áreas geográficas);
Existência de uma maior proximidade entre grupos de desempregados com a elaboração desta sessão e partilha de experiências (por exemplo, métodos de procura de emprego).*

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
			X	

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
				X

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
				X

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

1 - SIM ☒

2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicosociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
				X

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Considero muito útil este projeto, pois qualquer ser humano no período de desemprego, deveria ser acompanhado e ajudado de forma a poder ultrapassar de uma forma saudável, esta situação.

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
				X

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
				X

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
		☒		

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			☒	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
		☒		

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
			X	

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
		X		

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
		X		

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
		X		

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

1 - SIM ☒

2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
			X	

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
			X	

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

1 - SIM ☒

2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
		X		

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
		X		

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
				X

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Avaliação do Projeto: Programa de intervenção Psicossociológico: Desemprego e Exclusão Social

Assinale com uma X (numa escala de 1 a 5) a resposta que considera correta.

1. O que achou desta reunião?

1 - Nada útil	2 - Pouco útil	3 - Razoável	4 - Útil	5 - Muito Útil
		X		

2. Como avalia a transmissão da informação pelo orador?

1 - Nada coerente	2 - Pouco coerente	3 - Razoavelmente coerente	4 - Coerente	5 - Muito coerente
			X	

3. O que achou da organização/planeamento da reunião?

1 - Desorganizada	2 - Pouco organizada	3 - Razoável	4 - Organizada	5 - Excelente
			X	

4. Acha pertinente a criação deste projeto específico para a população que se encontra desempregada?

- 1 - SIM ☒
2 - NÃO ☐

5. Sugestões/comentários

Anexo 31

Questionário – Escala de Características Psicossociais – Participantes (30)

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 40

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			X		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.			X		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).		X			
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).			X		

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

TELEVISÃO ; INTERNET ; PESQUISA

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 62

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.		X			
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		X			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.		X			
4. Envolvi-me em projetos.		X			
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta		X			
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).		X			
7. Estou bastante calmo(a).		X			
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).		X			
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).		X			
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).		X			

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Assistência à Família

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 22

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).	X				
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.			X		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	X				
7. Estou bastante calmo(a).					X
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

De manhã saio a andar e depois continuo a fazer
estudo (lecionar matemática).

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 48

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).	X				
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					X
4. Envolvi-me em projetos.				X	
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).					X
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					X
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Busco a Emprego

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 65

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			X		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.	X				
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).				X	
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).				X	

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

AJUDO A MINHA COMPANHEIRA NA HORTA

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 36

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.		X			
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).					X
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.		X			
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).					X
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					X
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Ocupo o meu tempo com a
minha filha que tem 20 meses.
E vou procurando trabalho, o que
neste momento está difícil.
A idade também já me ajuda.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 22

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					X
4. Envolvi-me em projetos.					X
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).					X
7. Estou bastante calmo(a).		X			
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).				X	
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 29

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			☒		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		☒			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.		☒			
4. Envolvi-me em projetos.			☒		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					☒
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	☒				
7. Estou bastante calmo(a).					☒
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					☒
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	☒				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	☒				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Cuido dos meus filhos

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 39

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinala no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					☒
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).	☒				
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				☒	
4. Envolvi-me em projetos.				☒	
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					☒
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	☒				
7. Estou bastante calmo(a).				☒	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					☒
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	☒				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).		☒			

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Com actividades paralelas à que existiam
na altura da Situação de emprego
ex. Música, membro da direcção da
associação desportiva

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 48

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				☒	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).	☒				
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			☒		
4. Envolvi-me em projetos.				☒	
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					☒
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			☒		
7. Estou bastante calmo(a).					☒
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					☒
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			☒		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).		☒			

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

PROCURA DE EMPREGO, ALGUNS TRABALHOS DE "ARRANJO"
DE COMPUTADORES (DESKTOP OU NOTEBOOK).
DAR MAIS TEMPO AOS FILHOS.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 38

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		X			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					X
4. Envolvi-me em projetos.				X	
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).				X	
7. Estou bastante calmo(a).					X
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					X
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Entrega de currículos, Execução de TPC como filha.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 24

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.			X		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).		X			
7. Estou bastante calmo(a).				X	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Desporto, leitura, procura de trabalho, estar
com amigos, conhecer sítios.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 59

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.	☒				
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		☒			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					☒
4. Envolvi-me em projetos.			☒		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				☒	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).		☒			
7. Estou bastante calmo(a).				☒	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					☒
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	☒				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	☒				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Actualmente estou na pós-reforma. Não,
estou sempre ocupada com a vida da casa e
também outras actividades.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 19

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			✓		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		✓			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			×		
4. Envolvi-me em projetos.			✓		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				×	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).		×			
7. Estou bastante calmo(a).		✓			
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				×	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).		×			
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	×				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Estudar para acabar o 12º ano de escolaridade e
participação em alguns projetos de turismo (realização
de flyers, actividades e roteiros).

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 59

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.		X			
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta			X		X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).			X		

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

procurando, entregando currículos em
todas as empresas que aceitam, por a
algumas empresas que não aceitam

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 47

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- **Nunca**, 2- **Raramente**, 3- **Algumas vezes**, 4- **Frequentemente**, 5 – **Sempre**.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				☒	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			☒		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.		☒			
4. Envolvi-me em projetos.					☒
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					☒
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			☒		
7. Estou bastante calmo(a).				☒	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					☒
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			☒		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	☒				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

FORAÇÃO. PROCURA DE EMPREGO

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 61

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.					X
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).		X			
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).			X		

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Voluntariado, lendo, vendo programas televisivos,
participando em inventos, passeios, e
procurando novos relacionamentos, relacionando-me
com os amigos.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 58

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			X		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).					X
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.				X	
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).					X
7. Estou bastante calmo(a).					X
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).		X			
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).				X	
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).				X	

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Respondendo a anúncios, fazendo a limpeza da casa e pensando no futuro.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 48

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).					X
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.	X				
4. Envolvi-me em projetos.	X				
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).				X	

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Na minha casa no horta

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 54

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).				X	
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.			X		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).				X	
7. Estou bastante calmo(a).				X	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).			X		

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

faço foto avaliação

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 24

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				☒	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		☒			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				☒	
4. Envolvi-me em projetos.			☒		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				☒	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	☒				
7. Estou bastante calmo(a).			☒		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				☒	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	☒				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).		☒			

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Desporto, estar com amigos, procura de trabalho
em diferentes áreas geográficas, o que permite
naix e "espairecer".

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 35

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					1
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).					1
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.					1
4. Envolvi-me em projetos.					
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				1	1
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).					1
7. Estou bastante calmo(a).					1
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					1
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).					1
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).					1

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Vou às compras leve a minha filha a escola vou trabalhar

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 39

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.				X	
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			X		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.			X		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).				X	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Na procura de emprego e no acompanhamento
mais presente na vida familiar, nomeadamente
nas actividades dos filhos que são menores.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 30

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).				X	
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos.		X			
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	X				
7. Estou bastante calmo(a).	X				
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).					X
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Em companhia. Procura trabalho, levar minha
a escola, arrumar a casa

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☒ Feminino ☐

Idade: 20

Escala de Características Psicosociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: **1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.**

Características psicosociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			☒		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			☒		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.		☒			
4. Envolvi-me em projetos.			☒		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				☒	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).				☒	
7. Estou bastante calmo(a).					☒
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				☒	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	☒				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	☒				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Continuando os meus estudos como também fazer músicas de fado.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: 45

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego. <i>? Sempre</i>					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).				X	
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				X	
4. Envolvi-me em projetos: <i>(Pessoal)</i>					X
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).				X	
7. Estou bastante calmo(a).					X
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).				X	

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

*Em casa, assistência a idoso
e a dependente (filha) ler....*

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 41

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.					X
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).		X			
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.		X			
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta				X	
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			X		
7. Estou bastante calmo(a).				X	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			X		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			X		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Tenho dedicado o tempo às minhas filhas e à casa.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 44

**Escala de Características Psicossociais face à situação de
Desemprego**

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			☒		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			☒		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.				☒	
4. Envolvi-me em projetos.			☒		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					☒
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).			☒		
7. Estou bastante calmo(a).				☒	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).			☒		
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).			☒		
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	☒				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Levar e acompanhar as filhas na
escola, E colocando curriculum
aqui e ali despendo que algum
telefonema surja.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 44

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• **DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO**

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.			X		
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).			✓		
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.			✓		
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	X				
7. Estou bastante calmo(a).				X	
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	✓				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Desenho ; Musica ; Trabalhos Manuais ; Pesquisa em
entrevistas ; Desporto ; Saúde ; Nutrição

Muito obrigado pela sua colaboração!

Desemprego e Exclusão Social

Dados pessoais:

Nome: Maria Paula Santos Pereira

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☒

Idade: 53

Escala de Características Psicossociais face à situação de Desemprego

• DURANTE O PERÍODO DE DESEMPREGO

1. Por favor, assinale no quadrado que considera correto de acordo com a escala de 1 a 5 em que: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Algumas vezes, 4- Frequentemente, 5 – Sempre.

Características psicossociais face à situação de desemprego:	1	2	3	4	5
1. Sinto-me motivado(a) na procura de emprego.		X			
2. Sinto-me triste ou deprimido(a).	X				
3. Sinto-me satisfeito(a) com aquilo que fui capaz de alcançar.			X		
4. Envolvi-me em projetos.					X
5. Relaciono-me bem com as pessoas à minha volta					X
6. Sinto-me frustrado(a) e revoltado(a).	X				
7. Estou bastante calmo(a).			X		
8. Sinto-me bem comigo próprio(a).				X	
9. Sinto-me excluído por estar desempregado(a).	X				
10. Sinto que perdi alguns relacionamentos sociais por estar desempregado (a).	X				

2. Como tem ocupado os seus tempos livres?

Passeando ; Exercício Físico ; Procura Ativa de Emprego ;
Cinema ; Convívio ; leitura.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo 32

Folha de presenças em Estágio: Novembro de 2014 a Junho de 2015

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE NOVEMBRO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
12	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
13	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
14						
15	—					
16	—					
17	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
18	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
19	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
20						
21						
22	—					
23	—					
24						
25	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
26	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
27	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
28						
29	—					
30	—					

↳ 45 horas

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

Ay.

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE DEZEMBRO

DÍAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02						
03	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
04	11	11	11	11	5	(S)
05	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
06	—					
07	—					
08						
09						
10	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
11	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
12	9h30	12h30	14h00	17h00	6	(S)
13	—					
14	—					
15	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
16	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
17	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
18						
19						
20	—					
21	—					
22	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
23						
24						
25						
26						
27						
28	—					
29	—					
30						
31						

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

652h
A. f.

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE JANEIRO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02						
03	—					
04	—					
05						
06	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
07	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
08	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
09						
10	—					
11	—					
12	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
13	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
14	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
15	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
16	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
17	—					
18	—					
19						
20						
21	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
22	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
23	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
24	—					
25	—					
26	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
27	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
28						
29						
30						
31	—					

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

 467h

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE FEVEREIRO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01	—					
02						
03	9h30	12h00	14:00	16h00	5	(S)
04	11 "	11 "	11 "	11 "	5	(S)
05	11 "	11 "	11 "	11 "	5	(S)
06						
07	—					
08	—					
09						
10						
11	9h30	12h30	14:00	16h00	5	(S)
12	9h30	12h30	14:00	16h00	5	(S)
13	9h30	12h30	14:00	17h00	6	
14	—					
15	—					
16	9h30	12h30	14h00	17h00	5	(S)
17						
18					4	
19	9h30	12h30	14h00	17h00	5	(S)
20	9h30	12h30	14h00	17h00	6	(S)
21	—					
22	—					
23						
24	BM					
25	BM					
26	BM					(S)
27	BM					
28	—					

BM - Baixa Médica 647h

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

(Assinatura)

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE MARÇO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02						
03						
04	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
05	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
06						
07	—					
08	—					
09						
10						
11	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
12	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
13	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
14	—					
15	—					
16	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
17	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
18						
19						
20						
21	—					
22	—					
23						
24	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
25	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
26	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
27						
28	—					
29	—					
30						
31						

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

6 51h


Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE ABRIL

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
02						
03						
04	—					
05	—					
06						
07	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
08	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
09	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
10						
11	—					
12	—					
13						
14						
15						
16						
17						
18	—					
19	—					
20	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
21	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
22	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
23	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
24						
25	—					
26	—					
27					5	
28	9h30	12h30			3	
29						
30						

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

48h

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE MAIO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02	—					
03	—					
04	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
05	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
06	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
07	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
08	9h30	12h30	14h00	17h00	6	(S)
09	—					
10	—					
11	9h30	12h30	14h00	15h00	4	(S)
12						
13						
14	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
15	9h30	12h30	14h00	17h00	6	(S)
16	—					
17						
18						
19						
20	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
21	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
22	9h30	12h30	14h00	16h00	6	(S)
23	—					
24	—					
25	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
26						
27	9h30	12h30	14h00	16h00	5	(S)
28						
29						
30	—					
31	—					

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

462h
Aof

Folha de Presenças

Nome do estagiária: Cátia Sofia Sequeira Carrasquinho

Local de Estágio: Junta de Freguesia de Alcochete

Morada: Rua Ruy de Sousa Vinagre, 2890-017 Alcochete

MÊS DE JUNHO

DIAS MÊS	ENTRADA MANHÃ	ALMOÇO		SAÍDA TARDE	Nº DE HORAS	ASSINATURA DA ESTAGIÁRIA
		SAÍDA	ENTRADA			
01						
02						
03						
04	9h30	12h30	14h00	16h00	5	
05	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
06	—					
07	—					
08						
09						
10						
11						
12	9h30	12h30	14h00	17h00	6	
13	—					
14	—					
15						
16						
17						
18						
19			14h00	17h00	3h	
20	—					
21	—					
22						
23						
24	9h30		14h00	16h00	2h	
25	9h30	12h30	14h00	16h00	5h	
26	9h30		14h00	17h00	3h	
27	—					
28	—					
29						
30						

ASSINATURA DA ORIENTADORA:

6h30h
